



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MEMÓRIA DA CIDADE: ASPECTOS INFOMEMORIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO
OBITUÁRIO DA AVENIDA JOÃO MACHADO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB.

JOÃO PESSOA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ALEXANDRA CARNEIRO MATTOS

MEMÓRIA DA CIDADE: ASPECTOS INFOMEMORIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO
OBITUÁRIO DA AVENIDA JOÃO MACHADO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Memória, Sociedade.

Orientadora: Prof^{ta} Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

JOÃO PESSOA
2024

ALEXANDRA CARNEIRO MATTOS

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M444m Mattos, Alexandra Carneiro.

Memória da cidade : aspectos infomemorial para a construção do obituário da Avenida João Machado na cidade de João Pessoa/PB / Alexandra Carneiro Mattos. - João Pessoa, 2024.

149 f. : il.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Memória - Edificações. 2. Patrimônio material. 3. Patrimônio arquitetônico - Preservação. 4. Ciência da Informação. I. Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 351.853(043)

MEMÓRIA DA CIDADE: ASPECTOS INFOMEMORIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO
OBITUÁRIO DA AVENIDA JOÃO MACHADO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Memória, Sociedade.

Aprovada em 20 / 03 /2024.

Prof^a. Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Orientadora (PPGCI/UFPB)

Prof^a Dr^a Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
Examinadora externa (PPGAS/UFPB)

Prof. Dr. Edilson Targino de Melo Filho
Examinador Externo (CCA/UFPB)

Prof. Dr. Conrad Rodrigues Rosa
Examinador Interno (PPGCI/UFPB)

Prof^a Dr^a Izabel França de Lima
Examinador Interno (PPGCI/UFPB)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 306

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do(a) Mestrando(a) **ALEXANDRA CARNEIRO MATTOS** como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Mestre(a) em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Memória, Mediação e Apropriação da Informação.

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro (20/03/2024), às nove horas, reuniu-se no Mini-auditório 1 do Bloco da Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o(a) candidato(a) ao Grau de Mestre(a) em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o(a) mestrando(a) **ALEXANDRA CARNEIRO MATTOS**. A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira - PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora), Dr. Conrad Rodrigues Rosa - PPGCI/UFPB (Examinador interno), Dra Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento - DCI/ UFPB (Examinadora Externa), Dra. Izabel França de Lima - PPGCI/UFPB (Suplente Interna) e Dr. Edilson Targino de Melo Filho – CCA/UEPB (Suplente externo). Dando início aos trabalhos, o(a) Professor(a) Dr.(a) Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Presidente(a) da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao(à) discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **MEMÓRIAS DA CIDADE: OBTUÁRIO INFOMEMORIAL DA RUA JOÃO MACHADO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA**. Após a apresentação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) na forma regimental pelos(as) examinadores(as). Respondidas todas as arguições, o(a) Professor(a) Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Presidente(a) da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Observações da Banca: A Banca examinadora recomenda alterar o título para: **Memória da Cidade**: aspectos infomemorial para a construção do obituário da Avenida João Machado na cidade de João Pessoa/PB.

Recomenda ainda que ante o potencial teórico-metodológico que o texto seja publicado no todo e em parte.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, o(a) Professor(a) Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Presidente(a) da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada digitalmente por mim e pelos(as) participantes da banca

João Pessoa, 20 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
 BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEI
Data: 30/04/2024 12:10:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 CONRAD RODRIGUES ROSA
Data: 30/04/2024 15:00:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Presidenta/Orientadora - PPGCI/UFPB (

Prof. Dr. Conrad Rodrigues Rosa
Examinador(a) interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 GEYSA FLAVIA CAMARA DE LIMA NASCIMENTO
Data: 30/04/2024 12:18:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
Examinador(a) Externo(a) – DCI/UFPB

Dra. Izabel França de Lima
Suplente Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 EDILSON TARGINO DE MELO FILHO
Data: 30/04/2024 13:44:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Edilson Targino de Melo Filho
Suplente externo – CCA/UEPB

Documento assinado digitalmente
 ALEXANDRA CARNEIRO MATTOS
Data: 30/04/2024 17:29:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandra Carneiro Mattos
Mestrando (a)

A minha filha Lívia, adolescente atenta, observadora, ao longo do meu percurso no mestrado acompanhou meus desafios e alegrias. Juntas, alcançamos este feito notável, e recordo vividamente o momento em que me questionou: "Vai desistir?" Hoje, entrego a você, a força que marcou a primeira mulher de nossa família a conquistar uma pós-graduação em uma universidade pública. Com esta conquista, você agora possui o poder de moldar suas próprias escolhas. Caminhamos lado a lado até aqui, e quando, no futuro, você olhar para trás, espero que admiremos juntas a jornada incrível que percorremos. Que este seja apenas o começo de muitas realizações e que a força que compartilhamos se perpetue em suas escolhas e conquistas. Com todo meu amor, a você dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão à força do bem, que sempre ilumina meus passos na jornada em busca do equilíbrio, justiça, conhecimento e paz.

Agradeço a orientação recebida de Bernardina Freire que enxerga em cada aluno o potencial para construir um país livre por meio da educação e da ciência com memória afetiva.

É uma honra ser brasileira, viver em João Pessoa, receber o acolhimento da Universidade Federal da Paraíba e estudar no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

À FAPESQ pela concessão da bolsa de estudos acadêmicos, força ímpar para esta travessia.

Aos amigos do curso, agradeço pelos momentos de aprendizagem e descontração que compartilhamos.

Às preciosas amigadas que cultivei ao longo de minha vida, que sempre acreditaram em minha capacidade de superação, expresso minha sincera gratidão.

Um agradecimento especial aos meus pais, Jairo Arlindo Mattos e Regina Celli Carneiro Mattos, e às minhas amadas avós, Olinda Maria Carneiro e Nair Machado Mattos, pelo amor incondicional que sempre me proporcionaram.

Ao meu núcleo familiar, Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato, meu companheiro de todos os momentos, aos meus filhos Lucas Mattos Bollinelli, a Lívia Mattos Pizzolato, agradeço por sempre acreditarem em mim e depositarem confiança em meu potencial, mesmo diante das adversidades.

À todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste momento, mesmo não estando mencionados nesta lista, dedico meu carinho e profundo agradecimento.

“Casas, muitas agora não dizem nada,
São cicatrizes da cidade – certeza do absurdo
Casas, casas, fileiras de desilusões.
Uma ou outra
Manda beijos, sobras do amor
Casas com porta, outras sem destino”.

Jorge Elias Neto

[...] não interessa apenas a cidade ou a rua em si, mas suas reverberações em cada um de nós, que por seu turno nos levam a depositar nela nossos sentimentos, fantasias, anseio, ansiedades, o que a modifica [...] A cidade só existe na exata medida do olhar oblíquo que contém a subjetividade necessária à vida [...]. (Montagna, P., 2009. p. 157).

RESUMO

As cidades se constituem em repertórios potencialmente memoriais. São resíduos de processos históricos mais permanentes do que a atividade que as produziu, um modo a ser revivido de um passado que não se pode mais experienciar. Nesse sentido, esta pesquisa considera o passado como reflexão de experiências sociais já ocorridas capazes de contribuir como testemunho das transformações sociais que ocorreram na cidade de João Pessoa. Tem-se como objetivo geral analisar o patrimônio arquitetônico da Avenida João Machado na Cidade de João Pessoa sob a ótica da memória e da informação. Metodologicamente, adotou-se a abordagem qualitativa do tipo documental, associada à análise documental, com vistas a analisar as reportagens contidas no Jornal *A União*, assim como os processos de tombamento constantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Os resultados encontrados, a partir da análise das reportagens publicadas apontam para uma narrativa de apagamento da memória dos bairros do Jaguaribe e Centro a partir da migração da população tradicional em direção às praias e subúrbios da cidade. Em análise preliminar revela-se um cenário de memórias e informações que apesar de terem passado pelo processo de reconhecimento patrimonial, do ponto de vista legal, se constituem, algumas vezes, em obituários, frutos de um constante lembrar e esquecer.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Material; Preservação do Patrimônio Arquitetônico; Ciência da Informação.

ABSTRACT

Cities constitute potentially memorial repertoires. They are residues of historical processes more permanent than the activity that produced them, a way to relive a past that can no longer be experienced. In this sense, this research considers the past as a reflection of already occurred social experiences capable of contributing as testimony of the social transformations that occurred in the city of João Pessoa. The general objective is to analyze the architectural heritage of Avenida João Machado in the City of João Pessoa from the perspective of memory and information. Methodologically, a qualitative documentary approach was adopted, associated with documentary analysis, aiming to analyze the reports contained in the newspaper A União, as well as the listing processes of the Historical and Artistic Heritage Institute of the State of Paraíba. The results, based on the analysis of the published reports, point to a narrative of erasure of the memory of the neighborhoods of Jaguaribe and Centro due to the migration of the traditional population towards the beaches and suburbs of the city. A preliminary analysis reveals a scenario of memories and information that, despite having gone through the process of heritage recognition, from a legal point of view, sometimes constitute obituaries, the result of a constant remembering and forgetting.

Keywords: Memory; Material Heritage; Architectural Heritage Preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da Packard e Fisher Body em Detroit	43
Figura 2: Detalhe do desenho realizado por Franz Post em seus cadernos de representação da fauna e flora brasileira, intitulada como “Parayba”	51
Figura 3: Cópia fotográfica do mapa de Manoel Francisco Grangeiro (1692)	53
Figura 4: Implantação da cidade de João Pessoa em 1855.....	56
Figura 5: Rua João Suassuna em 1875.....	58
Figura 6: Detalhe da Planta da cidade de João Pessoa, 1923	62
Figura 7: Orfanato Dom Ulrico, localizado na Avenida João Machado em Jaguaribe, João Pessoa....	63
Figura 8: Piso das senzalas, datado de 1818 do Casarão de Zé Rufino na Cidade de Areia/PB.....	67
Figura 9: Avenidas inauguradas em capitais brasileiras no começo do século XX.	73
Figura 10: Exemplar de Casa de porão alto na Avenida João Machado (residência n.º 131)	75
Figura 11: Exemplos de arquitetura eclética no centro de João Pessoa (começo do século XX)	76
Figura 12: Fachada eclética do casarão de n.º 276.....	80
Figura 13: Fotos internas e detalhe de caixilho de madeira do casarão de n.º 276.	80
Figura 14: Conjunto de desenhos elaborados a partir do levantamento arquitetônico do palacete n.º 276, localizado na Avenida João Machado e pormenores da casa.....	81
Figura 15: Implantação da Avenida João Machado em João Pessoa.	82
Figura 16: Limites do Bairro do Centro.	83
Figura 17: Limites do Bairro do Jaguaribe.....	85
Figura 18: Mapa da cidade de João Pessoa com as áreas de preservação do IPHAN e IPHAEP.	97
Figura 19: Cópia dos documentos relativos à solicitação de informações sobre uma residência localizada na Av. João Machado - 2002.	99
Figura 20: Cópia dos documentos relativos à solicitação de informações sobre uma residência localizada na Av. João Machado - 2017.	100
Figura 21: Série de documentos referentes à solicitação de demolição de parte da edificação na.....	101
Figura 22: Fotografia da edificação a ser demolida e projeto de intervenção.....	102
Figura 23: Solicitação de informações sobre o imóvel n.º 399 e a resposta do órgão de preservação	103
Figura 24: Documentação referente ao projeto e denúncia de obras irregulares.	105
Figura 25: Documentos referentes à solicitação de instalação de placas de identificação na fachada frontal do prédio.....	105
Figura 26: Reportagens sobre festa religiosa tradicional em Jaguaribe.	119
Figura 27: Reportagens sobre investimentos na região central nos anos de 1980.	125
Figura 28: Reformas viárias no centro da cidade.	127
Figura 29: Ocupação de ambulantes na região da rodoviária.....	128
Figura 30: Reclamações sobre as condições físicas do Mercado Central de João Pessoa.	130
Figura 31: Reportagens e editoriais sobre as visitas do paisagista Roberto Burle Marx.....	131
Figura 32: Centro Cultural José Lins do Rego.....	132
Figura 33: Reportagens e editoriais sobre as visitas do arquiteto Sérgio Bernardes para o projeto do Centro Cultural José Lins do Rego.	133
Figura 34: Projeto da Estação Ciência (Estação Cabo Branco), autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.	133
Figura 35: Reportagem sobre os casarões ecléticos da Avenida João Machado.....	134
Figura 36: Entrevista com a herdeira da família Ribeiro Coutinho.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fontes documentais utilizadas.....	23
Tabela 3: Dados coletados do IBGE para o bairro do Centro.	84
Tabela 4: Dados coletados no IBGE para o bairro do Jaguaribe.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Segundo David Harvey, alguns possíveis significados do espaço como palavra-chave.....	44
Quadro 2- Lista de bens tombados pelo IPHAEP no município de João Pessoa entre os anos de 1979 a 2002 (editado pela autora).....	93

SUMÁRIO

1 O ESPAÇO QUE ME ABRIGA E É POR MIM ABRIGADO: A CIDADE E MINHAS/NOSSAS MEMÓRIAS	15
1.1 Objetivos	21
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	21
1.1.2 <i>Específicos</i>	21
1.2 Design metodológico da pesquisa	21
1.3 Estrutura da Dissertação.....	25
2 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: TRÍADE NECESSÁRIA	27
2.1 O Dever de Memória na Ciência da Informação.....	34
3 A CIDADE DE JOÃO PESSOA: TRAÇOS INFOMEMORIAIS	37
3.1 Breve Análise da Preservação da Memória em Centros Consolidados.....	37
3.2 O Centro Histórico de João Pessoa	45
3.3 A Formação da Avenida João Machado: Interfaces Urbanas e Sociais	54
4 OBITUÁRIO INFOMEMORIAL DA AVENIDA JOÃO MACHADO	65
4.1 Aspectos Morfológicos Da Avenida João Machado	71
4.2 Dados Estatísticos	82
4.3 Dados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado Da Paraíba – IPHAEP.....	88
4.4 Dados da Hemeroteca.....	108
4.4.1 <i>Análise dos Dados Coletados</i>	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142

1 O ESPAÇO QUE ME ABRIGA E É POR MIM ABRIGADO: A CIDADE E MINHAS/NOSSAS MEMÓRIAS

A cidade abriga diferentes características e manifestações culturais, que possibilitam várias leituras, cuja fixação na memória se transforma no decorrer do tempo concomitante as mudanças produzidas no espaço e na sociedade. Sobre esse olhar, a herança cultural aproxima o universo do sensível ao do ambiente urbano, o que torna a arquitetura e a paisagem um acervo de símbolos mnemônicos (Tardivo, J. A.; Pratschke, A. 2016 p.1).

As lembranças da cidade que chegam até nós a partir de marcos físicos mais antigos é um dos modos de (re)conhecimento e perpetuação do passado enquanto memória social. São resíduos (tanto físicos como imateriais) de processos históricos mais permanentes do que a atividade que as produziu, um modo a ser revivido de um passado que não pode ser mais experienciado. Considerar o passado como reflexão de experiências sociais já ocorridas será o tema desenvolvido nesta dissertação para contribuir para o testemunho das transformações sociais, bem como os aspectos infomemoriais da cidade de João Pessoa, Paraíba.

Os registros documentais e patrimoniais a serem adotados para a pesquisa podem ser classificados como *médium* da memória (Assmann, 2011) do patrimônio arquitetônico da avenida João Machado, revelando as naturezas que os distinguem, como os conceitos que fundamentaram suas criações, os usos ali abrigados, as técnicas e os materiais de construção utilizados, além dos hábitos e costumes impregnados na forma de organizar seus espaços. Essa dedução deve ser feita segundo a observância de muitos aspectos, dos mais subjetivos, ligados à memória e aos sentimentos individuais que as edificações emanam, aos mais objetivos, como os impactos nas condições ambientais locais e na demanda por infraestrutura urbana, entre outros. Sendo referências no traçado urbano, as edificações integram à memória e identidade; à comunidade e à cidade, assim, no presente, as edificações subtraídas ou modificadas também são documentos memorialísticos (Dvorák, 2008).

O ato de registrar e documentar aponta não só as perdas significativas, quanto ao desaparecimento de edificações, ocorridas no conjunto construído e consolidado, como também as mudanças urbanas e sociais da cidade, quais foram as áreas privilegiadas pelo poder público e especulação imobiliária (que andam juntos). Tais transformações advêm a partir de inúmeras causas, demonstrando o nível da consciência patrimonial predominante na cidade ao longo do seu desenvolvimento do qual a informação pode ser condição *sine qua non*.

A relação entre memória, arquitetura e a cidade simboliza a apropriação do espaço, nos vínculos de pertencimento do sujeito com o patrimônio construído, seja este, histórico, artístico ou cultural (Lynch, 2011).

Outra relação pertinente ao tema, diz respeito a relação informação, memória e patrimônio, sobretudo quando se prospecta um futuro assentado no direito ao passado, conforme assinala Pesavento (2020, p. 212-213):

Habitare uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do agora, do cotidiano da existência. O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da urbs, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Mas o presente das cidades é também aquele tempo onde se pensa o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente.

Nessa esteira de compreensão adotamos o termo infomemorial, junção que se estabelece a partir das categorias conceituais¹ informação e memória, voltadas, neste estudo, ao patrimônio edificado, sobretudo quando se tenta compreendê-lo sob a perspectiva da história e memória, enquanto fenômeno evocador da identidade de um lugar. Nesse sentido não significa dizer que tenhamos que conferir prioridade ou mesmo superioridade a nenhuma delas, porém, é importante que a história exerça, de algum modo, um papel regulador sobre a memória, atentando-se ao seu uso apropriado e evitando abusos, de acordo Ricouer (2007, p. 32) a história não pode suprimir a memória, pois ela “[...] pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo”.

Para definirmos as atribuições da memória como elemento infomemorial, é necessário ressaltar que a memória continua a ser a guardiã do que ocorreu no passado, sendo essencial revelá-la por meio da representação do conhecimento. Durante o desenrolar do texto, evidenciaremos a capacidade da Avenida João Machado evocar trechos de memória e história como provas de tal afirmação.

Refletir sobre o papel infomemorial da cidade faz-se necessário buscar na materialidade das edificações e nos tecidos urbanos apontamentos para a preservação de um

¹ Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentidos (Koselleck, 2006, p. 108-109).

enredo histórico pré-estabelecido, reconhecendo a estratégia que reinterpreta as experiências do passado superando a contraposição e justaposição entre o casario antigo e as novas construções, assim como o desprezo patrimonial que culmina com vazios urbanos, sejam estes em parte ou em sua integralidade. Isso se dá não só através de estudos técnicos e tipológicos, em uma determinação de valor do patrimônio; não só reconhecendo a identidade dos lugares, seus costumes e sua história, mas também, por meio da memória e, sobretudo das informações que alimentam a construção memorial sobre esse mesmo patrimônio. Nesse sentido a temática encontra-se estreitamente vinculada ao ato de apagamento desta em consonância com a Ciência da Informação.

A percepção do conjunto edilício² ou mesmo algum monumento arquitetônico isolado como um reflexo das práticas culturais de um povo é amplamente difundida no senso comum. No entanto, ao analisá-la em termos de seu potencial informacional, em que os documentos oriundos da prática da construção civil permitem que ela revele os aspectos relacionados à memória e identidade de seus criadores, o objeto arquitetônico ou o espaço urbano resultante da ação humana na cidade se apresenta como dispositivo essencial de mediação cultural, entendida neste estudo sob a perspectiva de Coelho (2012, p. 268), ou seja “Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte”. A documentação que registra a produção arquitetônica, como os estudos dos arquitetos, produção vernacular, análises urbanas e outros, desempenha um papel fundamental na concretização da jornada da produção da cidade.

Além disso, esses registros também lançam luz sobre o contexto histórico, temporal e cultural em que tanto o produtor quanto o documento estão inseridos. Dessa maneira, essas informações e documentos funcionam como dispositivos de mediação que desempenham um papel crucial na construção do conhecimento, revelando traços da memória e identidade dos produtores, bem como do contexto sociocultural. Portanto, esses elementos são de grande interesse para os pesquisadores na área da Ciência da Informação, sendo aqui, neste contexto, materializado na Avenida João Machado.

A partir da materialidade urbana preservada (intencionalmente ou não) ocorreram diferentes estratégias da ressignificação do passado em João Pessoa, estas moldadas por

² "Conjunto edilício" é um termo utilizado no contexto de patrimônio histórico e arquitetônico para se referir a um grupo de edifícios ou estruturas que são considerados como uma unidade significativa do ponto de vista histórico, arquitetônico, cultural ou urbanístico. Esses conjuntos podem ser protegidos legalmente como parte de medidas de preservação do patrimônio.

especificidades políticas, culturais, econômicas, espaciais (limitações geográficas) e pelo próprio desenvolvimento territorial da cidade. O progresso tecnológico e social acelerado verificados a partir do começo do século XX alterou os traços da cidade e têm sido observados em diferentes realidades, sendo possível verificar soluções definitivas ou paliativas para o tema que aqui serão apresentadas e analisadas. Nesse ínterim, surgem várias histórias da cidade registradas em documentos, criando uma imagem não apenas dela em si, mas das maneiras pelas quais o passado foi reconstruído através do discurso histórico para estabelecer sua antiguidade e importância (memória e identidade).

Assim, a maioria dos grandes centros urbanos fornece um sentido de lugar continuamente explorado, principalmente quando o passado mítico recebe uma importância histórica (Assmann, 2011) e seu conhecimento vem como justificativa para que seja reproduzido, buscando uma feição que justifique o que ocorreu. Nesse sentido, não é difícil reconhecer a cultura como geradora de atividade patrimonialista e seu uso diversificado traz segurança e habitabilidade para as áreas de valor histórico-cultural. Cabe aqui evidenciar que não é só de ocupações públicas que enalteçam o patrimônio como, museus e espaços culturais que têm essa função, como também os usos como, comércios, serviços e, sobretudo, moradias que garantem a preservação tanto da identidade como de sua materialidade/documentalidade.

Discorrendo sobre documentalidade Meirelles (2019), afirma que Frohmann (2001, apud Meirelles 2019) ao atualizar a concepção de “informação”, assenta-se em uma episteme moderna, sobretudo ao considerar as práticas sociais enquanto documentos uma vez que o autor defende a possibilidade da existência “empírica” do documento enquanto objeto. Nesse sentido afirma a autora:

Para ele, considerar a “informação”, ou melhor, a documentação, como fenômeno social é mais do que caracterizá-la como produto de ações humanas. O documento também apresenta a dupla função de sujeito e objeto; é constituído e constitui efeitos sobre o social. Sua materialidade depende de plataformas autorizadas de enunciação – instituições – que lhe emprestam autoridade e, também estabilidade. Esta positividade permite que o documento seja agente na formação de conhecimento sobre o homem e o social (Meirelles, 2019, p. 27-28).

É importante lembrar que os prédios e imóveis tombados pelo patrimônio têm importância no estabelecimento de marcas do passado e de imagens que se busca associar (Azevedo Netto, 2015). A criação de lugares de memória deve convidar grupos a reivindicar o reconhecimento de seus passados e tradições (NORA, 1993), sem esquecer que as políticas oficiais culturais podem manipular a memória coletiva que elas afirmam preservar.

Meneguello (2019) aponta para a revitalização justificada pela história, que está em atribuir a este passado um caráter de “verdade” que funciona como justificativa em si. Para a autora apenas o exercício do passado reconhecido como construção pode efetivamente levar a uma definição complexa de patrimônio e devolver à história e ao trabalho com o passado, força motriz que ele não deixou de ter.

Em meio a todas estas considerações, elegemos como pergunta problema para o desenvolvimento da pesquisa a seguinte indagação: *Como se constitui os aspectos infomemorial do patrimônio arquitetônico da Av. João Machado, na cidade de João Pessoa, Paraíba, considerando-os como médium de memória?*

O patrimônio tem sido historicizado com uma tradição cultural; como um discurso dos projetos políticos das instituições por ele responsáveis. Azevedo Netto (2015) advoga que a ideia de patrimônio seja vista também como a construção de um saber, que lida com representações que visam ser legítimas. Assim, o patrimônio não seria uma “coisa”, mas uma relação, apenas porque o passado em si existe não significa que tenhamos a possibilidade de nele nos reconhecermos (Azevedo Netto, 2015).

Sob as hipóteses da investigação, pretende-se descortinar a pertinência de que o patrimônio urbano é, igualmente, esta relação entre os indícios do passado e a vida social, sendo que a representação de uma cultura assim dada é vital para sua relação com o futuro. Como a cidade de João Pessoa se desenvolveu urbanisticamente a partir de seus ciclos produtivos e é possível verificar a partir dos marcos arquitetônicos/urbanísticos ainda presentes como o traçado de ocupação se deu, consideramos que é possível encontrar indícios das transformações a partir de veículos de imprensa que de forma secundária mapearam todo o processo.

Ainda sobre as hipóteses da pesquisa, para que possamos tratar da Avenida João Machado como lócus de memória, consideraremos como alicerce dos dados infomemoriais as notícias ou a lacuna gerada pela linha editorial do jornal geradas sobre as transformações urbanas e sociais na avenida e nos bairros circunvizinhos. Consideramos que as notícias/reportagens publicadas pelo jornal A União dentro de seus cadernos temáticos, principalmente nos que tratam sobre bairros, notícias econômicas, policiais, datas e efemeridades são considerados fonte importante para o trabalho aqui apresentado.

Como vimos, a transformação da cidade ao longo do tempo modifica o espaço e a paisagem urbana (Lynch, 2011). Edificações isoladas, conjuntos edilícios, parques, praças, traçados viários e afins tornam-se referências na paisagem e na memória, sendo marcos documentais visíveis para se medir o grau de descaso do patrimônio histórico. O caso de João Pessoa apresenta-se a partir de diversas modificações que atingiram as edificações existentes,

alterando a espacialidade local e como consequência, muitas delas desapareceram enquanto outras ainda se mantêm, mas com alterações em seus usos, funções e características formais e compositivas, gerando um mosaico interessante de informações que se “acotovelam” em cada canto da cidade.

Inserida no Grupo de Estudos e Pesquisa em Informação, Memória e Patrimônio – GECIMP - vinculado ao CNPq, esboçamos o interesse em estudar sobre as memórias da cidade de João Pessoa a partir de sua paisagem urbana, sob a ótica da Ciência da Informação.

A partir deste momento, pedirei licença ao rigor acadêmico na escrita da dissertação e utilizarei um relato pessoal como forma de validar minhas intenções e percurso como pesquisadora.

O que antes era apenas uma vontade começou a materializar-se como proposta, para ser desenvolvida no nível de mestrado, já que particularmente, devido à minha formação acadêmica em arquitetura e urbanismo, a memória e o patrimônio são de fácil visualização em edifícios e traçados urbanos.

Como salientado, por ser arquiteta de formação, realizei ao longo do tempo estudos em torno da informação e da gestão de cidades, mas ao me aproximar de temáticas como memória, informação e patrimônio verifiquei a possibilidade de ressignificação de um contexto, de uma história, além da ampliação da produção científica no âmbito dessa temática, no escopo da Ciência da Informação.

João Pessoa é possuidora de significativo patrimônio cultural aqui compreendido na concepção constitucional de 1988, especificamente em seu artigo 216, no qual muitos bens são tombados pelos órgãos de governo federal, estadual e municipal, no entanto observamos que há pouco interesse ou iniciativas esparsas em sua preservação, conservação e utilização social dos bens e da memória cultural da cidade. A busca por um novo padrão arquitetônico e urbanístico, que abandonou o centro histórico à própria sorte parece estar presente na ideia de crescimento e de desenvolvimento urbano gestado tanto pelas empresas da construção civil como pelo poder público, ocasionando mudanças nas feições da cidade e canalizando o crescimento em direção norte e sul (Cabedelo e Conde), a partir da faixa litorânea.

Ante a essa realidade percorrer a cidade fez nascer o sentimento de que pode ser a última vez. O que estimulou ainda mais o desejo de perseguir uma investigação que possibilitasse ressignificar, documentalmente, os vazios memoriais, possibilidade que só se vislumbra por meio da pesquisa acadêmica de caráter documental. Nos referimos às lacunas espaciais formadas pelas demolições ou construção de novas edificações em razão de perceber, empiricamente, as modificações da paisagem, a partir de suas alterações arquitetônicas, quer

sejam físicas ou sociais, além do abandono, e das derrubadas provocando o que Amorim (2007, p. 16) denomina de óbito arquitetônico, ou seja “o desaparecimento do corpo edificado”, quer parcialmente ou em sua integralidade.

Nesta proposta de pesquisa, destacamos o estudo da memória coletiva e social a partir do patrimônio arquitetônico, reconhecendo sua importância para reconstrução e preservação memorial e identitária de um grupo social, facilitando assim a compreensão de fatos relacionados à construção, reconstrução e preservação da memória coletiva pessoense, agregando a esta o papel condicionante da informação.

1.1 Objetivos

Com vistas a responder a indagação norteadora da proposta, traçamos os objetivos que seguem.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os aspectos infomemorial do patrimônio arquitetônico da Av. João Machado, na cidade de João Pessoa, Paraíba, considerando-os como *médium* de memória com vistas a preservação da memória coletiva e social.

1.1.2 Específicos

- a) Mapear (através da documentação do IPHAEP e hemeroteca) a Av. João Machado, na Cidade de João Pessoa, Paraíba, enquanto patrimônio arquitetônico;
- b) Levantar a Av. João Machado enquanto *médium* de memória;
- c) Caracterizar o patrimônio memorialístico da Av. João Machado, na Cidade de João Pessoa, Paraíba e seus vazios memoriais;
- d) Enunciar os aspectos infomemoriais do Patrimônio arquitetônico constante da Av. João Machado na Cidade de João Pessoa/PB;
- e) Apontar categorias possíveis para elaboração de obituário infomemorial

1.2 Design metodológico da pesquisa

Quanto à estrutura da pesquisa estabelecida nesta subseção trata-se de uma abordagem qualitativa de caráter exploratória, do tipo documental (prontuários de preservação do IPHAEP e hemeroteca do jornal A UNIÃO, além de mapas especializados e iconografia histórica da região), na forma de estudo de caso, especificamente por tomarmos como *locus* investigativo

de campo a Av. João Machado e casarios centenários tomados como *médium* de memória, na cidade de João Pessoa/PB.

A Abordagem qualitativa toma o objeto de investigação em toda a sua dimensão, incluindo-se as dimensões subjetivas, que acompanham o investigador. A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento, como sociologia, psicologia, antropologia, educação e ciências sociais em geral, bem como no campo da Ciência da Informação. De acordo com Oliveira (2017, p. 385): a pesquisa qualitativa se apresenta como uma “significativa tendência para compreender o campo. São muitas as possibilidades do método adequado ao cumprimento dos objetivos propostos”. O método qualitativo de pesquisa é aqui entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2013).

Nesse sentido a Pesquisa qualitativa se concentra na compreensão aprofundada e na interpretação de fenômenos sociais complexos. Suas principais características incluem:

a) Natureza Descritiva e Interpretativa: em que busca compreender o significado e o contexto dos fenômenos estudados. Ela se preocupa com o "porquê" e o "como" das coisas, em vez de apenas "o que" está acontecendo;

b) Coleta de Dados Flexível: Os pesquisadores que adotam essa abordagem geralmente coletam dados por vários meios, dentre os quais a análise de documentos. Isso permite uma abordagem mais flexível e adaptável à medida que o estudo avança;

c) Amostragem Não Probabilística: Em vez de buscar uma representatividade estatística estrita, a pesquisa qualitativa geralmente utiliza amostragens intencionais para selecionar o objeto investigado, no caso em tela a Av. João Machado, uma vez que esta poderá fornecer insights valiosos a temática em investigação;

d) Análise de Dados Qualitativa: A análise de dados qualitativos envolve a categorização e interpretação dos dados coletados. Isso muitas vezes é feito por meio de codificação, identificação de temas e padrões emergentes;

e) Contextualização e Subjetividade: momento em que se pretende reconhecer que a subjetividade desempenha um papel fundamental na pesquisa qualitativa, de modo que será considerado o contexto social, cultural e histórico em que os fenômenos ocorreram;

Essa abordagem de pesquisa é valiosa para explorar questões complexas, investigar experiências humanas profundas e gerar insights em profundidade sobre comportamento,

cultura e sociedade. No entanto, é importante notar que os resultados da pesquisa qualitativa geralmente não são generalizáveis da mesma forma que os estudos quantitativos, mas eles oferecem um entendimento rico e contextualizado dos fenômenos estudados.

A pesquisa *documental* é uma abordagem de pesquisa que se baseia na análise de documentos escritos, impressos, eletrônicos ou outras formas de registros textuais como fonte principal de dados. Ainda ancorada em Oliveira (2017), a pesquisa documental toma como objeto investigativo as denominadas fontes primárias, ou seja, documentos quase sempre da categoria de arquivos. Os documentos podem incluir uma variedade de fontes, relatórios governamentais, correspondências, registros históricos, jornais, websites, e-mails, entre outros. Esses documentos servem como evidências escritas que podem ser analisadas e interpretadas. Para tanto, adotar-se-á como fontes de pesquisa:

Tabela 1: Fontes documentais utilizadas

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO	
INSTITUIÇÕES	FONTES
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP ³)	Processos de Tombamento dos imóveis da Av. João Machado
Arquivo do Jornal A UNIÃO	A Coleção de Jornais A União , acervo digital no período temporal de 1980-2020, especificamente as matérias jornalísticas que retratam a memória dos imóveis e de seus proprietários,
IPHAN e IPHAEP	Acervo documental iconográfico

Os documentos selecionados para análise levaram em consideração a validade e a confiabilidade dos documentos. Bem como, a contextualização em que esses mesmos documentos foram criados, considerando o período e o contexto com vistas a entender melhor as motivações, influências e suas implicações.

Em resumo, a pesquisa documental é uma abordagem valiosa para coletar e analisar informações a partir de fontes escritas. Ela permite que os pesquisadores explorem uma ampla

³ Importante indicar que na cidade de João Pessoa existe uma parceria entre os órgãos de preservação do patrimônio estadual, federal e municipal, gerando perímetros de jurisdição de cada um deles, onde algumas vezes se sobrepõem, outras vezes não. No caso da Avenida João Machado constatou-se que apenas o IPHAEP tem processos abertos e analisados para a preservação de imóveis históricos, paisagismo e paisagem urbana.

variedade de tópicos e é particularmente útil quando se busca informações históricas, contextuais ou detalhadas sobre um assunto.

Cellar (2008) reconhece que o documento é insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, “pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas”. Além disso, “[...] muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (Cellar, 2008, p. 295).

Em síntese, a pesquisa foi realizada com recorte espacial na avenida João Machado, sendo que a nossa proposta descortinou a memória por meio das fontes documentais constantes no acervo do jornal “A União”, um dos principais meios de comunicação impressos do Estado, bem como visitas *in loco* para observação do espaço arquitetônico, associado aos processos de tombamentos constante do arquivo do IPHAEP.

Para tanto realizamos a análise documental das fontes publicadas no jornal A União, a partir do seu, período que compreende as ações postas em prática pelas representações de setores do poder econômico de João Pessoa, no intuito de redesenhar a (re)produção desse espaço memorial do patrimônio arquitetônico.

A análise foi realizada a partir da seleção das fontes informacionais sobre o patrimônio memorialístico, visando contribuir para o entendimento da realidade arquitetônica na cidade João Pessoa. Portanto, sob a ótica da importância e necessidade de preservar essa memória.

Por se tratar de uma possibilidade de inventário adotar-se-á ainda abordagens próprias de metodologia inventarial ancorados na legislação pertinente e nos atos administrativos estaduais e municipais a serem levantados no decorrer da pesquisa em que será necessário a elaboração de ficha própria que contemple algumas categorias do Sistema de rastreamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a exemplo da denominação do bem; endereço; situação; análise arquitetônica entre outros a serem definidos em conformidade com as necessidades da pesquisa.

Segundo Marc Bloch (2001)⁴, a importância de se realizar uma sistematização de inventário para este trabalho se sustenta pois o produto será considerado como um documento, um dossiê que guardará uma “fotografia” da avenida, suas edificações e vazios urbanos neste

⁴ Marc Bloch – historiador francês que se destacou por ser um dos fundadores da Escola dos Annales, nasceu em Lyon (França) em 1886, tornando-se pesquisador na Fundação *Thiers* (instituição francesa que visa apoiar o início da carreira de jovens investigadores considerados promissores) e fundou, conjuntamente com outro historiador - Lucien Febvre em 1929, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que é um referencial para muitos Historiadores até hoje, além de ser considerado fundamental para o desenvolvimento das chamadas *Nova História* e *História das Mentalidades*.

momento histórico e servirá como base para futuras pesquisas e preservação da evolução urbana de João Pessoa.

[...] quando se trabalha com documentos, é preciso aprender a constituir dossiês. Estes podem se constituir com a ajuda de fichas. Os blocos ou cadernos impedem que se possa reclassificar, pois um dossiê é uma coisa mutável; a ficha, pedaço de papel escrito de um só lado, com um título para uma classificação cômoda é sempre deslocável. É preciso saber interrogar os documentos e para isso ter um roteiro de questões meio escrito, meio de cabeça (Bloch, 2001, p. 209).

A sistemática de obituário/inventário, através da comparação dos dados infomeoriais e a situação atual da avenida, oportunizou o levantamento e sistematização dos dados e informações que auxiliarão na ressignificação da memória patrimonial, bem como analisar os aspectos infomemoriais do patrimônio em tela.

1.3 Estrutura da Dissertação

A presente proposta, ficou assim estruturada: a primeira seção **“O ESPAÇO QUE ME ABRIGA E É POR MIM ABRIGADO: A CIDADE E MINHAS/NOSSAS MEMÓRIAS”**, introduz a temática, bem como apresenta a questão da pesquisa, as hipóteses, o delineamento do problema, os objetivos, geral e específicos, o design metodológico e, por fim, a estrutura das demais seções.

A segunda seção, intitulada **“INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: TRÍADE NECESSÁRIA”**, apresenta a tríade teórica que sustenta a proposta, tomando como foco centralizador informação, a memória e o patrimônio convergindo para o estado da arte no campo da Ciência da Informação.

A terceira seção, intitulada **“A CIDADE DE JOÃO PESSOA: TRAÇOS INFORMEMORIAIS”**, apresenta aspectos da memória histórica da cidade, considerando os aspectos já identificados na documentação a ser analisada, bem como o enfoque bibliográfico.

A quarta seção, intitulada **“OBITUÁRIO INFOMEMORIAL DA AVENIDA JOÃO MACHADO”**, desenvolve uma perspectiva mais centrada na própria avenida, objeto do trabalho, em que apontamos a partir das informações que aliam arquitetura (e urbanismo), documentos administrativos dos órgãos de preservação e as reportagens do jornal **“A União”**, na construção de uma narrativa do abandono, a falta de atenção do poder público e da iniciativa privada para esta parte da cidade.

Quinta e última seção, “**CONSIDERAÇÕES FINAIS**”, se debruça nos aspectos finais, desenvolvendo um fechamento das ideias e teorias acomodadas ao longo das pesquisas, contribuindo para a composição de uma linha específica de trabalhos sobre a memória dos bairros e de cidades – tema esse relevante para ambas as áreas: Arquitetura e Ciência da Informação.

2 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: TRÍADE NECESSÁRIA

[...] diferentes valores que são atribuídos aos objetos (históricos, culturais, estéticos, econômicos, entre outros), pois é a partir deles que se reconhece o tipo de informação que se pretende transmitir ao classificar um bem como patrimônio cultural (Souza; Crippa, 2010, p. 5).

As cidades também refletem suas memórias e sua história por meio de suas estruturas arquitetônicas, incorporando a experiência humana de seus residentes no tecido urbano e contando visualmente a narrativa da sociedade que a habita. A imagem de uma cidade é uma criação coletiva moldada pela cultura de sua população que se manifesta fisicamente no ambiente construído.

Como início deste capítulo é importante salientar a compreensão de que para se tratar da memória e de sua relação com o patrimônio, é fundamental tratar, na apropriação do espaço, da noção de “lugar” e de suas implicações para a construção das narrativas, lembranças, fatos históricos e como eles interagem e são reconstruídos pelos atores sociais aqui considerados moradores, trabalhadores, usuários, transeuntes e afins. Michel De Certeau (1982 [1974], p. 67, apud Guedes, 2018, p. 18) corrobora com esta afirmação pois acredita que é a partir da definição do lugar enquanto locus espacial e imaterial (*genius loci*⁵), que desenvolvemos nossos métodos, delineamos uma “topografia de interesses” e organizamos os documentos e as questões que serão abordados, sendo que nada pode eliminar a singularidade do local de onde falamos e do domínio no qual realizaremos nossa pesquisa

A historiografia sobre os bairros da cidade de João Pessoa parece negligenciada, muito embora as abordagens nesse tema são frequentemente impulsionadas pela persistência e curiosidade de pesquisadores, professores e outros profissionais em desvendar o processo de urbanização da capital paraibana como um todo, sem compartimentá-la em suas estruturas geográficas e sociais que evidenciam suas características mais particulares, isto é, nos bairros. Quando buscamos informações para recontar esta história, é comum encontrar algumas produções elaboradas por memorialistas, que, mesmo considerados peças importantes na

⁵ *Genius loci* (espírito do lugar) tem para a arquitetura e urbanismo a compreensão de que cada território é um lugar único, com características e elementos específicos que só podem ser encontrados ali e que influenciam sobremaneira no dia a dia dos moradores, usuários e afins.

pesquisa⁶, nem sempre tem suas produções divulgadas amplamente, o que dificulta, de certo modo, a construção de uma revisão sistemática sobre o assunto.

Por outro lado, o patrimônio cultural, tanto em sua esfera material, neste caso em especial arquitetônico, quanto na esfera imaterial, é importante na construção da história e na preservação e disseminação da memória coletiva de um povo. Neste movimento de compartilhamento da memória, os patrimônios culturais precisam de atenção pelos órgãos público responsáveis e até mesmo pelos proprietários privados. Para Gonçalves (2007, p. 155), “os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em patrimônio”.

O patrimônio cultural arquitetônico, objeto de nossa investigação, precisa ser preservado e valorizado pela sociedade, possibilidade que ocorrerá mediante conscientização dos cidadãos⁷. Como vimos, a história e a memória patrimonial de um povo podem ser expressas nas edificações mais antigas, que tentam sobreviver à expansão e ao crescimento das cidades com seus traçados modernos. Por outro lado, há que considerar também a falta muitas vezes de informação sobre o patrimônio de modo a contribuir para uma educação patrimonial que seja ativa socialmente e contribua para a preservação da memória social.

Halbwachs (1990) destaca a existência de memórias individuais e coletivas. Para o autor, a memória coletiva é constituída por fatos passados que, devido à sua importância, adquirem significados, passando a influenciar o dia a dia em sociedade. Esses fatos são lembrados, e favorecem a reconstrução da memória. Souza Filho entende o patrimônio cultural como:

[...] a garantia de sobrevivência dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida e a busca pela preservação da memória coletiva e das culturas locais se dá a partir da valorização dos espaços públicos, tais como bairros e centros históricos, entre outros, como meio de manter viva a memória e dar à cidade o sentido de expressão das comunidades locais (Souza Filho, 2005, p. 16).

Para Le Goff (2003, p. 175) “[...] nas sociedades ditas tradicionais, a antiguidade tem um valor seguro: os antigos dominam como velhos depositários da memória coletiva”. Nessa ótica, percebemos que há na cidade João Pessoa um movimento contrário: desde meados do

⁶ Em geral, os memorialistas nem sempre têm formação em História, o que interfere na divulgação de seus trabalhos. Porém, eles podem ser considerados de fato historiadores.

⁷ Projeto K, cidade abandonada, destruída e revitalizada da autoria do Jornalista Kubitscheck Pinheiro disponível no endereço @kubipinheiro, tem prestado um relevante serviço público ao revelar em sua rede social as condições dos patrimônios edificados na cidade de João Pessoa/PB.

século XX a cidade vem se desvencilhando de seu passado e busca se expressar através daquilo que é considerado como moderno e que dirige suas ações conforme os resultados se apresentam como marcas do desenvolvimento. Como observa Bauman (2003) em tempos atuais, a velocidade e a procura do novo tem se tornado algo constante, fazendo-se importante a busca pela preservação da memória.

Para Nora (1993) a memória é a vida, o sagrado, o eterno presente e a história, a reconstrução sempre problemática e incompleta, a representação do passado: “Tudo o que chamamos hoje de memória não é, portanto, memória, mas já é história” (Nora, 1993, p. 8-9).

Dodebei e Gouveia entendem que:

[...] as memórias auxiliares funcionariam como compensação a essa dinâmica da memória individual que não pode abrir mão do esquecimento. De uma memória apenas individual, passamos a nos valer de uma memória coletiva enriquecida com pontos de vista diversos sobre um mesmo fato social (Dodebei; Gouveia, 2008, p. 2).

Podemos observar que a construção da memória coletiva, através da utilização dos marcos arquitetônicos sempre amparados pela percepção do usuário, é fundamental para a preservação da identidade do lugar. Halbwachs (1990) afirma que a memória somente pode ser entendida a partir das condições preexistentes na sociedade para que determinadas lembranças possam estabelecer a coesão social. Desse modo, as instituições de memória, de estoques de informação, podem operacionalizar o esquecimento ou mesmo o direito à memória por meio dos mecanismos de administração diminuindo os estoques excedentes, reformatando ou fragmentando as estruturas da memória (Barreto, 2000).

Oliveira e Azevedo Netto (2007) consideram as ações, memórias individuais e os objetos, em sua identidade própria, não são os elementos considerados de interesse para preservação. O que torna um objeto de interesse para preservação são os elementos que, ao longo dos tempos, fizeram com que ele se torne ponto de referência para uma sociedade; um ponto de referência que não surgiu arbitrariamente, mas que pode ser visto como resultado de acordos e ações que se fundamentaram em diferentes teias de interação. Essas questões ajudam-nos a olhar de forma diferenciada para a constituição dos lugares de memória, tratando-a como uma prática possível e existente somente por meio da materialização de informações, valores e funções que são encontradas ou que se pretende atribuir aos bens para elegê-los como suportes para a memória.

Corroboraremos com Oliveira e Azevedo Netto (2007) que é somente pela forma como os elementos de informação e os valores são registrados, em documentos burocráticos e

institucionais, que podemos pensar nos lugares de memória institucionalizados, na preservação de uma memória oficial e na manutenção de pontos de referência em dadas sociedades e momentos históricos.

Na perspectiva teórica de compreender a relação informação, patrimônio e memória no campo da Ciência da Informação, Albuquerque, Menezes e Silveira (2021, p. 3), afirmam que:

A perspectiva dos estudos sobre patrimônio cultural que se apresenta na Ciência da Informação é a de lançar elementos de e sobre os bens materiais e imateriais existentes, enquanto registros de informação (em seu sentido lato), para evidenciar suas funções sociais, históricas e memoriais. Os processos de registros desses bens culturais repercutem na atribuição de valor, historicamente construído e transformado, a um conjunto de práticas socioculturais que se desdobram em registros materiais e imateriais.

Azevedo Netto (2015) ao discorrer sobre informação e patrimônio destaca que o significado do patrimônio emerge quando uma comunidade o reconhece e atribui novos sentidos, sendo esse processo facilitado pelo acesso à informação, que possibilita o compartilhamento e a formação da memória. Para o autor, a informação ganha condição vital podendo atuar diretamente no processo de preservação patrimonial que culminará possivelmente para o fortalecimento identitário.

Nesse aspecto, o patrimônio cultural arquitetônico carece de ações informacionais voltadas a sua divulgação sob pena de desaparecer ou ser destruído às sombras da própria legislação.

Perseguindo a mesma linha de raciocínio, autores como Rocha (2011), Bezerra (2014) e Dias (2022) defendem o uso de instrumentos informacionais como inventários, catálogos entre outros como efetivos meios para discorrer, prevenir e ou mesmo estabelecer políticas públicas de preservação patrimonial, contribuindo também para a produção, compartilhamento e acesso ao conhecimento. Nesse sentido, pode-se inferir que, se bem utilizados, os instrumentos de informação servem também para a construção memorial, assim como para controle da destruição e silenciamento patrimonial, sobretudo quando voltados ao patrimônio cultural arquitetônico.

Rocha e Azevedo Netto assinalam que o inventário, enquanto instrumento de representação descritiva patrimonial se

[...] constitui [em um] instrumento importante no processo de patrimonialização, bem como para a gestão patrimonial e educação patrimonial, sobretudo, pelo tratamento da informação especializada sobre os bens patrimoniais, otimizando o seu acesso e efetivando as políticas de preservação da memória (Rocha; Azevedo Netto, 2012, p. 5).

Ideia também partilhada por Dias ao afirmar que a

A concepção de inventário parte da compreensão de um instrumento de controle, de proteção e de auxílio à tomada de decisão, o que implica diretamente o processo de gestão, sobretudo, das instituições públicas, considerando o que estabelece o Parágrafo 1º do Art. 216 da Constituição Federal de 1988: O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação [...] (Dias, 2022, p. 230).

Por outro lado, há que se observar em relação aos instrumentos de informação assinalados, em geral, voltam-se para o existente, ou seja, o concreto, pois de acordo com Campos (2013, p. 121) “O inventário, na seara patrimonial, é instrumento de conhecimento de bens culturais, seja de natureza material ou imaterial, que subsidia as políticas de preservação do patrimônio cultural”. Em geral, os instrumentos priorizam, no caso do patrimônio cultural arquitetônico, apenas o potencial físico e artístico, em geral a volumetria. Nesse sentido, não há alusão a qualquer outro aspecto conforme assinala Coelho e Michelon (2019, p. 122) ao tratarem sobre memória do trabalho e o ocultamento silencioso imposto ao priorizar a volumetria sem considerar o que testemunharam tais espaços. Os autores ao abordarem sobre o patrimônio industrial afirmaram:

[...] nem há menção a qualquer outro valor, inclusive aqueles espaços que potencialmente fazem parte da sociabilidade, como o refeitório, não foram levados em consideração e foram descaracterizados na intervenção. Na Laneira, por sua vez, a proteção refere-se apenas à volumetria, não considerando nenhum outro valor se não o arquitetônico, embora esteja enquadrado em um nível de proteção que salienta a memória da cidade (Coelho; Michelon, 2019, p. 122).

A afirmativa dos autores nos conduz a refletir também sobre os processos de patrimonialização e os argumentos históricos constantes dos processos de tombamento, temática a ser pensado para trabalhos futuros. Por outro lado, quando por razões várias o patrimônio cultural deixa de existir, aplica-se o princípio da baixa patrimonial. Esta prática culmina com o total ocultamento do passado que culmina com o apagamento da memória patrimonial. Regine Robin (2016) ao discorrer sobre o esquecimento aponta quatro categorias que convergem para a efetiva apropriação destas: *Demolir*, *Anistiar*, *Apagar* e *Substituir*. Todas, indiscutivelmente, podem ser usadas em relação ao apagamento da memória patrimonial, em particular do patrimônio cultural arquitetônico.

Para a autora, o ato de *Demolir* inclui as destruições oriundas de ações da natureza fazendo referência a terremotos, inundações ou outro tipo de catástrofe, assim como às

destruições programadas, a exemplo da demolição integral, na década de 1980, do antigo prédio da Rádio Tabajara, localizado na Av. Tabajara, Centro da Capital paraibana. A edificação havia sido construída em 1930 por determinação do então Governador do Estado Argemiro de Figueiredo. Outro exemplo de demolição, parcial e irreversível, foi a de três das oito senzalas que integravam o Casarão de José Rufino, uma edificação que integra o conjunto histórico e urbanístico na Cidade de Areia/PB, tombada, em 2006 pelo IPHAN⁸.

De acordo com Robin (2016) as destruições também resultam de renovações e/ou inovações urbanas, ou mesmo de supostas restaurações que se assentam em supostas ilusões de autenticidade.

No que diz respeito à categoria *Anistia*, a autora afirma que: “os esquecimentos sistemáticos em forma de perdões ou de anistias são uma outra maneira de realizar o apagamento do passado das sociedades” (Robin, 2016, p. 82), prática essa que mesmo sem receber essa nomenclatura ocorre.

Em relação à categoria *Apagar*, a autora faz a alusão também aos silêncios impostos em toda a sua dimensão, ou seja, parece haver um acordo tácito em torno de uma “[...] amnésia que pesa sobre o tecido social” (Robin, 2016, p. 85). Nesse sentido, o silêncio parece imperar de tal modo que sequer há testemunho ou registro nos arquivos, à exemplo dos muitos prédios demolidos sem confirmação de quem foi o mandante e como de fato se deu o ocorrido, caso da destruição, em 2020, na Universidade Federal da Paraíba, do painel de arte em azulejaria da autoria do arquiteto Acácio Gil Borsoi, que revestia um anexo do prédio da Reitoria⁹. Apesar das indagações e notas de repúdio por parte de arquitetos e outros profissionais não se sabe até hoje o mandante dessa brutal tirania patrimonial.

O resultado é um espaço vazio, o que poderá levar à execução da quarta e última categoria, a da *Substituição*. No caso do painel acima citado, retirou-se os azulejos e substituiu-se por uma simples pintura, ação da qual não há registro, exceto os poucos que perduram na mídia eletrônica. Ao apontar a quarta categoria, a autora provoca ao dizer que: “O verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar da outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome [...]” (Robin, 2016, p. 93).

⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/01/23/iphan-embarga-obra-que-estava-destruindo-tijolos-de-1818-de-casarao-tombado-na-paraiba.ghtml>

⁹ A esse respeito consultar o endereço: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/09/24/painel-de-arte-e-destruido-durante-obra-da-ufpb-e-ato-provoca-revolta-de-arquitetos-e-artistas.ghtml>

Todas essas ações de algum modo provocam o desaparecimento dos anônimos (aquelas construções que não sobreviveram ao tempo, ou por serem vernaculares ou por se tornarem caras demais para sua manutenção). Pensemos na destruição, ou substituição, de um patrimônio arquitetônico no todo ou em parte com ausência de vestígios: o tempo torna-se, metaforicamente, a borracha que apagará todos os possíveis vestígios. Todavia, a autora, ao discorrer sobre a história de Louis-François Pinagot, um desconhecido retratado por Alain Corbin¹⁰, historiador que inovou ao se voltar a compreender o passado pouco atrativo que tecia a memória de Louis-François, afirmou: “[...] trata-se de recompor um quebra-cabeças a partir de elementos inicialmente dispersos; e, ao fazê-lo, descrever sobre os devorados, os pagados, sem, no entanto, contar com um testemunho” (Robin, 2016, p. 107).

Ante ao exposto, e compreendendo que os instrumentos de informação, a exemplo do inventário, atua diretamente com o existente e que estes são imprescindíveis na e para a preservação patrimonial, nossa perspectiva coadunou-se com os caminhos percorridos por Corbin associados às categorias ressaltadas por Robin (2016), considerando que a Ciência da Informação possui papel preponderante na produção, organização e compartilhamento da informação. Nesse aspecto, optamos por nos voltarmos para o obituário do patrimônio arquitetônico da Avenida João Machado. A ideia foi inspirada na obra da autoria de Luiz Amorim, intitulada *Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista*, publicado em parceria com o Funcultura, Fundarpe e a UFPE.

Assim, o obituário, conceitualmente consiste em um instrumento de preservação de dados do patrimônio que inexistente, total ou parcialmente, composto por um conjunto de dados descritivos de caráter arquitetônico, sociológico, paisagístico, antropológico, histórico, artístico e cultural capaz de contribuir na compreensão do patrimônio e de sua anterioridade, associada a documentos externos com possibilidades de reconstrução quer virtual quer não de suas características originais extraídas em razão de ações demolidoras que provocam o esquecimento.

Amorim (2007), ao discorrer sobre o óbito arquitetônico, afirma que estes se dão pelo viés da mutilação, esquitejamento, ou ainda por sua total destruição. Todavia, ele alerta que a reconstrução se apresenta como uma forma possível de ressurreição independente da *causa mortis*. Comungando como as ideias do autor, defendemos, portanto, que o obituário pode ser

¹⁰ Historiador francês, especialista sobre o século XIX. Dedicado estudioso da denominada história das sensibilidades, vertente que se origina das abordagens de Lucien Febvre.

esse instrumento de registro descritivo memorial capaz de contribuir para reativar a memória e fortalecer as identidades. O obituário apresenta-se como um instrumento de Dever de Memória.

2.1 O Dever de Memória na Ciência da Informação

Aliar a tríade informação, memória e patrimônio no campo da Ciência da Informação requer pensar o próprio campo e o dever de memória corroborando com Araújo (2014, p. 8), que aponta a reflexividade do campo que, para ele, consiste na “[...] imbricação entre documentos (ou registros de conhecimento), mediações (tecnológicas, institucionais) e saberes (culturas, memórias, conhecimentos coletivos)”.

Essa imbricação é particularmente operativa no caso da destruição do patrimônio arquitetônico, que tem impactos significativos em diversos níveis. Em primeiro lugar, ele representa a perda irreparável de obras que carregam valor histórico, cultural e estético, o que resulta na diminuição da diversidade arquitetônica e na ameaça à identidade cultural de uma comunidade ou região. Além disso, a destruição do patrimônio arquitetônico muitas vezes está ligada à perda de espaços com significado social, como praças, edifícios históricos e centros urbanos, afetando a coesão comunitária e o senso de pertencimento.

Economicamente, a destruição do patrimônio pode ter impactos negativos na medida em que o turismo cultural e a preservação de edifícios históricos contribuem para o desenvolvimento econômico de muitas áreas.

Em termos globais, a perda de patrimônio arquitetônico representa um empobrecimento do legado cultural da humanidade, que torna imprescindível os esforços de preservação e de conscientização para proteger esses tesouros arquitetônicos.

A Ciência da Informação no Brasil tem se voltado para os campos da informação, memória e patrimônio. Em 2008, por ocasião da Assembleia Geral da ANCIB, durante o IX ENANCIB (São Paulo), foi oficializada a criação do “GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação”. Em 2010 ocorreu a criação do “GT 10 - Informação e Memória”, ambos junto à Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). A criação dos respectivos GTs alavanca as discussões sobre informação, memória e patrimônio no campo, e toma para si uma espécie de “Dever de memória”. Todavia, esse dever, no sentido alertado por Abreu (1998), se efetiva em relação à valorização do passado, incluindo o passado das cidades cuja tônica tem sido conclamada em todas as culturas ocidentais, sobretudo em razão de mudanças comportamentais de preservação e proteção patrimonial alavancada a partir do processo de globalização e levada à cabo pela França, como um dever de memória e proteção dos espaços e das culturas.

No caso específico da Ciência da Informação, esse dever de memória pode ser atribuído às potencialidades de lembranças que dela podem se derivar considerando os instrumentos memoriais como catálogos, inventários, em sentido lato o tratamento técnico que pode ser atribuído desde a produção. Nesse sentido, outros desafios se apresentam na disputa do lembrar e esquecer, a qual está diretamente vinculada ao Dever de Memória e este, por consequência, associado à ideia, proposta por Ricoeur (2007, p. 101), de dívida enquanto herança, pois “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam”.

Ante ao exposto o “dever de memória” se traduz enquanto conceito significativo para a Ciência da Informação que se refere à responsabilidade de preservar e acessar informações e documentos ao longo do tempo. Ricoeur reconhece a importância de conservar o conhecimento humano, a história e a cultura para as gerações futuras. Aqui estão alguns pontos-chave relacionados ao dever de memória na Ciência da Informação, uma vez que este campo reconhece que a preservação de documentos e informações é essencial para manter a memória coletiva de uma sociedade, o que inclui registros históricos, literatura, arte, cultura, ciência além de aspectos como:

- a) Acesso à Informação, o dever de memória também implica garantir que as informações sejam acessíveis. Isso envolve a criação de sistemas de arquivamento eficazes, catalogação adequada e tecnologias que permitam às pessoas encontrar e utilizar documentos e informações relevantes;
- b) Ética e Responsabilidade, aspecto vinculado a garantia de que as informações sejam tratadas e compartilhadas de modo garantir a proteção da privacidade, a não distorção intencional de fatos e a promoção da diversidade e inclusão no acesso à informação;
- c) Preservação Digital, com o avanço da tecnologia, a preservação digital tornou-se uma parte crucial do dever de memória. Isso envolve o arquivamento de documentos digitais de maneira a garantir sua acessibilidade a longo prazo, superando desafios como a obsolescência de formatos e mídias;
- d) Consciência Histórica e Social, uma vez que o dever de memória também envolve a promoção da consciência histórica e social. Isso significa não apenas preservar documentos, mas também promover a compreensão do contexto histórico e social em que eles foram criados.

O Direito à Memória é um conceito que destaca a importância de preservar e reconhecer a memória coletiva de uma sociedade. Este direito refere-se à garantia de que as experiências históricas, culturais e sociais sejam lembradas e transmitidas às gerações futuras. Inclui a preservação de patrimônios culturais, documentos históricos e a promoção do conhecimento sobre eventos significativos.

A preservação do Direito à Memória é fundamental para fortalecer a identidade cultural, entender as raízes de uma comunidade e aprender com as lições do passado. Muitas vezes, políticas de memória envolvem a proteção de locais históricos, a promoção da educação histórica e a preservação de testemunhos de eventos importantes.

Esses esforços visam não apenas manter viva a memória coletiva, mas também prevenir a repetição de erros do passado e promover uma compreensão mais profunda da história, contribuindo para uma sociedade mais informada e resiliente.

Em síntese, o Dever de Memória na Ciência da Informação envolve a preservação e o acesso responsável às informações e documentos que representam a história, a cultura e o conhecimento de uma sociedade, sendo uma responsabilidade ética e prática que desempenha um papel fundamental na promoção da aprendizagem, da pesquisa e da compreensão do mundo.

O epitáfio da Avenida João Machado, que este trabalho se propõe, contribuirá para o avanço do estudo da memória e identidade da região central de João Pessoa não só a partir do campo arquitetônico e urbanístico, mas principalmente ampliará o espectro da Ciência da Informação, comprovando sua dimensão transdisciplinar dentro da academia.

3 A CIDADE DE JOÃO PESSOA: TRAÇOS INFOMEMORIAIS

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só têm sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado (Pesavento, 2007, p.1).

Nesta seção abordaremos a questão do patrimonial através de seu viés urbano e arquitetônico, sempre considerando que em cidades que fazem parte da “periferia do capitalismo”, como aquelas que fazem parte da América Latina, a sanha desenvolvimentista, por intermédio da demolições, reformas urbanas rodoviaristas, especulação imobiliária e afins, acaba por produzir, na identidade de uma comunidade, o peso do “esquecimento” ou “ausência”, apagando os marcos físicos que contam a história de um determinado local. Para isso, inicialmente trataremos o Estado da Arte da preservação da memória em centros históricos na atualidade, suas dinâmicas, desequilíbrio de forças e interesses, abordaremos as teorias de lugares de memória, espaços vazios (*Terrain Vagues*), influência do capitalismo tardio nos espaços de memória; depois observaremos a formação ao longo da história do sítio histórico da cidade de João Pessoa, seu desenvolvimento urbano e a criação do bairro do Jaguaribe (já como expansão do centro no fim do século XIX, portanto sob a influência do higienismo e desenvolvimento industrial) e, por fim, a inserção da avenida João Machado nesta relação entre o centro e o novo bairro.

Tal proposta vai ao encontro de fornecer base teórica que relaciona o local aos interesses históricos do mercado e como a transição de uma cidade colonial baseada no militarismo e latifúndio agrário (e a sua dependência na capitania de Pernambuco) para uma urbe moderna, melhor, que tem vontade de ser moderna através de investimentos realizados pelo poder público e iniciativa privada na expansão do centro e criação dos novos bairros sob a égide de projetos públicos de relevância, contratando arquitetos de renome de outras regiões do país.

3.1 Breve Análise da Preservação da Memória em Centros Consolidados

O Centro histórico de uma cidade pode ser considerada como um palimpsesto, um local onde várias camadas de intervenções urbanas foram implantadas, uma sobrepondo a outra, deixando resíduos construídos – conjuntos edilícios, edifícios isolados, praças, largos ou

traçados viários – como marcos característicos que denotam a passagem do tempo. Intervir nestes centros sempre se demonstrou um desafio pois, invariavelmente, além da própria complexidade da requalificação urbana de áreas consolidadas no resultado do projeto, incidem fatores de ordens social e econômicos da população afetada.

Isto posto, pesquisar sobre a “memória do lugar” torna-se um processo contínuo de ressignificação dos elementos-chave a serem preservados e rememorados, haja vista que o conceito de memória, diferentemente do que se apregoa corriqueiramente junto à população, não é algo natural que representa a verdade dos fatos de determinado acontecimento, mas sim refere-se à escolha entre linhas narrativas do que se pretende preservar (ou descartar) como elementos fundantes, reforçando (ou não) a identidade da população tradicional ali alocada.

Igrejas, palácios e fortificações são geralmente edificações que permanecem como marcos arquitetônicos e memorialísticos, pois representam a presença da religião predominante, o Estado e o poder militar e são comumente evidenciados na narrativa histórica preponderante. Porém, nas últimas décadas, tal noção normalista, que carrega a moral das elites, vem recebendo a colaboração e a presença de novos marcos, estes ligados aos atores sociais menos abastados, como o proletariado, religiões de matrizes não católicas, africanas ou indígenas, artesãos etc.

No campo da memória, esses mesmos marcos também sofrem ajustes enquanto “documentos”, muitas vezes são rememorados de formas diferentes do que a “cultura aristocrática”¹¹ define como o marco civilizatório, pois as comunidades populares os absorvem, ressignificando por completo o espaço ou o evento, trazendo para si os símbolos e práticas de preservação da memória.

O caminho de volta também acontece – eventos populares tornam-se de elite conforme as engrenagens do capitalismo e do turismo exploratório monetizam a participação, distanciando a população do evento, como exemplo os carnavais do Rio de Janeiro e Salvador, onde a comercialização de abadás (Salvador) e espaços nos carros alegóricos e nas alas das escolas de samba (Rio de Janeiro) determinam um perfil de classe social distinta da população tradicional, obrigando-a a percorrer na periferia da festa de rua (a tal “pipoca” que fica depois do cordão de isolamento) ou assistir sua agremiação preferida pela televisão aberta.

Esses processos de “vai e vem” constroem alicerces para a composição de uma plêiade de eventos culturais que organizam a história e, conseqüentemente, a identidade, de forma a

¹¹ Ressaltamos que quando apontamos “alta cultura” em contraponto à “baixa cultura”, este é de forma irônica, pois desde a década de 1960 que o grupo de acadêmicos, capitaneados pelo sociólogo Reymond Willians, teceram nova teoria, esta de caráter marxiano, que relativiza a ideia de uma cultura erudita, construída e utilizada apenas pelas elites, sendo relegado tudo aquilo do cotidiano e de menor valor como baixa cultura, definindo que a cultura de massa também faz parte do rol de atividades a serem estudadas e preservadas.

solidificar algumas características que vão se sobressaindo e garantem suas permanências, independente dos acontecimentos históricos relevantes.

A partir do pós-guerra ocorrem mudanças significativas nos conceitos de memória e história e para organizar nossa pesquisa utilizaremos os estudos de Pierre Nora (1993) que atribui ao historiador a necessidade de se distanciar de uma narrativa histórica única, hegemônica (construída para ser a identidade da nação), “desnaturalizando” os elementos postos como verdade incondicional na justificativa de tal narrativa, repensando assim todas as relações da história oficial e a memória nacional, realizando uma “história da história” – uma dissecação importante daquilo que estaria por trás dos eventos fundantes contidos no patrimônio preservado.

Da mesma forma que devemos à distância panorâmica o grande plano e ao estranhamento definitivo uma hiperveracidade artificial do passado, a mudança do modo de percepção reconduz obstinadamente o historiador aos objetos tradicionais dos quais ele havia se desviado, os usuais de nossa memória nacional. Vejam-na novamente na soleira da casa natal, a velha morada nua, irreconhecível. Com os mesmos móveis de família, mas sob uma nova luz. Diante da mesma oficina, mas para uma outra obra. Na mesma peça, mas para um outro papel. A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória (Nora, 1993, p. 21).

O trabalho de Nora nos será fundamentalmente importante por tratar do conceito de “locais de memória”, sendo, portanto, um ponto de atenção na análise das memórias (no plural, por entendermos que não há apenas uma história, mas sim narrativas que são construídas coletivamente pela sociedade). Para Nora, no pós-guerra, as relações do campo da memória adquiriram maior “velocidade” de transformação, fruto da adoção do neoliberalismo por boa parte da humanidade, o que potencializou o fluxo de investimentos no espaço construído e, conseqüentemente, afligiu duro golpe na preservação dos marcos históricos que de uma hora para outra viram-se destituídos de seu entorno físico, perdendo, portanto, a legitimidade enquanto monumento/documento a ser preservado.

A pressa na preservação tanto do tecido urbano como das técnicas e cultura tradicionais desembarcam numa “crise da memória”, ou como Nora descreve: “oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida” (Nora, 1993, p. 7), sendo que a materialidade assume protagonismo como pedra de toque para o olhar histórico e os lugares considerados de memória são elevados como refúgios de uma memória esfacelada: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (Nora, 1993, p. 17).

Para nós, a avenida João Machado, localizada no bairro das Trincheiras, no centro de João Pessoa, apresenta as características necessárias para ser considerada como um “lugar de memória”.

O local de memória para existir deve comportar três significados. Primeiro, ser onde a memória social encontra materialidade (pode ser apreendida pelos sentidos). Segundo manter funções, ter sua utilidade salvaguardada, mesmo que o uso tenha se transformado ao longo do tempo. Terceiro, representar no âmbito do simbólico a referência e a guarida da memória social (Nora, 1993). A somatória destas características determina que o lugar “carrega uma vontade de memória”.

Michel de Certeau (1990) segue um caminho análogo, quando teoriza o conceito de “relatos do espaço” onde analisa as formas consideradas particulares como: táticas, estratégias, fluxos, passagens, fronteiras, na representação de experiências com o lugar, traçando uma distinção entre lugar e espaço, implicando diretamente na atual mobilidade social (lugar e não-lugar) no meio urbano.

As táticas são aplicadas no contexto a partir de sua relação com o espaço constituído, já que elas se apropriam deste lugar “próprio” – “... espaço que é controlado por um conjunto de operações “estratégicas”, fundadas sobre um desejo e sobre um conjunto desnivelado de relações de poder” (Josgrilberg, 2015, p. 23) e os transformam em “lugar praticado”, desvirtuando a estrutura social original e implantando novos usos, remetendo aos exemplos relatados antes sobre a relação entre memória e tradição e suas transformações.

Algo que esta dissertação é tributária de Certeau diz respeito à compreensão da importância da figura do andarilho (do francês: “*flâneur*”¹²), aquele personagem que vasculha a cidade, observando o ambiente e interagindo com o local, e que em sua passagem transforma um espaço comum, geométrico, em memória, descobrindo e reverenciando o “*genius locci*” do lugar (Fraser, 2010, p. 1). Consideraremos que as notícias do jornal *A União* (que para esta pesquisa é a fonte primária de informações sobre as transformações da avenida e arredores) têm essa função: escrutinar as notícias para encontrarmos referências, traços, vestígios das transformações da cidade. O obituário pretendido nesta pesquisa se aproveita não só do que foi referido acima, como principalmente da concepção do “não lugar” que Certeau aponta como ressignificação anônima, que surge do que considera “desvio” no uso dos espaços tradicionais, transformando-os em locais de passagem/trânsito, efêmeros e, portanto, provisórios.

¹² A primeira pessoa que utiliza a palavra *flâneur* com a conotação adotada nesta dissertação foi Charles Baudelaire, referindo-se a quem observa a cidade e se utiliza dessa experiência para partilhar suas impressões sobre a paisagem como também desenvolver um pensamento filosófico sobre o que foi visto.

Outro autor que avalia a intensificação da informação e a economia nas relações humanas da estrutura do neoliberalismo é o geógrafo David Harvey (1992) que, a partir de uma visão marxiana (materialismo histórico-dialético), define que a constituição do espaço-tempo é relativa pois depende da relação entre o físico e as relações de troca de uma sociedade (veremos logo mais no quadro 1 que explicará tal afirmação). Quando a seara da acumulação de capital no pós-guerra a partir da indústria globalizada (intensificando a partir dos anos de 1970 e 1980), torna o “tempo” das trocas financeiras mais rápido do que o tempo da produção do produto, este se descola das atividades do dia a dia, financeirizando o “rentismo” e causando uma ruptura entre o homem e a natureza.

Mas o que o espaço-tempo de Harvey tem a ver com o nosso tema? Ora, para o geógrafo, para tratarmos sobre a memória coletiva nos espaços urbanos, uma das formas mais eficazes leva em consideração este fluxo, pois as influências externas das macroeconomias, da globalização e das políticas públicas implicam na maneira como a população se utiliza não só dos centros históricos, como também do resto da cidade e, mais importantes, lida com o patrimônio a ser preservado. A tendência é o descarte de conjuntos edilícios antigos para dar espaço para novas edificações e o espaço resultante é subutilizado em atividades efêmeras, como estacionamentos rotativos ou terrenos baldios, pois o mercado de terras (especulação imobiliária) e o capital estão entrelaçados, monopolizando valores sociais, físicos e culturais da cidade.

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão ‘o que é o espaço?’ é por consequência substituída pela questão ‘como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?’ A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana (Harvey, 1973, p.13).

Se observarmos apenas os espaços vazios resultante das lacunas surgidas após a interferência do mercado imobiliário, com a conivência do poder público, podemos traçar paralelos com os *Terrain Vagues* elencado por Solà-Morales (2002) que apregoa que não se pode mais entender a cidade apenas com base em sua análise física, pois os fenômenos

fomentados pela crise urbana advinda da reestruturação econômica global do final do século XX alteraram substancialmente o mercado imobiliário, incorporando novos espaços e usos, antes negligenciados pelo planejamento urbano modernista. Segundo Paiva (2012), a definição de *Terrain Vagues* compreende áreas industriais abandonadas, linhas férreas, espaços residuais, conjuntos edilícios ou imóveis isolados deteriorados e, em regiões portuárias, portos sem atividade e que neste processo de movimentação populacional e de investimento, tornam-se “fundos da cidade”.

Com a flexibilização do trabalho e o surgimento do *home-office*, o descolamento da função em relação ao espaço se aprofunda, causando uma ruptura espacial, esvaziando atividades presenciais que antes garantiam a pujança de áreas da cidade – são territórios da ausência – ausência esta que resvala não só no material como também no imaterial, reduzindo a “memorização” do espaço, relegando tal conhecimento à população mais velha (que ainda retém a lembrança das atividades ali realizadas).

Exemplo desse processo neoliberal de esvaziamento das cidades foi a decadência urbana de Detroit nos anos de 1980, decorrente do fechamento das indústrias automobilísticas – principalmente a Ford e a General Motors, que optaram em investir em regiões da periferia do capitalismo (Índia, África, América latina), por causa da baixa remuneração permitida nestas localidades, desestabilizando toda a sociedade de operários estadunidenses em questão de poucos anos. O cinturão da ferrugem, como ficaram conhecidas as cidades de Flint, Cleveland, Filadélfia, Pittsburgh e Detroit, todas interligadas pela primeira rodovia urbana do mundo, a Davison M8, permitiu o surgimento de urbanismo “fordista”, reproduzindo o conceito da fábrica de automóveis, “esgarçando” espacialmente a cidade¹³, onde os subúrbios surgiram e reinaram como forma de ocupação, segmentando as cidades não só pelos seus usos (Downtown – subúrbios residenciais) como também por questões sociais e raciais¹⁴.

¹³ Podemos encontrar na Cidade Linear concebido pelo urbanista espanhol Arturo Soria y Mata no final do século XIX como fonte de inspiração para esta ocupação, construída como bairro experimental na periferia de Madri, Espanha, em 1894, sendo que o modernismo do final da década de 1920 a popularizou através das propostas de Le Corbusier, Ernst May, Lúcio costa, Kenzo Tange, entre outros. A cidade linear tem como característica mais marcante o desenvolvimento em linha, geralmente com uma via central que funciona como estrutura principal, em torno da qual se desenvolvem ramos secundários. Na proposta espanhola, no entanto, a espinha dorsal se dá pela ferrovia, de escala menor e mais urbana do que a autopista que expande o urbano, perdendo a escala humana desejada.

¹⁴ A urbanização de Detroit de forma fordista guarda em si critérios estratégicos para o controle de densidade e a autopista torna-se barreira para separar os moradores afro-americanos que vieram do Sul para trabalhar nas montadoras. Os conflitos do trabalho somado às questões raciais criaram um apartheid urbano – os mais pobres morando próximo ao centro e os mais abastados nos subúrbios (que utilizavam maciçamente o automóvel como meio de locomoção).

A cadeia de montagem se traduz em fileiras sucessivas de moradias que converteram Detroit na primeira cidade suburbana. A eficiência do fordismo materializada em termos espaciais. Modelos de maior densidade, herdados da cidade europeia foram abandonados em favor da flexibilidade, mobilidade e da velocidade, que fizeram da cidade um modelo internacional de urbanismo industrial (Vives, 2010, p. 89).

Com a globalização, crises econômicas cada vez mais intensas e em curtos espaços de tempo, além do fechamento das fábricas, as pessoas foram se mudando, esvaziando bairros inteiros, sendo que nos anos 1980 e 1990 a terça parte da cidade se encontrava abandonada, com uma quantidade de edifícios demolidos e os que sobreviveram sob constante tentativa de venda (com suas portas e janelas tapadas) dando aspecto de abandono e reforçando a imagem desoladora da falência da cidade industrial.

Figura 1: Planta da Packard e Fisher Body em Detroit



Fonte: VIVES, C. G. Detroit: Urbanismo industrial. Ciudades que se borran. *Revista del Colegio Oficial de Arquitectos*, Madrid, 2010, p. 92.

Para compreender como as sucessivas ondas¹⁵ de ocupação urbana afetam na configuração espacial das cidades e seu rebatimento na percepção da memória coletiva, objeto de nossa pesquisa, é necessário retomar a análise de David Harvey e apresentar aqui os conceitos de espaço absoluto, espaço (tempo) relativo e espaço (tempo) relacional que organizam a dicotomia com o que há em nossa volta, enquanto materialidade e relações sociais. Abaixo apresentaremos o quadro elaborado pelo autor com as devidas inserções dos conceitos de espaço, tempo e as suas relações para contribuir com a relação entre memória e centros históricos.

¹⁵ O uso da palavra “onda” é pertinente aqui pois o movimento registrado pelas marés de aumento e recuo da área molhada das praias é semelhante com o que verificamos na construção da malha urbana de uma cidade.

Quadro 1- Segundo David Harvey, alguns possíveis significados do espaço como palavra-chave.

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Muros, pontes, portas, solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados.	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição de paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) – Newton e Descartes.	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que “não são dali”.
Espaço relativo (tempo)	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital, acelerações e diminuições na fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex: o sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectivas; metáforas de saberes localizados de movimento; mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas), Einstein e Riemann.	Ansiedade por não chegar na aula no horário, atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compreensão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.
Espaço (tempo) relacional	Fluxos e campos de energia eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis -teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – Leibniz, Whitehead. Deleuze, Benjamin.	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem e claustrofobia).

Fonte: Harvey (2015)

A partir do **quadro 1**, Harvey aponta que não é possível haver a compreensão do espaço físico destituído do tempo, pois as ações de nosso cotidiano só encontram sentido se

relacioná-los (ou tencioná-los) com as dimensões social e econômica – a teoria do materialismo histórico-dialético em sua mais pura essência.

Somado ao que vimos de Harvey, podemos acrescentar o conceito de Walter Benjamin (1994) sobre a história, onde ela não se relaciona em pé de igualdade com a memória coletiva, pois o autor atribui à primeira um lastro temporal relativo enquanto a segunda se encontra fortemente atrelada ao conceito temporal relacional.

Como já apresentado, a partir da análise da Avenida João Machado, pretendemos observar o espaço absoluto do território (construções e vazios) não só como marco temporal, mas como artefatos materiais que se relacionam com a população, aqueles que podem ser “vividos”, experimentados. Através dos edifícios sobreviventes (ou mesmo o vazio dos lotes onde havia construções), evidenciaremos o espaço mediado pelas formas representacionais e, dessa forma, criam bases para interpretar os significados do lugar.

3.2 O Centro Histórico de João Pessoa

Para entender o processo civilizatório do Brasil perpetrado pela colonização portuguesa é necessário evidenciar a maneira como se deu a ocupação territorial nas terras recém-ocupadas. Pizzolato (2021) aponta que a ocupação do território latino-americano perpetrado pelos portugueses e espanhóis foi multifacetado, dada a complexidade de povos e condições geográficas distintas, forçando cada um a traçar formas urbanas distintas capazes de atender à demanda de encontrar matéria prima que pudesse ser explorada com celeridade.

Neste início de ocupação, os espanhóis imediatamente sentiram a necessidade de ocupar o interior de seu território e fundar cidades pois a descoberta de ouro e outros metais preciosos assim a faz necessária: a extração desses minérios e a transformação em lingotes necessita da implantação de fábricas que só são funcionais se estiverem localizadas em cidades. Já a ocupação portuguesa deu-se pelo domínio da costa brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda (1960, p. 218) definiu através da analogia dos lusitanos como “caranguejos”, pois para explorar o pau-brasil e depois implantar aos latifúndios de cana-de-açúcar, atividades proeminentemente rurais, a fundação de cidades foi colocada em segundo plano.

Portugal aplicou a política de distribuição de terras que vinha realizando em seu próprio território no intuito de se reestruturar enquanto posse e produção agrícola após a expulsão dos mouros no século XV, adotando as “sesmarias” que consistiam na permissão do dono do território (seja a Coroa, nobreza ou o clero) para exploração da terra para terceiros, contanto que o uso fosse a de produção agrícola, ao invés da obrigatoriedade de pagamento de

um “foro” (como era o comum em contratos de uso da terra em outros países neste período de transição entre o feudalismo para o colonialismo).

Varnhagen (1981) entende a cobrança do foro como uma possibilidade de limitar a extensão das sesmarias muito largas, ou seja, uma tentativa de limitar o tamanho das terras concedidas em sesmarias, já que a cobrança de foro colocava-se como um limite “natural” à grande extensão, no sentido de que o ônus total que incidia sobre a sua doação acabava por tornar-se um custo não desejado pelos sesmeiros (Varnhagen 1981, p. 265 apud Alveal, 2015, p. 250).

Portanto, naquele momento de reconquista do território ocupado pelos mouros, Portugal renunciou ao controle da extensão de terras em favor da fixação da população no campo e na produção de alimentos para a subsistência do novo reino.

No Brasil, as sesmarias foram aplicadas a partir da noção de território “descoberto” e, portanto, através do direito de conquista (Cirne Lima, 1954, p. 89, *apud* De Almeida, 2011, p. 543), já que eram tidas como terra virgem – sem a legitimação de quem estivesse anteriormente no local (leia-se “indígenas”), permitindo à Coroa a capacidade de ofertá-las para terceiros como modo de garantir a ocupação e colonização. Essas sesmarias repassadas à nobreza de confiança da Coroa foram chamadas de Capitânicas Hereditárias, sendo que aqui no Brasil o caráter era “perpétuo” (por isso hereditárias), diferentemente de Portugal, cuja sesmaria além de menor em extensão, era vitalícia, sendo devolvida à Coroa após o falecimento do donatário, como forma de dar margem de barganha entre o rei e o próximo locatário.

Importante salientar que a lógica por trás das capitânicas serem hereditárias foi uma maneira de incentivar a presença do donatário na colônia, pois a adoção de tal dispositivo seria de grande importância para o povoamento sistemático de um território ainda inexplorado, demasiadamente distante de Portugal e habitado por povos a serem apaziguados, pois garantiria aos colonizadores transferir o direito de usufruto aos seus herdeiros diretos. Outro fato de importância para a colonização foi que as dimensões dos territórios de cada uma das capitânicas revelaram-se extensas pois, para a governança portuguesa, os donatários escolhidos teriam que comprovar capacidade real de investir na produção de cana-de-açúcar através da posse de pessoas escravizadas, restringindo assim para poucos a enormidade de terra que vieram a se tornar os latifúndios que se estendiam da linha de Tordesilhas¹⁶ até o litoral brasileiro¹⁷.

¹⁶ O tratado de Tordesilhas foi assinado em 1494 pelas duas potências náuticas (Portugal e Espanha) como forma de “dividir” as novas terras que porventura fossem descobertas no período das navegações a partir do meridiano à oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras ao oeste ficariam sob o controle da Espanha e, encontra partida, os territórios ao leste seriam portugueses, diminuindo as disputas entre os dois países ibéricos.

¹⁷ Se observarmos ainda hoje a configuração espacial dos estados da região nordeste, ela ainda mantém a forma primal da divisão feita por Portugal enquanto Capitânicas Hereditárias.

No final do século XVI, a região da capitania de Itamaracá (fronteira da colonização portuguesa na região norte/nordeste do Brasil) passou por diversos enfrentamentos entre os lusitanos e invasores para o controle do extrativismo de Pau-brasil e a inserção da produção açucareira neste local. A necessidade de proteger o flanco mais ao norte da capitania das investidas francesas (em conluio com os Potiguaras¹⁸) foi fundamental para a existência da cidade de João Pessoa.

Em se tratando da ocupação urbana, Portugal adotou na colônia três tipos de ordenamentos, que eram organizados por seu tamanho (contagem dos “fogos”, como a literatura portuguesa trata a quantidade de residências em um determinado local) e a presença da Igreja Católica. Costa Porto (1965, p. 158-159, *apud* De Almeida, 2011, p. 549) afirma que foram transplantadas para o Brasil as práxis metropolitanas de controle territorial, desde as quais tomou vulto, desde o início, a adoção de um sistema municipalista de base urbana, cujas manifestações materiais foram o arraial (ou povoado), a vila e a cidade.

A fundação de urbes no Brasil envolvia uma complexa relação de interesses e investimentos, pois por ordem papal, o rei português tinha o poder tanto “temporal” como “espiritual”. Essa situação única trouxe por um lado maior investimento do tesouro para o processo de expansão do período das descobertas, porém também onerava muito a criação de ocupações urbanas, já que todo o ônus de implantação (obrigatória) de capelas, igrejas, mosteiros e o transporte e manutenção de sacerdotes e ordens religiosas ficava na mão da Coroa, fazendo com que a criação de cidades fosse escassa e de grande controle por parte do império português. Meneses (2023) afirma esta conexão entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, pois ambas necessitavam de apoio mútuo: a parte secular tinha o interesse da confirmação de posse de um poder de maior “confiabilidade” para impedir invasões ou questionamentos de outras nações europeias e, por outro lado, a Santa Fé, em crise devido à Reforma Protestante, encontrava-se ávida por novas “almas” a serem salvas no território americano.

Não há novidade em afirmar que a colonização brasileira aconteceu norteadada pelos interesses de duas coroas: a temporal e a religiosa, uma vez que está temática foi alvo de diversos estudos. A Coroa Portuguesa e a Santa Fé fizeram um consórcio denominado Padroado Régio, através da qual a Igreja concedia ao Rei de Portugal um conjunto de privilégios e poderes necessários para explorar as novas terras descobertas além-mar (Meneses, 2014, p. 30).

¹⁸ O povo Potiguar, do Tupi: “pescadores ou comedores de camarão” ocupavam na época um território que se estendia a partir do litoral e percorria os estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba, considerados uma das etnias mais desenvolvidas que ocupavam o Brasil no período do descobrimento, sendo capazes de rivalizar em combates com os portugueses, principalmente quando se aliavam aos ingleses e franceses.

A urbe de João Pessoa foi fundada em 1585¹⁹, durante a unificação das coroas portuguesa e espanhola (fato ocorrido entre 1580 e 1640), sendo portanto a terceira capital mais antiga do Brasil. Inicialmente batizada com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves²⁰, a nova cidade ocupou em um primeiro momento o território compreendido entre o rio Sanhauá e arredores, configurando um traçado urbano *sui generis* pois, apesar do local escolhido, manteve o esquema das ocupações fundadas pelos colonizadores que ocuparam a orla litorânea ou foz de rios, debruçando-se generosamente num promontório plano lindeiro ao braço do rio Paraíba, onde o porto foi construído e utilizado durante todo o período colonial e império²¹. Moura Filha (2010) descreve com mais cuidado as condições do sítio escolhido:

Com a construção deste forte²², teve início a cidade, assentada em uma planície, cercada de água, com um porto de excelentes condições de ancoragem situado ao seu pé, onde a natureza se encarregara de oferecer fonte de água doce, pedra para cantaria e produção de cal necessárias à fábrica das edificações que abrigariam a população daquele nascente núcleo urbano. Aquele sítio à margem direita do Rio Sanhauá, confundindo suas águas com o Paraíba, foi preferido por reunir estas, e certamente outras vantagens, pois era conhecida a fertilidade das terras do seu entorno, representando a cidade e as fortificações ali implantadas, os pontos de apoio para avançar com a exploração econômica da região, ao mesmo tempo em que asseguravam a incorporação daquela capitania aos domínios da Coroa portuguesa (Moura Filha, 2010, p. 134).

A cidade de João Pessoa adotou o esquema urbano utilizado com sucesso em outras colônias portuguesas – o porto “molhado” e, seguindo em direção de local mais alto e protegido, a construção das edificações religiosas²³, administrativas e residenciais mais importantes, havendo entre si, sistema viário herdeiro direto dos tratados renascentistas que a Coroa Portuguesa determinava para a fundação de cidades consideradas “cidades reais” (Teixeira; Valla, 1999, p. 218).

¹⁹ Para ser mais exato, em 5 de agosto daquele ano, considerando esta data o momento do armistício entre os portugueses e os potiguaras, sendo apenas em 29 de outubro que os materiais e os primeiros colonos chegaram para iniciarem os trabalhos de edificação das edificações do povoado. Cf. Batista, 2012, p. 35.

²⁰ Ao longo dos séculos, João Pessoa mudou de nome várias vezes, iniciando com uma homenagem ao rei Espanhol que ocupava o comando da Unificação Ibérica (1580 a 1640) e a santa de devoção daquela data. Com a ocupação holandesa tornou-se Frederica (Fredrikstad - agora em homenagem ao príncipe de Orange, Frederico Henrique), após a expulsão dos invasores foi nomeada como Parahyba (ou Parahyba do Norte) e, por fim, depois de 1930, João Pessoa, por causa da turbulência política ocorrida pela morte do sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa (1919 a 1922) que havia se lançado como vice na chapa de Getúlio Vargas na corrida presidencial.

²¹ Apenas no começo do século XX que o porto se transfere para Cabedelo (por causa do calado do rio que é mais profundo e com espaço para a expansão das construções portuárias), cidade fronteira com João Pessoa e mais próxima à foz do rio

²² Isto é, o Forte de São Filipe.

²³ São quatro as ordens religiosas que se instalaram na cidade: jesuíta, franciscana, beneditina e carmelita. Há também a Matriz de Nossa Senhora das Neves, a Igreja da Misericórdia e a Igreja de São Pedro Gonçalves.

Diferentemente de outras Capitânicas do Norte do Brasil colonial, como as capitânicas de Pernambuco, de Itamaracá e a do Rio Grande, que haviam sido criadas desde 1530, no antigo sistema administrativo de capitânicas donatárias, a capitania da Paraíba seria criada somente em finais de 1585, quando se estabeleceu um relativo controle militar sobre a região próxima ao rio Paraíba com um núcleo de povoação, aldeia para os índios aliados e praça de guerra (Batista, 2012, p. 35)

Batista (2012, p. 35) relata que a fundação do povoado original próxima à foz do rio Paraíba foi preponderante para dar suporte aos fortes instalados na região para garantir a ocupação do território setentrional das Capitânicas do Norte, além do apaziguamento da população indígena e expulsão dos franceses deste trecho do litoral.

A chegada das ordens religiosas carece de um aprofundamento à parte, que fugiria do objeto de nossa pesquisa, porém é válido salientar a disputa entre os jesuítas e os franciscanos pela guarda e catequese dos indígenas “domesticados” e abrigados na região. Meneses (2014, p. 20) aponta que “As Ordens Religiosas, em especial os Jesuítas, Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas, tiveram papel importante na catequese e no ordenamento dos primeiros núcleos urbanos brasileiros”.

A Companhia de Jesus, mesmo sendo uma ordem muito jovem (criada em 1540 como resposta à Reforma Protestante) já apresentava uma considerável aliança entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica pois tinham como princípio o “amansamento” e conversão dos povos indígenas no novo mundo (algo que interessava muito ao processo de ocupação do território no Brasil e nas outras colônias portuguesas) e chegam à Paraíba como apoio aos combatentes que guerrearam contra os potiguaras e franceses e se instalam próximo ao núcleo urbano para iniciar os trabalhos de evangelização.

Porém, o que chama atenção neste momento é a implantação de uma nova forma de ocupação territorial. Diferentemente do que vinha sendo feito, isto é, a aproximação dos jesuítas junto às aldeias, construindo “Missões” em pontos mais afastados dos povoados coloniais, em João Pessoa deu-se a construção dos edifícios jesuítas não nos assentamentos indígenas existentes, mas sim próximo ao povoamento lusitano. Aqui cabe salientar que parte das terras que foram amealhadas pelos Jesuítas e configuravam suas fazendas, depois de confiscadas pelos portugueses após a expulsão destes em 1728, deram espaço para a criação dos bairros do Centro e Jaguaribe, sendo a Avenida João Machado tributária de tal ocupação.

Como apontado anteriormente, após a fixação dos Jesuítas nas cercanias da cidade alta pessoense, outras irmandades chegaram com o intuito de evangelizar os Potiguaras e Tabajaras. Em 1588, os Franciscanos ocuparam vasto território em uma das cabeceiras do planalto,

iniciando as obras da construção de sua sede, que viria a ser a igreja de São Francisco e o convento de Santo Antônio. Por se apresentaram mais neutros em relação à escravidão do gentio, conquistaram o apoio dos colonizadores e não tardou entrarem em embate com os colegas inacianos.

Logo após os Franciscanos, a cidade de João Pessoa recebeu as ordens Beneditina (1590) e a Carmelita (1591), completando as principais ordens religiosas deste começo de colonização e configurando os pontos nodais da urbanização da nova urbe.

Ainda sobre o período colonial português em João Pessoa, cabe destacar a invasão holandesa que ocorreu em 1634 como forma de retaliação por causa da quebra de contrato com a Coroa Portuguesa quando esta se unificou com a Espanha no período entre 1580 e 1640. Os holandeses eram parceiros comerciais de Portugal, sendo seus bancos os principais financiadores da manutenção da frota de navios lusitana; já para os espanhóis (que ficaram com o comando do território português neste período), os holandeses travavam uma guerra (a Guerra dos 80 anos) que se originou pela luta de independência da região Flamenca contra os castelhanos.

A invasão iniciou-se na Capitania de Pernambuco quatro anos antes com a ocupação e destruição de Olinda e avançou em terras nordestinas desde o norte da capitania de Sergipe, seguindo pela costa ao leste, passando por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí e chegando à parte do Maranhão, chamado Nova Holanda²⁴.

Do território formado pelos holandeses, a Paraíba foi o último reduto de resistência portuguesa, sendo ocupada somente após a terceira investida, quando os invasores investiram primeiro na tomada do forte da Restinga (principal ponto de defesa português) e depois, conquistaram as outras duas fortificações, só restando à população da Filipéia²⁵ abandonar a cidade, colocando fogo em casas, depósitos de mantimentos e navios.

A 24 de Dezembro, os holandeses entraram na Filipéia sem encontrar resistência, achando-a desmantelada e sem nenhuma guarnição porque estas haviam se retirado de lá (Moura Filha, 2004 p. 235).

²⁴ As novas terras holandesas ficaram à cargo de Maurício de Nassau, nobre holandês indicado pela Companhia das Índias Orientais para “gerir” a ocupação, realizando melhorias urbanas e sociais, principalmente em Recife e investimento na recuperação dos latifúndios de cana-de-açúcar destruídos durante a invasão. Ao longo dos anos seguintes, o investimento necessário para a gestão e defesa da colônia exauriu a empresa enquanto a Coroa Portuguesa foi restabelecida após o fim da “união ibérica”, com a chegada da família Bragança ao poder e, a partir do ano de 1645, iniciaram as “Guerras Brasilícas” e nove anos depois os holandeses foram expulsos após o cerco à Recife, que uma vez terminado garantiu o retorno do território nordestino à Portugal.

²⁵ Aqui usaremos o nome de então para a localidade que em tempos modernos chama-se João Pessoa.

Após o controle da cidade, a mesma recebeu nova nomenclatura: Frederikstad, reverenciado desta vez o príncipe Frederico de Orange. Os holandeses adotaram o pragmatismo no trato com a terra e a cidade, pois o interesse estava voltado para a produção de açúcar e, para isso, adaptaram as construções que sobreviveram ao incêndio causado pelos próprios moradores, além de investir na segurança (muros, paliçadas, reformas e modernizações das fortificações) para dar apoio ao governo provisório. Moura Filha aponta que, como forma de gestão, os holandeses forneciam salvos-condutos para aqueles que renunciassem à Coroa Portuguesa, além da liberdade religiosa e direito de propriedade (Moura Filha, 2004, p. 237).

No campo, os engenhos abandonados pelos antigos donos foram confiscados pelos invasores e depois revendidos para mercadores holandeses e as plantações dos latifúndios daqueles que aceitaram ser subjugados foram mantidas, sendo que os tributos que antes eram pagos à Portugal agora seriam repassados para a Companhia das Índias Orientais.

Aqui é interessante relatar as impressões dos invasores sobre a cidade:

Sobre a cidade encontrada, os holandeses deixaram registradas algumas impressões. Disse Joan Nieuhof: “Por essa época a cidade era de construção recente e ostentava diversos prédios imponentes, com colunas de mármore, sendo o restante da construção de pedra comum”. (Nieuhof, 1951, P. 53-54) Confirmava esta imagem as palavras de Gaspar Barleus: “A cidade propriamente contém alguns edifícios bonitos, feitos de pedra, cujos cantos e janelas são de mármore branco, sendo o resto das paredes de alvenaria” (Barleus, 1940, p.73, *apud* Moura Filha 2004, p. 238-239).

Figura 3: Detalhe do desenho realizado por Franz Post em seus cadernos de representação da fauna e flora brasileira, intitulada como “Parayba”.



Podemos observar as seguintes edificações:

C – Convento de São Francisco;

B – Cidade;

D – Armazém de mercadorias;

E – Forte do Varadouro.

Fonte: Reis Filho, 2000, *apud* Moura Filha, 2014, p. 240.

No entanto, a resistência contra os holandeses não foi apenas militar. Os senhores de engenho e a população local também organizaram uma resistência econômica, boicotando o

comércio com os holandeses e dificultando a vida nas áreas ocupadas. Esse boicote enfraqueceu a economia holandesa na região e contribuiu para o desgaste da ocupação.

O fim da ocupação holandesa em terras nordestinas veio em 1654, quando tropas portuguesas lideradas por Matias de Albuquerque, em conjunto com forças da Companhia das Índias Ocidentais, derrotaram os holandeses na Batalha dos Guararapes. Essa batalha foi um marco na luta contra os holandeses e representou uma importante vitória para os brasileiros e portugueses. Posteriormente, as capitanias de Pernambuco e Paraíba foram reincorporadas à coroa portuguesa e seguiram o destino do restante do Brasil colonial.

O fim da ocupação holandesa na Paraíba teve um impacto duradouro na história da região, porém o reflexo deste período curiosamente não perdurou no imaginário da região. Ela não deixou um legado cultural ou influências na arquitetura, nos costumes nem na língua, sendo só perceptível nos dias de hoje apenas numa única iguaria: o pão “brote”, derivado do pão holandês chamado Brute que é encontrado com certa frequência nas padarias.

Após a expulsão dos holandeses da Paraíba, a cidade foi completamente destruída pelas batalhas de reconquista, reduzindo a escombros a maioria das edificações que haviam sido construídas ao longo dos 50 primeiros anos da cidade. O resultado foi a estagnação da produção açucareira e, portanto, a retração do mercado de exportação da colônia perante Portugal, inviabilizando grandes investimentos na reconstrução da cidade ao longo dos anos seguintes.

O século XVIII se anunciou com uma mudança de eixo na colonização do Brasil, pois a descoberta de ouro e prata na região de Minas Gerais atraiu a Coroa Portuguesa, deixando a produção açucareira em segundo plano no Nordeste, impactando na dinâmica de desenvolvimento da região e estagnando a capitania hereditária da Paraíba. Importante salientar que mesmo com os investimentos na extração do ouro em terras mineiras, a produção de açúcar, a pecuária e o couro produzido no Nordeste se mantiveram, conseguindo manter os colonos em suas terras.

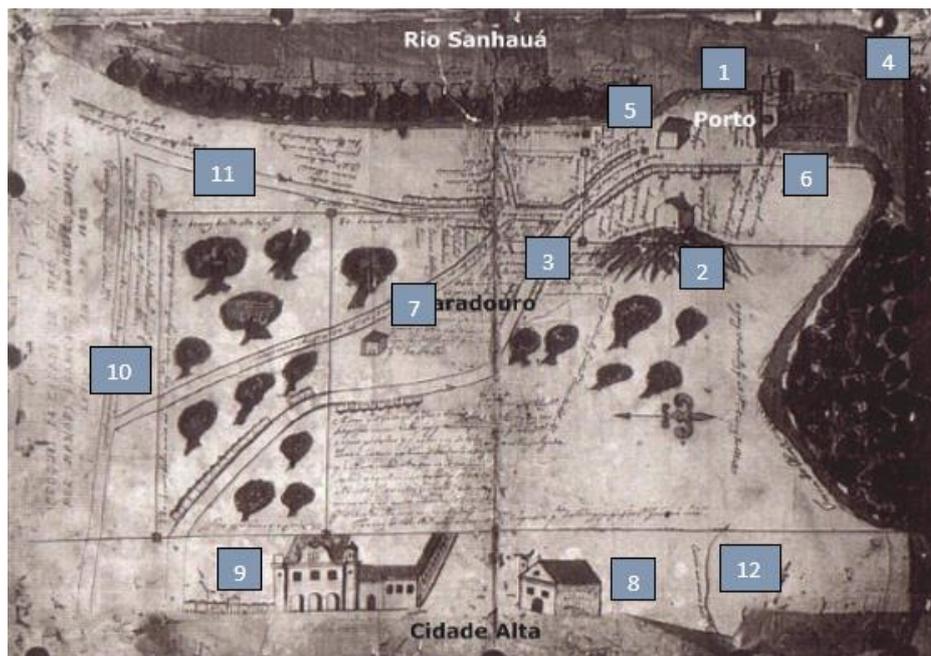
Para piorar este cenário, especificamente na Paraíba, as terras utilizadas para a plantação de cana-de-açúcar sofreram com anos de desequilíbrio climático, alternando grande períodos de estiagem com chuvas torrenciais que causavam enchentes e alagamentos. Este estado de penúria culminou em 1756 na unificação das capitanias da Paraíba e de Pernambuco para que a segunda pudesse melhor administrar o território paraibano.

Fazendo um resumo a partir da morfologia urbana da cidade, podemos dizer que nos séculos XVII e XVIII João Pessoa não logrou nenhum crescimento de seus limites. Na verdade, podemos observar a reconstrução de parte das edificações ou a ocupação de novas construções

utilizando lotes já existentes, sendo perceptível a dificuldade em se investir numa região que se encontrava desabastecida, sem uma produção razoável de açúcar para garantir a modernização tão solicitada pelos seus governantes e elite locais.

A representação da cidade feita pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro em 1692 nos aponta esta constatação:

Figura 4: Cópia fotográfica do mapa de Manoel Francisco Grangeiro (1692).



As numerações correspondem a anotações presentes no mapa: 1 -Porto do Varadouro; 2 -Capela de S. Frei Pedro Gonçalves e Alto do Varadouro; 3 -Ladeira de São Francisco ou 'Rua do Varadouro para a cidade'; 4 -Porto do Varadouro, no Rio Sanhauá; 5 -Alfândega; 6 -Armazém ou Passo; 7 -Caminho do Carro para a Cidade; 8 -Igreja Matriz e 9 -Mosteiro de São Bento; 10 -Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos; 11 -Varadouro e caminho para as cacimbas e o portinho; 12 -Cerca ou muro do Convento de Santo Antônio

Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento de Olinda. Imagem digitalizada disponível em: <http://aparahybadetodosostempos.blogspot.com/2009/02/esboco-da-cidade-de-felipeia-de-senhora.html>. Acesso em 22 jan. 2024.

Antes de abordarmos as transformações urbanas que culminaram na ampliação do território urbano de João Pessoa e a implantação da região onde se localiza a avenida João Machado, devemos observar o comentário de um viajante inglês chamado Henry Koster que, em 1810, passou pela Paraíba e descreveu a cidade da seguinte forma:

A cidade da Paraíba (lugares de menos população nesse nosso país gozam deste predicamento) tem aproximadamente dois a três mil habitantes, compreendendo a parte baixa. Há vários indícios de que fora mais importante

que atualmente. Trabalham para embelezá-la, mas pouco que se realiza é à custa do Governo, ou melhor, por querer o Governador deixar uma boa lembrança de sua administração. A principal rua é pavimentada com grandes pedras, mas deveria ser reparada. As residências têm geralmente um andar, servindo o térreo para loja. Algumas delas possuem janelas com vidros, melhoramento há pouco tempo introduzido no Recife. O convento dos Jesuítas é utilizado como palácio do Governador e o Ouvidor tem aí também sua repartição e residência. A igreja do convento fica no centro e tem duas alas. Os conventos das Ordens Franciscana, Carmelita e Beneditina são amplos edifícios quase desabitados. O primeiro tem quatro ou cinco frades, o segundo dois e o terceiro apenas um. Além desses, a cidade possui seis igrejas. [...]

A paisagem vista das janelas [do palácio do governo] é uma linda visão peculiar do Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas eminências, meio ocultas pelas árvores soberbas. As manchas dos terrenos cultivados são apenas perceptíveis [...]

A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas, e situada ao lado de uma espaçosa baía ou lago, formada pela junção dos três rios, fazendo a descarga de suas águas no mar por um longo canal. As margens dessa baía. Como as de todos os rios salgados da região, são recobertas de mangues, tão unidos e compactos que parece não haver saída [...].

As fontes públicas na Paraíba foram as únicas obras desse gênero que encontrei em toda a extensão da costa por mim visitada. Uma foi construída, creio, por Amaro Joaquim, Governador recente, tem várias bicas e é muito bonita. A outra que se está fazendo, é bem maior. A fiscalização das obras públicas era a melhor opção do Governador. [...]

As casas que podem ser consideradas excelentes comparando-as na região, foram erguidas pelos ricos proprietários dos arredores, para residência durante o rigor do inverno, ou a estação das chuvas (Koster, 2002, p. 131-133, *apud* Moura Filha, 2014, p. 392).

No aspecto da produção canavieira e do comércio Koster contribui com o seguinte relato:

[...] o comércio da Paraíba é pouco considerável não obstante o rio permitir que navios de 150 toneladas transponham a barra. [...] Existe a regular alfândega, raramente aberta [...] os habitantes do Sertão, do interior, vão mais ao Recife por este apresentar pronto mercado aos seus produtos. O porto do Recife recebe navios maiores, oferecendo facilidades para embarque e desembarque de mercadorias, conseqüentemente, obtêm a preferência (Koster, 2002, p. 132 – 133, *apud* Moura Filha, 2014, p. 392).

3.3 A Formação da Avenida João Machado: Interfaces Urbanas e Sociais

A partir da análise anterior podemos aferir no que se trata da morfologia urbana dos centros urbanos brasileiros que são vários os atores responsáveis pela construção das cidades: o Estado e seu planejamento macro, a iniciativa privada e seus interesses e investimentos em novas construções e expansões (mercado imobiliário), comerciantes (pequenos burgueses), operários e movimentos sociais. Em João Pessoa essa dinâmica é perceptível principalmente quando analisamos a expansão da cidade em direção ao Sul, formando a ampliação do antigo

centro – ocupando os bairros do Tambiá e do Jaguaribe, tendo como eixo norteador a rua das Trincheiras – que seguiu o caminho que ligava João Pessoa à Recife.

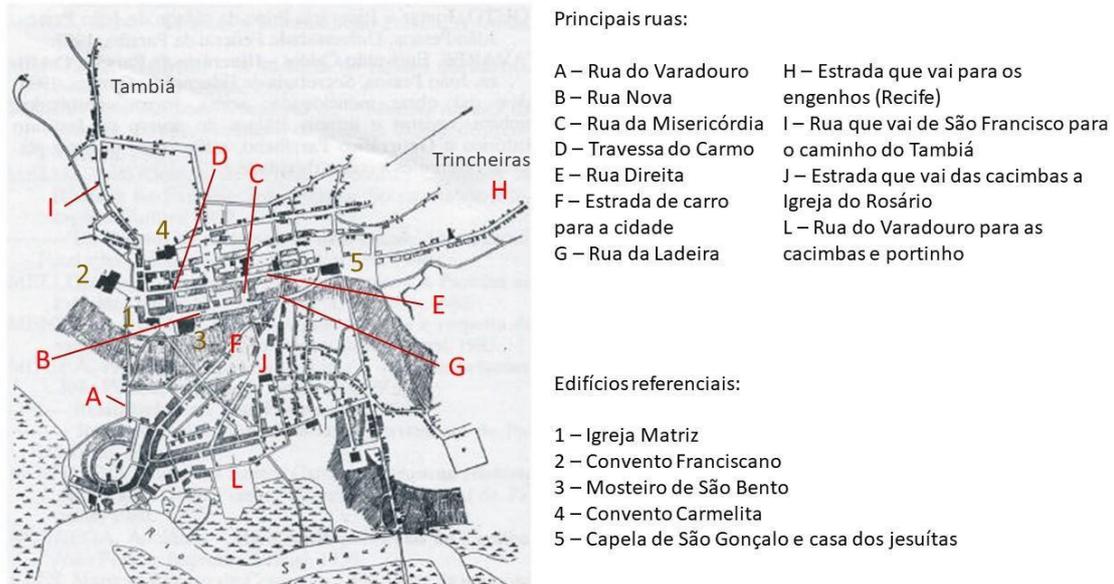
A valorização histórica, estética e memorial dos conjuntos arquitetônicos e tecidos urbanos começou a se fortalecer no século XIX, principalmente diante das transformações intensas que ocorriam na Europa impulsionadas tanto pela atividade industrial quanto pelas mudanças significativas nas relações políticas, econômicas e sociais. Essas transformações ficam evidentes se considerarmos a magnitude e rapidez com que os antigos cenários urbanos foram desaparecendo e abrindo espaço para a percepção do ambiente construído como um artefato cultural.

No entanto, os novos planos urbanísticos foram apenas uma das muitas mudanças que ocorreram ao longo do século retrasado, pois o contexto de transformações e constante evolução foi acompanhado por um conjunto complexo de discussões em diversas áreas do conhecimento, surgindo novas teorias sociais que buscavam lidar com o dilema do surgimento e ascensão da classe operária, consolidação das identidades nacionais europeias – especialmente por meio de referências nas artes e na arquitetura. Além disso, surgiram novos questionamentos sobre a historiografia das artes e sobre a própria disciplina da estética. Paralelamente a esses conceitos em ebulição, também houve o desenvolvimento dos campos disciplinares voltados para a preservação, restauração e urbanismo.

Todas essas transformações não passaram despercebidas no Brasil, mesmo no contexto rural do Nordeste. No começo do século XIX, a capital paraibana se encontrava assentada no primeiro território que foi ocupado ainda no período colonial: parte da margem direita do rio Sanhauá (Varadouro) e o planalto próximo que se configurou a área administrativa. A descrição apresentada por Maia (2016, p. 97) aponta que as principais ruas que mantinham pujante a vida na cidade (com suas atividades associadas ao comércio e à moradia) se localizavam na parte baixa da cidade.

Continuando com Maia (2016), no planalto configurado pelo centro, as principais ruas que se desenvolveram no período foram a rua Direita, Misericórdia, Nova, Matriz, S. Bento, Medalha, Mercê, Mangueira, Cadeia, Diniz, Carmo, S. Francisco, Aurora, Tambiá, Lagoa e Trincheiras, o Largo do Erário e o Beco da Companhia (Maia, 2016, p. 97). O que diferenciava do segmento do porto era a presença de casas assobradadas de maior porte e as ordens religiosas que se configuraram como vetores da organização espacial e formação da sociedade pessoense, haja visto que a relação entre a igreja (detentora de vastos terrenos ao longo do traçado central), os poderes laicos e senhores de engenho sempre foram determinantes para a consolidação da cidade.

Figura 5: Implantação da cidade de João Pessoa em 1855.



Fonte: editada pela autora a partir do desenho realizado por Alfredo de Barros e Vasconcelos, Acervo IHGP.

Não obstante, mesmo com o desenho urbano arcaico, a cidade de João Pessoa passará neste momento por um surto de modernização em sua infraestrutura e na arquitetura das novas edificações, pois esse processo ocorreu de forma sistemática nas urbes durante o século XIX (no Brasil, as grandes obras ocorreram já na segunda metade do século, às portas do século XX) devido às novas interações sociais e avanço tecnológico, e se expressarão contundentemente na morfologia das cidades exigindo uma estrutura capaz de receber estes novos equipamentos que se coadunam com o crescimento da circulação comercial das mercadorias e com a consolidação da propriedade privada da terra, dois pilares da consolidação do Estado Liberal Burguês. A “mão” do Estado se materializa através do higienismo – o surgimento das profissões de médico sanitaria e engenheiros permitiu que a sanha higienista varresse a classe operária dos grandes centros, relegando-os à periferia. De acordo com Boarini e Yamamoto (2004, p.63):

[...] o Higienismo é “um desdobramento da medicina social” que se desenvolve a partir da maior proliferação de doenças – as epidemias – provocadas pela acelerada urbanização, e se expande no momento em que as ideias racionalistas e positivistas ganham força. É difundido tendo como princípio fundamental a Teoria dos Miasmas – uma das correntes mais antiga da medicina – a qual relacionava as epidemias às impurezas do ar (Martins *et al*, 1997, *apud* Maia, 2016, p. 93).

O Movimento Higienista já vinha se formando desde meados do século XVIII, mas ganha corpo no século seguinte por causa do adensamento rápido e maciço das cidades que acentuou a insalubridade e, além da falta de políticas públicas de segurança do trabalho, contribuiu para as grandes insurgências populares agravando a ingovernabilidade dos grandes centros. No Brasil do Império, o higienismo vem como resposta para o combate das doenças tropicais que assolavam as cidades da época, vítimas do pouco caso no saneamento básico até então ofertado para a população, somado ao clima quente e úmido que facilitava a propagação das doenças endêmicas tanto nas zonas rurais como urbanas do país.

Outro fator de relevo foi a necessidade iniciada no Império, mas que se manteve durante o início da República, que foi buscar uma nova imagem de pátria, imagem que enaltecesse a cultura europeia em contraponto à “barbárie” dos trópicos. As cidades passaram, então, por um “embelezamento” que se justificava através do higienismo e se dava pelos planos diretores realizados a partir da experiência do Barão de Haussmann, que remodelou a cidade de Paris aos moldes do liberalismo nascente.

Com tais normatizações, portanto, os representantes da Saúde e da Higiene Pública passam a impor profundas transformações na morfologia das cidades: avenidas serão abertas e iluminadas; casas serão demolidas; grandes prédios edificadas; as habitações dos trabalhadores serão transferidas para áreas afastadas; prisões, hospitais e cemitérios também deverão estar fora da cidade; lagoas e áreas alagadiças serão aterradas e a água passará a ser fornecida pelo sistema de abastecimento canalizado (Maia, 2016, p. 96).

Para Maia (2016) essa nova visão de cidade torna-se a principal fonte de inspiração tanto para os governantes como também para a elite nacional, que a adota como principal fonte para o regramento urbano. Como o Brasil é um país de tamanho continental e com diversos níveis de desenvolvimento, neste período da segunda metade do século XIX a adaptação das cidades seguiu por uma multiplicidade de caminhos, de diferentes escalas e níveis de intensidade nos padrões de modernidade, saúde e higiene.

A cidade de João Pessoa ou Parahyba – como era chamada na época – também sofreu a investida do higienismo e da modernidade, sendo possível aferir através de documentos oficiais ou em reportagens nos veículos de comunicação contemporâneos a expressão de diversas diretrizes, as regulamentações e até mesmo a aspiração de realizar mudanças profundas em sua estrutura e aparência a fim de torná-la uma cidade moderna, higiênica e saudável²⁶. De

²⁶ Interessante apontar que este “desejo” de modernidade continua se materializando na cidade ao longo de boa parte do século XX e isso é visível quando nos debruçamos nos exemplares do jornal *A União* a partir do nosso recorte temporal (de 1980 a 2000), onde várias reportagens ou mesmo editoriais denotam o investimento urbano de melhorar as condições de vida no meio urbano (através da manutenção e ampliação dos bairros – principalmente

forma geral, durante as primeiras décadas do século XIX, a cidade apresentou um crescimento acahado em sua malha urbana. De acordo com relatos da época, ela preservou, em sua maior parte ao longo desse século, a mesma aparência que havia sido herdada do período colonial.

Maia (2016) aponta que em 1850, portanto já adentrando na segunda metade do século retrasado, em João Pessoa havia sido edificado entorno de 1084 casas sendo destas, 39 sobrados. Por que sobrados? Porque esse tipo de construção na época denotava a existência de moradores de maiores posses em espaço urbano – casas de nobres, senhores de engenho que utilizavam essas casas na cidade para passar o tempo das chuvas (ou invernar, como aponta o texto) ou para realizar negócios no porto (exportação da produção)²⁷, localizadas principalmente no bairro do Varadouro – ruas João Suassuna, das Convertidas (hoje Maciel Pinheiro), da Areia, Viração e Direita.

Em João Pessoa, os elementos indutores urbanos da Modernidade foram colocados em pauta pelas autoridades públicas e adotados pelos setores privilegiados da sociedade através de ações que consideravam as seguintes normativas: organização, alinhamento, higiene, serviços e infraestrutura urbana, porém tais implementações e as consequentes transformações urbanas não ocorreram simultaneamente em todos os pontos da cidade, sendo mais visível num primeiro momento nos bairros arredores do Porto do Capim, principalmente no Varadouro para depois, se utilizando das principais vias chegar ao centro administrativo e religioso localizado na Cidade Alta.

Figura 7: Rua João Suassuna em 1875.



Fonte: Rodriguez, s/d., apud Maia, 2016, p. 96.

em nossa orla) e a execução de grandes obras arquitetônicas, com a grife de arquitetos de renome como Oscar Niemeyer, Sérgio Bernardes e o paisagista Roberto Burle Marx.

²⁷ A partir de 1883 os sistemas de transportes para carga e pessoas receberá o incremento da rede ferroviária que chegará na cidade, sendo que a estação central estará localizada ao lado do Porto do Capim.

No ano de 1831, o poder público já apontava a necessidade de modernizar o espaço urbano promulgando normas que cuidavam da estética da cidade, entre elas a ordenança que abolia a construção de cercas feitas em madeira e a orientação para que as existentes fossem substituídas por construções em pedra e cal ou em taipa que se pode rebocar e caiar. Em 1834, com a chegada de novos profissionais, entre eles um engenheiro, a Câmara Municipal aponta a necessidade de se propor um novo plano urbano e o desenho das edificações a serem realizadas daquele momento em diante:

[...] tendo chegado a esta capital um oficial de engenho, esta Câmara a bem do serviço nacional e dos habitantes desta cidade, roga a Vossa Excelência para que se digne de encarregar ao referido oficial de levantar e de apresentar um plano pelo qual se possa esta câmara dirigir na edificação e reedificação de edificios nesta cidade, tendo em vistas os existentes, devendo fincar-se postes que assinalem não só o comprimento, e largura das ruas, e praças, como também os palmos que devem ter as casas e becos, e isto com a brevidade que for possível (Correspondência da Câmara Municipal da Paraíba para o presidente da província da Paraíba Bento Correia Lima, datada de 4 de agosto de 1834, *apud* Maia, 2016, p. 99).

Vários outros relatórios e normativas foram acrescentadas ao longo daqueles anos, sempre buscando soluções para problemas já antigos como a falta de sistema de esgotos e a manutenção do espaço público de praças e ruas, aos quais se somavam novas situações trazidas pelo aumento da população no perímetro urbano como as epidemias, as retificações de caminhos, as demolições de edifícios para dar espaços à novas avenidas, praças e jardins, além de ações colocadas em prática principalmente pelos órgãos públicos para transformar a cidade no final do século XIX, como o alargamento de ruas e calçadas e a iluminação pública. Trilhos de bonde foram instalados para permitir um novo modal viário. Se observarmos com mais cuidado, podemos apontar as seguintes intervenções: urbanização do Largo da Gameleira, recebendo arborização e calçamento para melhorar as condições de circulação de pedestres ao longo do dia (com Sol ou com chuva); transformação do antigo Campo do Comendador Felizardo em jardim público (arborizado com palmeiras imperiais e a construção de um coreto); a construção da Alfândega, do edifício do Tesouro, Quartel de Polícia, a Cadeia Nova, o Lyceu e Palácio do Governo (remodelando as construções do antigo conjunto jesuíta), reforma da Tesouraria e Cadeia Velha (referente à Casa de Câmara e Cadeia colonial) e o Mercado do Tambiá.

Ainda no âmbito das novas edificações é de relevância a implantação e construção do teatro público Santa Roza (que já constava como projeto em 1852, mas foi inaugurado apenas em 1889), além do Quartel de Linha e da Escola Normal, compondo assim, conjuntamente com

os outros dois edifícios que ocuparam o perímetro da praça Pedro Américo, a cenografia perfeita para a representação da nova cidade moderna²⁸.

No final do século XIX, a cidade que ainda trazia consigo um ar “provinciano” recebeu o aporte de novos elementos da modernidade que contribuíram para trazer mais mudança. Dentre esses elementos destacou-se os transportes públicos (binômio ferrovia e bondes), que se tornaram símbolos inquestionáveis do progresso trazido pela produção e comércio de algodão²⁹. O crescimento urbano deste período seguiu em direção aos dois novos polos de desenvolvimento da cidade: os antigos caminhos do Tambiá e das Trincheiras, os trechos nordeste e sudeste da cidade respectivamente. Isto porque nas outras direções havia obstáculos (o rio Sanhauá e a Lagoa dos Irerês) que impediam o avanço de novos bairros (isto iria mudar no século XX, com a urbanização da Lagoa).

A rede de bondes tracionados por animais foi fundamental para esta expansão, pois as linhas implantadas faziam o percurso desde o Varadouro, subindo em direção ao Centro e seguiam em direção aos polos urbanos recém-criados. Os novos bairros foram palco da construção dos novos casarões dos comerciantes e profissionais liberais que conseguiram ascender nas suas atividades, sendo que tais construções já obedeciam às novas normas higienistas, isto é, não foram construídas geminadas umas às outras, mas sim apresentavam os recuos (tanto frontal, fundos e laterais), pois os terrenos eram amplos e capazes de conservar belos jardins em volta da casa.

Na década de 20, do século XX, a burguesia enriquecida pelo comércio, os profissionais liberais e os aristocratas rurais abandonaram a cidade baixa, congestionada pelas atividades comerciais, para morar nas Trincheiras e em Tambiá, urbanizadas e dotadas de infraestrutura. Os lotes para as classes mais abastadas se ampliam, surgem os porões altos, os jardins laterais e as casas soltas no meio do lote. Nas fachadas aparecem diversos elementos decorativos: de inspiração Neoclássica, o frontão triangular, balaustradas, pináculos, balcões de ferro, bandeiras fixas de vidro e cunhais imitando pedra; de inspiração Art Nouveau, as janelas tripartidas, linhas curvas nas envasaduras e emprego do ferro em formas sinuosas; de inspiração no Barroco, as colunas salomônicas e frontão em volutas; de inspiração no Gótico, as aberturas ogivais. São exemplares típicos do Ecletismo (Tinen, 2006, p. 225).

²⁸ Tal comentário teve como base Moura Filha, 2000.

²⁹ Diversos fatores impulsionaram o crescimento da cultura do algodão no Nordeste, desde a segunda metade do século XIX até o início do século XX. É importante destacar os principais elementos que contribuíram para esse desenvolvimento. Primeiramente, houve um rápido aumento no uso da fibra de algodão pelas indústrias têxteis tanto no Brasil como no mundo. Além disso, a interrupção do fornecimento de algodão pelas colônias francesas nas Antilhas durante as Guerras Napoleônicas no início do século XIX também teve impacto significativo. Outro fator relevante foi a diminuição da produção de algodão nas plantações norte-americanas durante a Guerra de Secessão, ocorrida na década de 1860. O desenvolvimento das indústrias têxteis no Brasil e o crescimento da demanda por tecidos devido ao aumento populacional também foram influências importantes nesse contexto. Cf. Pereira, 2016.

O bairro do Jaguaribe, formado pela expansão gerada através das melhorias do antigo caminho para Recife³⁰ e que recebeu a alcunha de rua das Trincheiras por causa da construção de barreiras em 1710 para defender a cidade da Guerra dos Mascates³¹ que ocorria em Pernambuco.

No desenvolvimento do espaço urbano, o bairro pode ser visto como um microcosmo dentro da própria cidade – ele se configura como um local onde as diversas experiências da vida social ocorrem, como moradia, comércio, trabalho, lazer e outras relações estabelecidas nesse ambiente. Essas experiências despertam o senso de pertencimento dos moradores àquela comunidade específica. Portanto, ao se constituir como uma estrutura que materializa as interações sociais, pode-se afirmar que os bairros desempenham um papel histórico significativo, fundamentado em suas origens, ocupação e formas de utilização do espaço.

No caso do bairro do Jaguaribe, localiza-se a rua das Trincheiras, e a avenida Central - depois renomeada João Machado em homenagem ao presidente do Estado da Paraíba João Lopes Machado (1908-1912). A avenida Central foi implantada no começo do século passado (1910) e já contava com um desenho mais calcado na estética e tecnologia dos preceitos higienistas: é considerada como o primeiro boulevard da cidade, possuindo as vias mais largas, canteiro central e em suas laterais apareceram novos lotes urbanos que foram ocupados por residências de grande porte, construídas pelos antigos senhores de engenho que, naquele momento, se tornaram usineiros e, conseqüentemente, transferiram sua residência para a cidade, além dos produtores de algodão (atividade mais recente) e comerciantes endinheirados.

Ela foi planejada sobre uma antiga travessa que existia desde a segunda metade do século XIX, chamada de Bom Jesus, adjacente à igreja de mesmo nome, sendo que este "boulevard" aparece pela primeira vez registrado no relatório apresentado por Miguel Raposo à Assembleia Legislativa do Estado, possuindo uma largura de 22 metros e uma extensão de

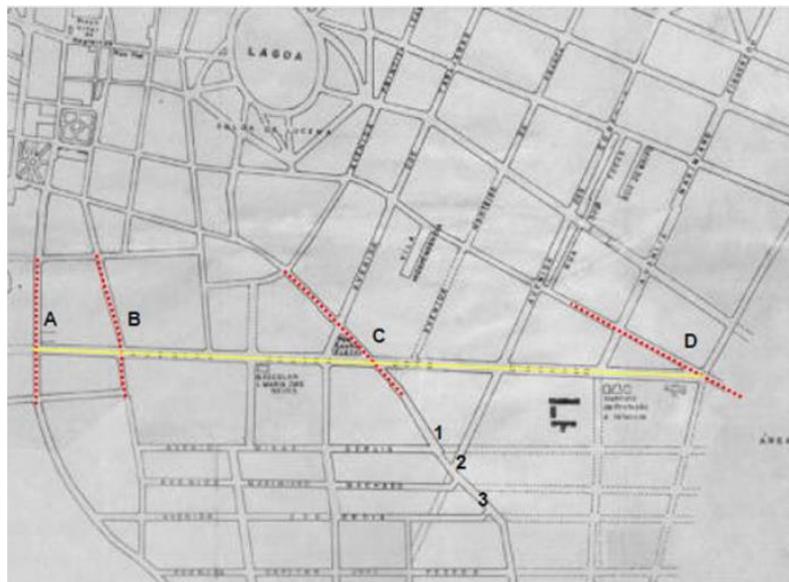
³⁰ Tal percurso já figurava nos mapas do século XVII por causa da existência de um matadouro nas imediações, o que levou uma primeira leva de pessoas a morar e trabalhar na região. Com a construção da Igreja Bom Jesus dos Martírios (atual igreja Nossa Senhora de Lourdes) algumas pessoas devotas começaram a ocupar as imediações, construindo, ainda que rudimentarmente, as residências que acabaram por consolidar o local. Também, desde a fundação da primeira igreja, ocorre a Romaria da Penha, realizada anualmente no último domingo de novembro e os romeiros percorrem uma caminhada de 14 quilômetros, sendo o trajeto iniciado na Avenida João Machado, segue pela Avenida Dom Pedro II até chegar à Universidade Federal da Paraíba, em seguida, os participantes passam pela Principal dos Bancários (avenidas João Rodrigues Alves, Sérgio Guerra e Walfredo Macedo Brandão), seguindo pela Avenida Hilton Souto Maior em direção ao Santuário de Nossa Senhora da Penha, onde se finaliza o rito.

³¹ A Guerra dos Mascates foi um conflito durante os anos de 1710 e 1711 entre comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda, duas cidades localizadas na então capitania de Pernambuco, impulsionado pela crise da indústria açucareira brasileira, que começou a enfrentar concorrência de outras regiões do mundo. A denominação dessa guerra como "Guerra dos Mascates" se deve ao fato de que os comerciantes portugueses de Recife eram pejorativamente chamados de mascates pelos senhores de engenho de Olinda. Ao término do conflito, muitos residentes de Olinda foram detidos, resultando em Recife se tornando a sede administrativa da capitania.

1.350 metros, em linha reta (Maia, 2020, p. 255). Sua finalidade era estabelecer a ligação entre o manancial do rio Jaguaribe, localizado na Mata do Buraquinho, até um reservatório elevado na Cidade Alta. Além disso, servia como ponto de conexão entre quatro das principais artérias da cidade: estrada do Macaco, a estrada de Jaguaribe, a Rua da Palmeira e a Rua das Trincheiras.

Sua criação marcou o início de uma nova era, constituindo um ponto de virada no processo de modernização da cidade, simbolizando o progresso que despertou os anseios vanguardistas da elite, desempenhando papel significativo na expansão da urbe em direção ao eixo sul. Marques (2015, p. 61) aponta que o bairro de Jaguaribe orientou seu planejamento urbanístico alinhado à Avenida João Machado, servindo como referência para o traçado de suas vias, como as ruas da Glória (atual Monsenhor Almeida), do Meio (atual Maximiano Machado) e da Concórdia (atual Senador João Lira).

Figura 8: Detalhe da Planta da cidade de João Pessoa, 1923



- 1- Rua da Glória
- 2- Rua do Meio
- 3- Rua da Concórdia

- A – Rua das Trincheiras
- B – Rua da Palmeira
- C – Estrada do Jaguaribe
- D – Estrada do Macaco

Avenida João Machado.

Fonte: Vidal, 2004, apud Marques, 2015.

Cabe salientar que a mudança no sistema de trabalho no campo e a modernização dos meios de transporte permitirá que as famílias donas dos latifúndios já não precisem mais residir nas “casas-grandes”, o que fará com que passem a morar nos novos bairros, mais próximos do comércio, imprimindo na sociedade novas modas e agregando dentro dos casarões novos tipos

de trabalhadores, esses assalariados, como: copeiras, tutoras, jardineiros, motoristas, mordomos e afins, ressignificando as atividades antes realizadas pelos escravos.

[...] devemos considerar que o serviço doméstico historicamente parece ter se constituído, também, como uma atividade que poderia ser exercida por aqueles milhares de indivíduos que buscavam, incessantemente, um meio de sobrevivência através da inserção no mundo do trabalho. Ao compreender atividades ligadas às condições materiais da manutenção cotidiana da vida, as atividades domésticas tendiam a agregar tanto os trabalhadores que, de modo geral, não possuíam “qualificação” para a atuação em outros locais de trabalho (tais como alguns setores do comércio, das oficinas e das fábricas), bem como mulheres, menores de idade e idosos que, em função da situação de pobreza inerente a vida dos trabalhadores urbanos de uma maneira geral, procuravam se inserir no mundo do trabalho realizando, entre outras, este tipo de atividade (Souza, 2009, p. 5).

Como elemento único da avenida sobre a transformação do trabalho urbano nas novas moradias, podemos citar o caso da fundação do orfanato D. Ulrico que logo após a abertura do novo eixo de desenvolvimento urbano da região, em 1912, desempenhou papel significativo no amparo dos desfavorecidos, mais especificamente meninas de origem humilde, que acabavam sendo recolhidas pelas irmãs de caridade e treinadas para a vida de serviçais, recebendo instrução para desempenhar serviços domésticos. Frequentemente, eram encaminhadas para residências de famílias abastadas, embora não recebessem remuneração pelos serviços prestados.

Nesse contexto, o Orfanato Dom Ulrico ganhava destaque e reconhecimento entre as elites locais, devido à prática de direcionar as mulheres de origem humilde que chegavam a Jaguaribe para atividades de governanta, babas e afins. Isso resultava em uma espécie de "capacitação" dessas jovens, preparando-as para oferecer sua mão de obra às famílias ricas da região.

Figura 9: Orfanato Dom Ulrico, localizado na Avenida João Machado em Jaguaribe, João Pessoa.



Fonte: Dicionario Historico, Geophafico e Ethnografico do Brasil, 2020. Foto da fachada principal do orfanato Dom Ulrico. Disponível em: <https://www.facebook.com/p/Instituto-Dom-Ulrico-em-Jo%C3%A3o-Pessoa-100064135027891/>. Acesso em: 22 janeiro 2024.

Retomando a escala do bairro, essas transformações alteraram o status do local - que antes era considerado insalubre e um obstáculo para a ocupação humana por causa da distância entre o centro e o bairro e a existência do antigo matadouro - que passou a ser um dos principais atrativos e ponto de referência na área central ao longo de boa parte do século XX, sendo a Avenida João Machado uma de suas principais vias de acesso. A urbanização da antiga Lagoa dos Irerês, transformando-a no Parque Solon de Lucena (1924 a 1939) permitiu a expansão da área residencial em direção à praça da Independência e a abertura da avenida Epitácio Pessoa (década de 1920), sendo eixo de expansão da cidade em direção às praias do Tambaú e Cabo Branco. Isto fez o Jaguaribe começar a perder população residente paulatinamente, até que na década de 1980 a região era dominada pelo comércio e pelos serviços da cidade, representando uma parcela significativa das atividades econômicas formais.

Na próxima seção nos dedicaremos à Avenida João Machado analisando o jornal *A União*, e indicaremos como a urbanização e a preservação (ou a falta dele) se desenvolveram ao longo dos anos.

4 OBITUÁRIO INFOMEMORIAL DA AVENIDA JOÃO MACHADO

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade.

O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária [...]. (Pesavento, 2008, p. 4)

A epígrafe introdutória desta seção, ratifica o princípio infomemorial que defendemos nesta pesquisa, ou seja, o não existente ou ainda o vazio da ausência de determinados aspectos no todo ou em parte de um patrimônio arquitetônico se presentifica em um conjunto de informações que podem contribuir, simbolicamente, na representação desse passado que na visão de Pesavento (2008) não é mais irrecuperável.

Nessa esteira compreensiva, partimos do pressuposto de que o patrimônio arquitetônico mesmo degradado ou em degradação, se analisado sob a ótica da informação poderá contribuir para recompor aspectos memorialísticos e identitários seja da arquitetura em si, seja no que diz respeito a cultura e a identidade de época, de estilos ou mesmo de uma sociedade. Sobretudo ao considerarmos que a informação se traduz pelo valor que agregada ao documento, de acordo com Cortes (2017) e nela “[...] está intrínseca o seu valor social e histórico, independente da função a que foi destinado o documento, compreendido sob a perspectiva de todo e qualquer suporte, incluindo-se o patrimônio arquitetônico.

Para Cortes (2017, p. 2)

[...] o valor do documento não se restringe apenas a finalidade a qual foi criado, já que ele está envolto pelas linhas do tempo, pelas transformações sociais posteriores a sua criação e sempre será um provável repositório de memória. Envolve acontecimentos que sedimentam os alicerces da memória.

Na busca pela ressignificação memorial do patrimônio arquitetônico da Avenida João Machado na Cidade de João Pessoa/PB, um espaço que, denotadamente, demarca a mudança das práticas sociais urbanas e, conseqüentemente, as transformações físicas levadas a cabo no começo do Século XX, reforça que a memória cultural atua na preservação da herança

simbólica institucionalizada, e a informação se apresenta como elemento fundamente uma vez que contribui diretamente para a construção de novas informações compartilhadas ao longo do tempo. Ela molda a maneira como uma comunidade percebe seu passado e se projeta no futuro.

Esse estudo teve por objetivo geral analisar os aspectos infomemorial do patrimônio arquitetônico da Av. João Machado, na cidade de João Pessoa, Paraíba, considerando-os como médium de memória com vistas a preservação da memória coletiva e social, por meio da análise da informação documental e dos processos constantes dos arquivos do IPHAN (documentos ilustrativos) e do IPHAEP (processos de tombamento) que registram os imóveis que compõe a Av. João Machado, além de recortes de jornais de circulação na cidade, em especial no Jornal A União entre outras fontes. por meio do resgate da informação documental e da documentação que constituem esses processos.

A análise documental associada a visitas in loco nos imóveis possibilitou verificar o vazio, ou seja, as degradações patrimoniais. Nesse aspecto, adotamos os princípios da metodologia inventarial apontada por Dias e Oliveira (2022).

Miranda (2008, p. 2), atentando para uma perspectiva prática, afirma:

O inventário consiste na identificação e registro por meio da pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se para sua execução critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas, onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto à sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc.

Ao prescrutar a produção teórica e prática sobre inventários, uma peculiaridade chama a atenção. Todos, possuem campos descritivos específicos, embora flexíveis e adaptáveis, tendo como característica a capacidade de identificar, de descrever em detalhes o documento ou objeto inventariado. Todavia, voltam-se de alguma forma para o patrimônio cultural existente, embora tragam a categoria como estado de conservação, tudo voltado para contribuir com prática da gestão.

Tomando como base teórica o princípio inventarial adotado tanto no campo da Ciência da Informação como em relação ao patrimônio cultural em sua mais ampla concepção, optamos neste estudo por acoplar a esta compreensão, a perspectiva teórica de Amorim (2007), ao atentar para “perdas” de importantes obras modernistas entre 1950 e a virada do Século XX, o que o autor concluí haver um genocídio arquitetônico, que ele denominou de Arquicídio. Ante ao seu entendimento Amorim (2007) publicou o *Obituário Arquitetônico Pernambuco Modernista*.

Fazendo referência a palavra **obituário**, derivada do latim *obitus*, classificada como adjetivo substantivo masculino, que se refere ao registro de óbitos ou necrológico de pessoas. Ou ainda, uma espécie de texto jornalístico que anuncia o falecimento de alguém.

Para o autor a ideia de obituário reverbera “[...] o pesar pelo desaparecimento total, ou parcial, de exemplares significativos da produção arquitetônica, artística e cultural de passado recente”.

O princípio adotado e defendido pelo autor nos conduziu a reflexão no campo da Ciência da Informação, especificamente, quando tratamos de informação e memória, sobretudo, em razão dos descasos patrimoniais a que tem sido submetido o patrimônio arquitetônico, a exemplo da destruição ilegal do “[...] *piso original da Senzala do Casarão José Rufino, datado do Século XIX e tombado culturalmente pelo IPHAN e IPHAEP*”, na cidade de Areia³², conforme testemunha o registro fotográfico que segue:

Figura 10: Piso das senzalas, datado de 1818 do Casarão de Zé Rufino na Cidade de Areia/PB.



Fonte: <https://www.maispb.com.br/642573/parte-de-patrimonio-historico-e-destruido-em-reforma-de-casarao-em-areia.html>

³² Fragmento extraído da Reportagem intitulada “Patrimônio: piso de senzala de 1818 é destruído em reforma de casarão em Areia”, disponível em <https://www.maispb.com.br/642573/parte-de-patrimonio-historico-e-destruido-em-reforma-de-casarao-em-areia.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

O referido exemplo poderá ser classificado na categoria de morte anunciada, conforme pontuou Amorim (2007). No caso em tela o arquicídio se iniciou pelo piso, poderia avançar, se não ocorrem as denúncias públicas culminando com o que Robin (2016) afirma ser a apropriação das categorias demolir e substituir que efetivam o pagamento da memória.

A cada exemplar arquitetônico destruído no todo ou em partes quer seja por intempéries ou pela ação humana, contribuirá para o apagamento da memória, assim como para alimentar um futuro sem raízes em razão do enfraquecimento identitário.

Por outro lado, Amorim (2007), defende que registrar essas destruições poderá contribuir ampliar conscientização pública fomentando a defesa desse mesmo patrimônio. Nesse aspecto a informação se coloca como força motriz para construção memorial e fortalecimento identitário.

Assim sendo, tomamos o obituário como sendo o inventário do não existente quer seja parcial ou total no âmbito de um determinado patrimônio arquitetônico. Amorim (2007, p. 16) assinala que o “Óbito arquitetônico pode ser entendido como o desaparecimento do corpo edilício em sua totalidade ou em partes [...] podendo este ser descrito pela causa mortis”. O autor fazendo uso de metáforas biológicas, neste caso a metáfora da morte, o autor afirma existir vários tipos de óbitos arquitetônicos, dentre os quais aponta (Amorim, 2007, p. 16 -19):

- a) **Morte prematura**, aquela que efetiva mesmo antes da arquitetura se concretizar. Estas podem ocorrer em razão de questões genéticas, por transfigurações ou mesmo pela presença parasitária;
- b) **Morte programada**, àquela que diz respeito a curta existência em razão da efemeridade da edificação;
- c) **Morte anunciada**, referente àquelas que passam a existir em nome do progresso, de reformas e/ou restaurações malconduzidas que conduzem a substituições indevidas, de investimentos imobiliários etc;

Ainda de acordo com o Amorim (2007, p. 70) “[...] em áreas urbanas consolidadas construir é destruir, isto é substituir estruturas arquitetônicas preexistentes”, o que reitera o pensamento de Robin (2016) ao referir-se ao apagamento da memória das quais as categorias *Demolir*, *Apagar* e *Substituir*, podem ser usadas em relação ao apagamento da memória patrimonial. Nesse sentido preservar é um desafio premente, mas, possível de acordo com Pesavento (2008) uma vez que a memória é possível de ser recuperada, representada ou mesmo ressignificada como apontou Assmann (2011).

Assentada na compreensão teórica das autoras uma das possibilidades advém do campo da Ciência da Informação que se constitui pelos instrumentos inventariais, que no caso em tela, os obituários, ou seja, o inventário do não existente, ou mesmo do vazio existente.

Nesse sentido, buscamos entender a metodologia inventarial, adotada no campo documental, sobretudo ao considerar o conselho de Marc Bloch (2001, p.209), ao afirmar:

[...] quando se trabalha com documentos, é preciso aprender a constituir dossiês. Estes podem se constituir com a ajuda de fichas. Os blocos ou cadernos impedem que se possa reclassificar, pois um dossiê é uma coisa mutável; a ficha, pedaço de papel escrito de um só lado, com um título para uma classificação cômoda é sempre deslocável. É preciso saber interrogar os documentos [...].

Rocha (2011, p. 10), ao discorrer sobre inventários assegura que estes são: “[...] fonte inesgotável de informação, tanto como fonte quanto como meio, possibilitando agregar ao acervo patrimonial novos usos, significados, valores, e, obviamente, a informação como base para a compreensão dos processos histórico, social, econômico e cultural de um determinado tempo e espaço”.

As palavras dos autores reforçaram a necessidade de prescrutar os instrumentos do Campo da Ciência da Informação associado ainda aos instrumentos propostos no campo da Arquitetura, sobretudo pelo fato de compreendermos o inventário como um instrumento, cujas categorias podem contribuir na construção do obituário, pois conforme afirmam Motta e Rezende (2026, p. 2)

[...] os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural.

Por outro lado, não se pode esquecer que sendo os inventários uma prática no campo da preservação patrimonial desde o Século XVIII, eles se tornam instrumentos de gestão por excelência, bem como contribuem para compor arquivos e fomentar dossiês patrimoniais. Ante a este entendimento, não se poderia pensar em um obituário sem considerar os instrumentos de descrição documental, neste caso a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), o Dicionário do IPHAN de Patrimônio Cultural aliado aos Inventários arquitetônicos.

A Nobrade é um conjunto de diretrizes que estabelece padrões para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil, visando uniformizar a forma como instituições

arquivísticas descrevem seus acervos, seus documentos, facilitando o acesso e a gestão da informação. A Nobrade fornece orientações sobre elementos a serem incluídos nas descrições, garantindo consistência e interoperabilidade entre diferentes sistemas e instituições. Essa norma desempenha um papel crucial na organização e preservação do patrimônio documental brasileiro, que se inclui no âmbito do patrimônio cultural;

O Dicionário do IPHAN de Patrimônio Cultural é uma referência elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil. Este dicionário abrange uma extensa gama de termos relacionados ao patrimônio cultural, incluindo conceitos, categorias e expressões utilizadas no campo da preservação cultural. Com o intuito de padronizar a linguagem e promover a compreensão consistente, o dicionário é uma ferramenta valiosa para profissionais, pesquisadores e entusiastas que buscam compreender e comunicar efetivamente sobre o patrimônio cultural brasileiro;

Os Inventários arquitetônicos são registros detalhados e sistemáticos que documentam as características físicas, históricas e culturais de edifícios, estruturas ou áreas urbanas. Realizados por arquitetos, historiadores ou profissionais afins, esses inventários buscam catalogar elementos como estilos arquitetônicos, materiais utilizados, detalhes ornamentais e relevância histórica. Essas documentações fornecem subsídios para a preservação do patrimônio, auxiliando na identificação de bens culturais e na formulação de estratégias de conservação e revitalização de espaços arquitetônicos significativos.

Ante a análise dessas fontes, estabelecemos as seguintes categorias na construção de um **obituário infomemorial** de patrimônio edificado, quer no todo ou em parte, constando as seguintes categorias:

- a) **Nº da Ficha Obituária:** deve ser enumerada sequenciadamente, acrescida do dia, mês e anos de elaboração do levantamento de dados;
- b) **Localização do imóvel no todo:** Registre o código do país³³ seguido por dois pontos, incluindo a região separada por barra inclinada. Acrescente o código do estado e o número arábico que representa o campus, separado por um hífen. Em seguida, inclua a sigla do centro de ensino, e entre parênteses, indique a sala específica onde se encontra o item arquitetônico, seja ele integral ou parcial.

³³ O código do país deve seguir o que estabelece a prescrição internacional, a ISO 3166 *Codes for the representation of names of countries*. No caso do Brasil, o código é BR.

- c) **Definição da área:** detalhar em escala compatível, podendo fazer uso de croquis, planta baixa ou plantas cadastrais;
- d) **Proprietário,** registrar, se possível, o proprietário do imóvel;
- e) **Responsável pelo Imóvel:** Quem é o responsável direto pelo imóvel;
- f) **Local da edificação:** Descrever com precisão a localização do imóvel e seus ambientes internos e externos;
- g) **Planta baixa da área,** com vistas a identificação da localização precisa do bem patrimonial em relação a Avenida, a Rua, ao bairro etc, por meio de georreferenciamento;
- h) **Categoria Patrimonial,** Instituir a categoria na qual se inclui o bem, observando-se as subcategorias descritas pelo IPHAN. Deve-se, portanto, destrichar as subcategorias de cada macro categoria;
- i) **Registro histórico-artístico e morfológico da edificação ou da Avenida;**
- j) **Tipologia arquitetônica;**
- k) **Estilo arquitetônico e obras de arte integradas;**
- l) **Sistemas construtivos e materiais**
- m) **Estado de Conservação da edificação com um todo e detalhamento da parte em decomposição;**
- n) **Proposta de recomposição por meio digital, capaz de recompor o patrimônio ainda que virtualmente.**

Todavia, para se conseguir elaborar um obituário torna-se necessário aprofundar o conhecimento sobre o espaço e tempo que passamos e efetivar nas subseções que se seguem, tomando como pressuposto a análise documental de informações constantes em anuários estatísticos, em processos de tombamentos, bem como registros fotográficos e visitas in loco.

4.1 Aspectos Morfológicos Da Avenida João Machado

Ainda reverberando as referências morfológicas apontadas na seção anterior, no que se referiu à cidade de João Pessoa e ao centro histórico, realizamos a análise urbana e arquitetônica da avenida, propriamente dita, como forma de nos apropriarmos do objeto em estudo. A observação de sua configuração original e como as transformações físicas deram cabo da proposta eclética/higienista do começo do século XX, transformando-a, na contemporaneidade, em um corredor de serviço e instituições públicas para a cidade.

As origens da avenida remontam às transformações urbanas perpetradas pelo higienismo do final do século XIX, resultado da revolução industrial e instituição da cidade burguesa como métrica a ser seguida, conforme apontamos na terceira seção desta pesquisa, assim como pontua Vidal (2016, p. 160)

Um marco desse processo de expansão foi a abertura da Avenida João Machado, motivada, em 1912, pela implantação do serviço de abastecimento de água. Nas suas imediações, o nascente bairro do Jaguaribe teve por referência o seu alinhamento e se estruturou com três de suas primeiras ruas lançadas quase paralelamente à Avenida João Machado: a da Glória, a do Meio e a da Concórdia. O traçado regular do bairro de Jaguaribe marcou o início de uma mudança no processo de crescimento urbano, em que passou a predominar a ocupação de grandes áreas na forma de loteamentos planejados, em substituição à tradicional expansão espontânea.

A partir desta citação podemos acentuar que outro fator corroborou com o aspecto cosmopolita da região – a inovadora configuração das implantações dos palacetes ecléticos que estavam sendo gestados no êxodo das grandes famílias produtoras rurais que optaram em sair de suas “casas grandes” e seguiram para constituir morada nesses novos bairros.

Carlos Lemos (1985) descreve essa transformação espacial da residência burguesa, que abandona o conceito de sobrado geminado da cidade colonial, onde a ocupação do lote é extremamente densa, havendo apenas o espaço do quintal no fundo das casas como área livre, já que até a frente voltada para a rua era tomada pelas fachadas, gerando um bloco de construções coeso e de pouca variação estilística. A arquitetura colonial adotada no Brasil era bastante austera, permitindo apenas em poucas tipologias (igrejas sobretudo) arroubos de arte e requinte em sua ornamentação, mesmo os palácios e câmaras e cadeias tinham uma arquitetura mais “militarizada”, como representação do pragmatismo característico português.

Foi nas residências, no entanto, que a questão dos programas de necessidades apresentou facetas interessantes e de grande importância sociológica, além, evidentemente, de arquitetônica, pois que a cidade tomou nova fisionomia e outras dimensões através de seus recentes bairros residenciais (Lemos, 1985, p. 54).

Lemos (1985) se estende comentando sobre a arquitetura operária, porém não invalida a nossa constatação, já que o que ocorreu durante a virada dos séculos XIX para XX foi a multiplicação de novas tipologias do morar, sendo que além das vilas proletárias, os palacetes ecléticos também constituíram parte desse novo mundo.

A Paraíba recebeu essas influências arquitetônicas nas primeiras décadas do século passado e um dos principais lócus de implantação dos palacetes foi a região que engloba a rua da Trincheira e avenida João Machado, entre os bairros do Centro e Jaguaribe, nesse sentido, a

dinâmica dos elementos de diferentes escalas: a rua, o lote e as atividades ali alocadas, organizaram um novo sistema estrutural e espacial, sendo que a primeira desempenha função fundante no desenvolvimento urbano da cidade. Segundo Marques (2015, p. 58) a abertura da Avenida Central na Cidade da Parahyba foi realizada de maneira a refletir os traços de um "boulevard", assemelhando-se à Avenida Central, atual Rio Branco, uma obra conduzida por Pereira Passos no Rio de Janeiro³⁴.

Figura 11: Avenidas inauguradas em capitais brasileiras no começo do século XX.



Avenida Central no Rio de Janeiro, 1905 (à esquerda) e Trecho da Avenida João Machado (à direita)
 Fonte: Martins, 2013 e Arquivo Humberto Nóbrega, *apud* Marques 2015.

Como novidade em relação à implantação de novas edificações, a subdivisão dos terrenos da recém-criada via, Av. João Machado, envolveu a ocupação do solo com tamanhos distintos em comparação aos do período colonial, que consistiam em dimensões mais estreitas e profundas em relação à rua. Mesmo localizados no núcleo histórico da cidade, os novos lotes foram destinados a abrigar mansões suntuosas que apresentavam extensos jardins, representando assim uma abordagem inovadora de habitação alinhada aos novos princípios de modernidade/higienismo.

Quanto a esse ponto específico, Soares, Costa e Martins (2020) observam que:

[...] o parcelamento do solo inicial da Avenida João Machado deu-se, inicialmente, através de lotes grandes, diferentes do lote colonial, que era estreito e profundo. As residências construídas caracterizaram uma nova forma de ocupação das cidades brasileiras no início do século XX: a princípio implantadas com recuos laterais e sem recuo frontal e, mais tarde, completamente recuada dos limites do lote, resultando moradias arejadas, com jardins, condizentes com os preceitos da higiene e as ideias de modernidade da época. (Soares, Costa e Martins in Maia, 2020, p. 256).

³⁴ Cabe comentar que além da Avenida Central no Rio de Janeiro, outra avenida fundamental que pode ter servido de referência foi a Avenida Paulista, em São Paulo, inaugurada em 1891.

Se observarmos um mapa atual da avenida (página 79) é possível verificar uma condição interessante: os lotes de sua porção “norte”, isto é, voltados para o bairro do Centro de João Pessoa mantêm as dimensões mais modestas, com uma ocupação densa e configuram o limite da cidade antiga e, do outro lado da via (em Jaguaribe), a proporção dos terrenos se inspira no ideário higienista e de edificações de maior porte cercadas por jardins em toda a sua volta. Mesmo com essa ânsia de criar um espaço urbano mais moderno, possivelmente uma das últimas investidas do poder público no centro histórico antes da aventura de se seguir para o litoral, a avenida não se completa em sua morfologia como algo uno e emblemático se tornando referência que não extrapola a importância regional, como a Avenida Guararapes em Recife em Pernambuco ou mesmo os exemplos das avenidas já citadas em São Paulo ou Rio de Janeiro.

A tipologia residencial que se distingue na Avenida João Machado é a nomeada de palacete eclético, fruto do processo de refinamento estético e espacial gerado inicialmente por outro tipo: a “casa de porão alto”.

A “casa de porão alto” foi a primeira remodelação espacial ocorrida em João Pessoa desde o fim da ocupação holandesa, porém não é fácil localizar qual foi o primeiro bairro a receber tal tipologia e que logo após se espalhou pelo centro histórico e bairros adjacentes, pois, segundo Moura Filha (2016, p. 56) não é possível determinar com precisão o momento/local exatos dos primeiros exemplares dessa tipologia na cidade, pois não existem registros documentais sobre o assunto. Ao mesmo tempo, a historiografia da arquitetura residencial brasileira dedica pouco espaço a esse estilo de residência, por conta da formação “modernista” de nossos historiadores e funcionários dos órgãos de preservação do patrimônio arquitetônico que consideravam a arquitetura eclética algo “menor”, sem valor a ser preservado ou mesmo estudado³⁵.

³⁵ Isso vem sendo mudado já a algum tempo, com a renovação de pesquisadores e funcionários que abraçaram os conceitos mais contemporâneos de patrimônio histórico (material e imaterial). Como exemplo, podemos indicar as contribuições do professor Nestor Goulart Reis Filho da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) que dedicou parte de sua pesquisa para as tipologias de residências do período da passagem dos séculos XIX e XX.

Figura 12: Exemplar de Casa de porão alto na Avenida João Machado (residência n.º 131).



Principais características: ocupa inteiramente a linha do lote em relação à calçada, é perceptível a elevação de um porão (na maioria das vezes não habitável), garantindo assim uma distância visual de quem está na rua e o interior do edifício, telhado embutido com platibanda³⁶ e uso de sistema de calha e condutores para o escoamento da água da chuva, composição e ornamentação eclética, seguindo a moda da época da construção.

Fonte: Google. Captura de tela do mapa da Cidade. Google Maps. Disponível em: URL.
Acesso em 08/01/2024.

Apesar dessa questão seminal de pouca referência cronológica, o que se pode dizer com certeza é que os palacetes da rua das Trincheiras, avenida João Machado e avenida Tambiá apresentam soluções arquitetônicas de composição e estilísticas mais sofisticadas do que as casas de porão alto situadas no centro histórico de João Pessoa, a exemplo das edificações identificadas na rua da Areia, rua Duque de Caxias, rua General Osório, entre outras. Observa-se, portanto, que o investimento financeiro, as dimensões dos terrenos mais generosas e a intensão de se impor um status social mais elevado permitiram agenciamentos mais ousados e, como veremos mais a frente, aliando a gramática eclética de pilastras, frisos, elementos geométricos em relevo ao uso de varandas e alpendres, gerando grandes áreas de sombra para amenizar o clima tropical característico da região.

Esses elementos arquitetônicos remetem com propriedade ao ecletismo, seguindo a mesma tendência que já vinha sendo adotada na arquitetura oficial e residencial da cidade. É relevante destacar que, assim como em diversas outras cidades brasileiras, em João Pessoa, o

³⁶ Platibanda é um elemento arquitetônico introduzido no começo do século XIX no Brasil, por conta da chegada da família Imperial Portuguesa, que “atualizou” a gramática arquitetônica colonial, sendo amplamente utilizada posteriormente no ecletismo. Consiste numa extensão da parede acima do telhado que serve propósitos estéticos e práticos, ocultando elementos do telhado e protegendo contra intempéries.

ecletismo desempenhou um papel significativo ao caracterizar o período de modernização urbana que teve início na década de 1910 e se tornaram mais familiares nos anos de 1920, firmando o ecletismo como gramática arquitetônica tanto da elite como do poder público, com exemplos de edifícios oficiais recém construídos como: Associação Comercial e o atual Tribunal de Justiça (1919), a Academia de Comércio (1922) e o Correios e Telégrafos (1927).

Figura 13: Exemplos de arquitetura eclética no centro de João Pessoa (começo do século XX)



As duas primeiras imagens são da Associação Comercial e o atual Tribunal de Justiça (1919), e as duas de baixo correspondem à Academia de Comércio (1922) e ao Correio e Telégrafos (1927).

Fonte: <https://www.memoriajoapessoa.com.br/veracervopatrimonial.php?c=tipologia>

Podemos considerar, portanto, que se o ecletismo era a expressão predominante da modernização urbana na cidade “higienizada” do começo do século passado, era apropriado para refletir as elites econômica e política que buscavam reproduzi-lo em suas residências, simbolizando um progresso e uma nova perspectiva de conforto mais relacionada com os novos tempos. Como o ecletismo surge no Brasil tardiamente, podemos notar que em alguns palacetes elementos arquitetônicos que remetiam estilos mais contemporâneos e de rápido aceite popular como o Art Nouveau e, a partir da década de 1930, o Neocolonial e o Art Déco.

É crucial destacar que a viabilidade do desenvolvimento desse novo programa residencial foi possibilitada por mudanças fundamentais na morfologia urbana. Naquela época, os lotes delimitados nos bairros emergentes, quase exclusivamente para a moradia, apresentavam dimensões generosas, marcando uma clara distinção em relação aos tradicionais lotes estreitos e compridos que persistiam na configuração urbana da cidade.

As composições volumétricas se tornaram bastante valorizadas e, a partir da geometria em planta dos palacetes, tais composições eram reorganizadas para criar um efeito de movimento ou tensões, tanto na vertical como na horizontal. Embora os prismas simples e regulares predominassem, por conta das técnicas construtivas embasadas na alvenaria de tijolos autoportantes (obrigando uma repetição de áreas no térreo e superior) as residências de maior área construída resultavam em um conjunto destes volumes, intensificando a sensação de dinamismo. Outros recursos amplamente explorados para alcançar esse efeito incluíam a marcação vertical de mirantes e torreões, assim como a incorporação de terraços cobertos e solários nos pavimentos superiores, indo contra o clima tropical que exige sombra, gerando marcações horizontais e conferindo dinamicidade à composição.

Como os lotes são maiores, as edificações passaram a serem isoladas dos limites do terreno e os telhados passaram a ganhar progressiva ênfase na composição arquitetônica, ao invés de permanecerem ocultos atrás de altas platibandas, a exemplo do que aconteciam antes, com os lotes mais estreitos. Essa valorização das coberturas tornou-se possível devido aos avanços tecnológicos, telhas dos mais variados tipos, rufos e calhas de cobre, condutores, gárgulas e buzinotes, entre outros, além da intenção de garantir a homogeneidade do conjunto. A mesma solução de acabamento de beiral ou platibanda utilizada na fachada frontal passava a ser empregada também nas laterais, conferindo um tratamento mais tridimensional da construção.

Para validar as transformações perpetradas neste momento, a legislação municipal se adequou aos novos tempos e começou a demandar condições de salubridade para as residências, obrigando que os novos projetos fossem planejados e/ou os existentes fossem reformados de forma a ajustar as edificações aos requisitos legais. Como exemplo podemos indicar a partir de Moura Filha e Rodrigues que em 1921 foi promulgado um decreto municipal, Decreto n.º 32 de 4 de janeiro de 1921, determinando “[...] que todos os cômodos deveriam ter abertura para o exterior, independente do seu uso, tendo portas com bandeiras de no mínimo 50cm de altura para areação dos ambientes”. (Moura Filha; Rodrigues, 2016, p. 140).

Tais normas e decretos, oriundos do sanitarismo vigente, desempenharam um papel significativo nas decisões relativas aos recuos, tanto laterais, como de frente e de fundos, além da relação da construção com o seu exterior por meio de terraços, varandas e jardins. Com esse método de implantação nos lotes, as edificações foram enriquecidas com jardins em seu entorno, introduzindo elementos paisagísticos na arquitetura residencial. Essa abordagem proporcionou amplas possibilidades de arejamento e iluminação, características até então pouco conhecidas nos sistemas construtivos vernaculares brasileiros.

Os recuos agora implementados por conta do lote maior, redefiniam os sistemas de acesso às residências: um acesso social conduzia às varandas e salas principais da casa, mantendo-se ainda a tradicional solução colonial de se definir uma área de separação entre o que se pode apresentar ao convidado e o que deve ser mantido reservado, acessos secundários, localizados nos recuos laterais, destinavam-se tanto à família quanto aos serviçais e, por último, se os proprietários possuísem um automóvel (novo símbolo de status), o acesso para veículos automotores era tratado com a ênfase na composição das fachadas principais.

Como vimos anteriormente, o palacete eclético tem sua gênese do desenvolvimento da tipologia do porão alto, sendo que a elevação da construção, neste momento, se desvincula do caráter de preservação da intimidade familiar dos olhos da rua e confere imponência e monumentalidade aos palacetes, pois era considerado inadequado que a casa estivesse no mesmo nível do chão ou do jardim – isso resultaria em uma aparência rebaixada ou diminuída, remetendo ao período colonial ou arquitetura vernacular, mais simples, enquanto a preferência era que a casa sempre se destacasse em uma posição superior.

Além da edificação principal, surge como anexos, construções menores e mais simples nos fundos do terreno para usos considerados de apoio, como lavanderias, garagens, aposentos dos criados e afins – essas edificações foram sintomáticas no período em todas as grandes cidades brasileiras, porém em João Pessoa a configuração mais se assemelhava à um passado rural ainda vivo na memória dessas famílias – sendo perceptíveis a existências de hortas, pomares, criação de animais de pequeno porte (em alguns casos, pequenos zoológicos para admiração/lazer).

Todas essas inovações serviram de arcabouço para tornar mais complexo o programa de necessidades, sendo que a distribuição espacial introduz a setorização mais acirrada das três funções conhecidas numa residência: ... as áreas social, íntima e de serviço. Segundo Moura Filha (2016, p. 143): a alteração nos esquemas de circulação interna, em parte resultante dessa setorização; a maior diversidade de ambientes que vinham atender às necessidades ou anseios de conforto e requinte de seus moradores. Esse representava um dos aspectos inovadores nos projetos residenciais, uma vez que a setorização se tornava essencial devido ao aumento no número de ambientes para atender às necessidades dos moradores.

Soluções anteriores consagradas como corredores estruturantes e alcovas haviam se tornado obsoletos, pois se tratando de espaços internos, os palacetes incorporavam uma variedade de novos cômodos relacionados à modernidade trazida para o habitar. Lemos (*apud* Moura Filha, 2016, p. 146) aponta que nas áreas sociais e de convívio familiar, surgiam elementos como a "sala da senhora", o "jardim de inverno", a "sala de bilhar" e o "gabinete".

Mas nem toda novidade é incorporada de forma exemplar: a copa, que já havia sido consagrada na arquitetura brasileira, continha as antigas práticas que caracterizavam as salas dos fundos das casas do período colonial, transformando-se na "área de estar real da família" e, portanto, relegando a "sala de jantar" em voga nos palacetes europeus como um mero apêndice da sala de visitas, sendo utilizado em poucas ocasiões.

Diante da busca por uma desejada setorização de funções, os diversos ambientes, eram organizados da seguinte forma: as fachadas principais (principalmente a frontal) das residências e os cômodos mais próximos a elas, eram considerados os espaços mais valorizados e destinados aos ambientes sociais onde as visitas eram recebidas. Nas laterais e andar superior das plantas eram reservados aqueles cômodos para a intimidade da família. Por outro lado, os espaços nos fundos e, por vezes, as laterais com recuo mais estreito, eram destinados aos serviços e considerados remanescente dos tempos em que as tarefas do dia-a-dia eram realizadas pelas pessoas escravizadas.

Ainda se fixarmos o olhar para a área de serviço – a tradicional cozinha colonial – solução brasileira do sincretismo entre a experiência indígena com a tradição lusitana, esta passou a estar definitivamente integrada à casa, resultando também na criação da despensa. O alto custo dos materiais hidráulicos importados aproximou o banheiro da cozinha e levou à concentração, em um mesmo espaço, do vaso sanitário, lavatório, banheira e chuveiro em prol do conforto e da higiene, extinguindo a “casinha” (banheiro externo de funcionamento de fossa enterrada no quintal).

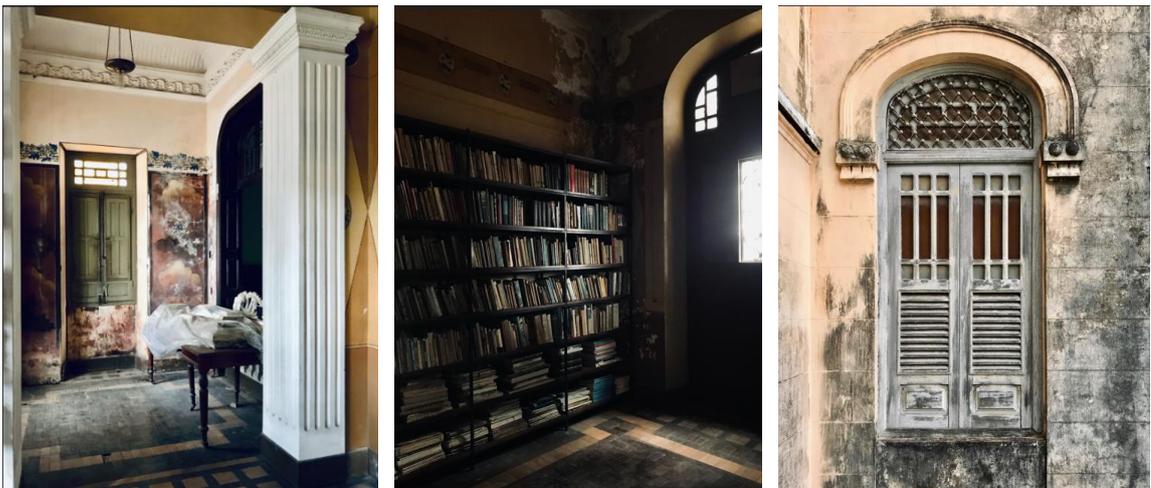
Nessas áreas, o acabamento dos interiores era realizado através da aplicação de azulejos ornamentais nas paredes (até a altura da área molhada) e ladrilhos hidráulicos de paginação mais simples no piso. Nos outros cômodos, esses acabamentos passaram a ser refinados, apresentando paredes adornadas com pinturas artísticas, revestimentos de papéis ou lambris de madeira cujos desenhos harmonizavam-se com as guarnições e folhas de janela; a adoção de assoalhos encerados, com suas madeiras serradas e junções mais precisas substituiu as antigas tábuas largas e imperfeitas lavradas à machado. Nos saguões, terraços e solários, o piso era feito com ladrilhos hidráulicos com desenhos mais refinados, assentados sobre abobadilhas de tijolos autoportantes, além de mosaicos coloridos, formando composições ornamentais em sintonia com a sofisticação desses espaços.

Figura 14: Fachada eclética do casarão de n.º 276.



Fonte: Cavalcanti, A. de F. e A. Acervo do arquiteto. 2023.

Figura 15: Fotos internas e detalhe de caixilho de madeira do casarão de n.º 276.



Fonte: Cavalcanti, A. de F. e A. Acervo do arquiteto. 2023.

Figura 16: Conjunto de desenhos elaborados a partir do levantamento arquitetônico do palacete n.º 276, localizado na Avenida João Machado e pormenores da casa.



Fonte: Moura Filha, M. B., Rodrigues, A. A morada da elite na Cidade da Parahyba do início do século XX: o palacete eclético. Moura Filha, Maria Berthilde; Cavalcanti Filho, Ivan; Cotrim, Márcio. Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 148, 2016 e Cavalcanti A. de F. e A. Acervo do arquiteto. 2023.

Quando se tratava do mobiliário, este era requintado, se utilizando uma “profusão de objetos puramente decorativos” (Lemos, 1996, p. 46), já Reis Filho (1987, p. 178) aponta que “os móveis tradicionais foram sendo substituídos por peças europeias, produzidas em série, em torno das quais eram acumulados objetos de luxo, de todos os tipos, que incluíam de bibelôs a jarrões da China, passando por estatuetas de prata, bronze e porcelana”.

Além das imponentes residências, o início da ocupação da Avenida João Machado foi caracterizado pela instalação de algumas instituições assistenciais estatais, como o Grupo Escolar Isabel Maria das Neves – 1920, o Instituto de Proteção à Infância – 1912 e o Orfanato D. Ulrico (este último já comentado anteriormente), sendo implementadas com base na concepção de que eram fundamentais para a formação de uma cidade moderna, considerando-a uma das primeiras avenidas, já no começo do século XX, que exibia uma combinação de finalidades, abrangendo desde residências de alto padrão até significativos edifícios institucionais, delineando-a como a representação visual do progresso almejado para a Cidade

de João Pessoa. Segundo Soares, da Costa e Martins, passadas algumas poucas décadas, a avenida Epitácio Pessoa representará o progresso da cidade, ligando os bairros centrais ao litoral (Maia, 2020, p. 258).

4.2 Dados Estatísticos³⁷

De acordo com os dados contemporâneos, a população total em João Pessoa é de 723.515 hab. (IBGE, Censo 2010³⁸), sendo que mais de 18.000 pessoas habitam os bairros do Centro e Jaguaribe e a avenida João Machado localiza-se no bairro do centro da cidade de João Pessoa, iniciando-se a partir do entroncamento com a avenida D. Pedro II e segue no sentido leste-oeste, sendo a divisa do flanco mais ao sul entre os bairros em questão, que delimita atualmente uma região de famílias tradicionais de média e baixa renda.

Seguindo pela avenida, após o cruzamento da rua das Trincheiras (que vem a ser a divisa com o bairro com o mesmo nome), a via muda de nome para rua Nina Lima³⁹ e segue em direção ao cemitério Senhor da Boa Sentença, na região do bairro do Cordão Encantado, em direção à Bayeux e o rio Sanhauá.

Figura 17: Implantação da Avenida João Machado em João Pessoa.



Fonte: Google Maps (adaptado pela autora). Acessado em 01/05/2023.

³⁷ Os dados estatísticos aqui apresentados serão retirados do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, para tal, consideraremos a abrangência dos bairros Centro e Jaguaribe, já que o “módulo” menor do perímetro que os dados oficiais dão conta são a partir do segmento “bairro”.

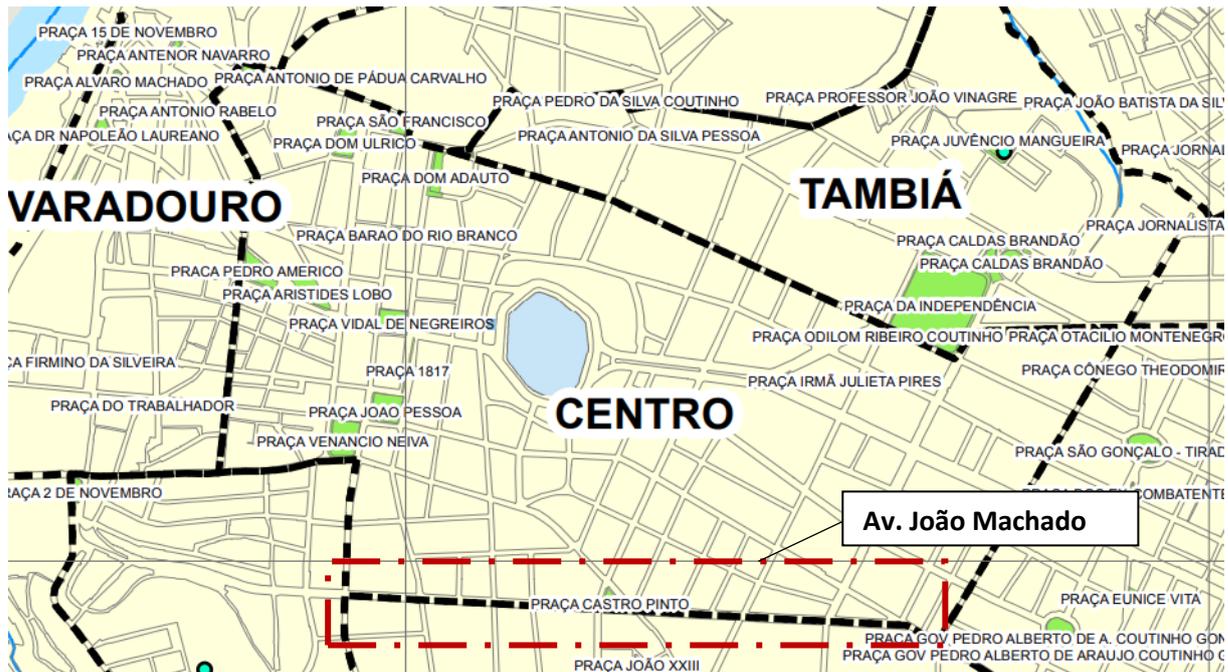
³⁸ O Censo 2022 ainda está em andamento, sem a totalidade dos dados que necessitamos, por isso tomamos como base o anterior de 2010, mesmo considerado defasado.

³⁹ Para termos de pesquisa, a delimitação do recorte geográfico seguirá até a mudança de nome da via, utilizando como marco geográfico a igreja Nossa Senhora de Lourdes, palco do início da Romaria de Nossa Senhora da Penha no último domingo do mês de novembro, marco do patrimônio imaterial da Paraíba.

Segundo o Atlas municipal de João Pessoa de 2023⁴⁰ criado pela prefeitura municipal, os bairros do Jaguaribe e Centro detêm os seguintes dados estatísticos:

- a) **Bairro:** Centro
- b) **Área do Bairro:** 188,72 ha.

Figura 186: Limites do Bairro do Centro.



Fonte: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/maparegiones/> (adaptado pela autora).
Acessado em 03/04/2024.

- c) **Origem:** segunda ordenação urbana a se formar, sendo considerada junto com o bairro do Varadouro o perímetro urbano mais antigo da cidade de João Pessoa, localizado em área mais alta em relação ao porto fluvial, sua ocupação se deu a partir de construções residenciais em volta das igrejas e mosteiros ali implantados e com o decorrer dos anos, repartições públicas, comércio a varejo e hospitais.
- d) **Demografia:** - População de 3.644 habitantes (IBGE, Censo 2010). Equivale 0,50% da população total do município, sendo distribuído em 1.574 homens e 2.070 mulheres.

⁴⁰ O Atlas municipal de João Pessoa refere-se a um documento online desenvolvido pela prefeitura da cidade e é constantemente atualizado para fornecer subsídios a vários tipos de profissionais, entre historiadores, arquitetos e afins. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/filipeia-atlas-municipal-da-cidade-de-joao-pessoa/>. Acesso em: 14/05/2023.

Tabela 2: Dados coletados do IBGE para o bairro do Centro.

Faixa etária:

1 a 9 anos	306 hab.
10 a 19 anos	505 hab.
20 a 29 anos	626 hab.
30 a 39 anos	521 hab.
40 a 49 anos	501 hab.
50 a 59 anos	417 hab.
60 a 69 anos	321 hab.
70 anos ou mais	428 hab.

Fonte: IBGE 2010.

Cor (etnia):

Branco	2017 hab.
Preto	182 hab.
Pardo	1369 hab.
Amarelos	49 hab.
Indígenas	6 hab.

Fonte: IBGE 2010

Salário-mínimo (valor R\$510,00 em 2010):

Sem rendimento	1062 hab.
Até ½ salário – mínimo	194 hab.
Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo	738 hab.
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	562 hab.
Mais de 2 a 5 salários-mínimos	495 hab.
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	255 hab.
Mais de 10 a 20 salários-mínimos	76 hab.
Mais de 20 salários-mínimos	25 hab.

Fonte: IBGE 2010

Segundo o Censo 2000, são 1.418 domicílios no Centro e a média de pessoas morando neles é de 3,32. Entre as moradias do bairro, 50,9% são próprias, 39,4% alugadas e 9,0% cedidas e utilizadas de outras formas. Taxa de alfabetização de pessoas com mais de 10 anos na área do centro equivale à 94,5%, sendo que 54,6% têm ensino médio.

- e) **Uso do solo:** o bairro é considerado de uso misto, sendo majoritariamente ocupado pelo comércio varejista e de serviços (especializados ou não). Sua morfologia é eclética, fruto das constantes sobreposições de ocupações ao

longo dos anos, indo de edifícios comerciais e residenciais com grande número de pavimentos até residências, serviços de saúde, escritórios e afins ocupando antigas residências unifamiliares (não se pode deixar de apontar a quantidade considerável de conjuntos religiosos antigos que configuraram a ocupação do bairro desde a sua formação no século XVI.

- f) **Dados relevantes:** palco de várias intervenções de embelezamento urbano ao longo dos anos, atingindo principalmente os vários passeios públicos existentes. A partir do site da prefeitura, podemos evidenciar as praças como a Venâncio Neiva, praça da Independência, a drenagem e a urbanização da Lagoa Parque Sólton de Lucena. Durante a primeira metade do século XX ocorreu a arborização das principais avenidas do centro como a João Machado, Eurípides Tavares, Coremas, Tabajaras, Camilo de Holanda, Maximiano de Figueiredo e outras mais.

Bairro do Jaguaribe:

- a) **Área do Bairro:** 236,49 ha.

Figura 217: Limites do Bairro do Jaguaribe.



Fonte: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/maparegiones/> (adaptado pela autora).
Acessado em 03/04/2024.

- b) **Origem:** O bairro localiza-se na porção central do município, distanciando-se cerca de 1,5 Km do centro da cidade. Os limites do bairro são os seguintes (Lei no. 1.574 de 04 de setembro de 1998): ao norte limita-se com os bairros do Centro e da Torre; ao sul, com o Varjão e Cruz das Armas; ao leste com a Mata do Buraquinho e a oeste com o bairro das Trincheiras. A área compreendida pelo bairro tem início na junção da Avenida João Machado, perpassa o perímetro composto pelas Avenidas Pedro II, Paulo Afonso, Feliciano Cirne, Rua Marcílio Dias, Avenida João da Mata e Rua das Trincheiras, fechando o perímetro novamente na Avenida João Machado.

A ocupação do bairro pode ser considerada desde o período colonial, a partir de 1587, pois as tribos potiguaras do local foram pacificadas e absorvidas⁴¹ pela cidade recém fundada. Neste ano foi também documentado como posse de uma sesmaria em favor de Francisco Gonçalves Serralheiro, mas ao longo dos anos boa parte desta terra se tornou “devoluta”, quer dizer, por falta de ocupação e produção por parte de seus signatários, a Coroa Portuguesa as recebia de volta e ofertava para novos usuários (conforme prática relatada anteriormente).

A área conhecida como Jaguaribe é um exemplo disso: originalmente pertencente aos indígenas da nação potiguara e dotada de grandes porções de mata fechada, passou a ser efetivamente “anexada” ao espaço da cidade anos depois: “[...] até o final do século XIX, Jaguaribe era uma área quase que desabitada, [...] poucas pessoas aventuravam residir-lo [...]” (Chagas *et al.*, 1998, p. 15 *apud* Mendonça; Gonçalves, 2010, p. 09).

O bairro do Jaguaribe, diferentemente do vizinho Centro, se manterá rural até meados do século XIX, quando obras de infraestrutura foram realizadas para abarcar o desenvolvimento urbano da cidade em seu vetor em direção à Recife, trazendo como novos habitantes as elites açucareira e algodoeira, com seus casarões em estilo eclético, principalmente na rua das Trincheiras e na avenida João Machado.

- c) **Demografia:** população de 14.738 habitantes (IBGE, Censo 2010). Equivale 2% da população total do município, sendo distribuído em 6.481 homens e 8.170 mulheres.

⁴¹ Houve a ocupação também de indígenas da comunidade Tabajara, esses mais alinhados aos portugueses, como forma de abrandar ainda mais os possíveis conflitos entre os povos originários e os colonos europeus.

Tabela 3: Dados coletados no IBGE para o bairro do Jaguaribe.

Faixa etária:

1 a 9 anos	1388 hab.
10 a 19 anos	2105 hab.
20 a 29 anos	2557 hab.
30 a 39 anos	2004 hab.
40 a 49 anos	2084 hab.
50 a 59 anos	1719 hab.
60 a 69 anos	1186 hab.
70 anos ou mais	1448 hab.

Fonte: IBGE 2010

Cor (etnia):

Branco	7091 hab.
Preto	626 hab.
Pardo	6534 hab.
Amarelos	174 hab.
Indígenas	66 hab.

Fonte: IBGE 2010

Salário-mínimo (valor R\$510,00 em 2010):

Sem rendimento	4228 hab.
Até ½ salário – mínimo	433 hab.
Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo	2898 hab.
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	2336 hab.
Mais de 2 a 5 salários-mínimos	2076 hab.
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	877 hab.
Mais de 10 a 20 salários-mínimos	215 hab.
Mais de 20 salários-mínimos	40 hab.

Fonte: IBGE 2010

- d) **Uso do solo:** o bairro é predominantemente residencial com característica horizontal, constituindo-se por residências unifamiliares e térreas. No local localiza-se duas Zeis (Zona Especial de Interesse Social): área A e área B – Jaguaribe (Lei 10.884, 17/11/2006), que reverte em projetos de ocupação de habitações de interesse social.
- e) **Dados relevantes:** nome herdado da herança indígena da cidade, Jaguaribe significa rio das onças ou das jaguatiricas, o bairro é considerado histórico

e pertence ao rol dos mais tradicionais da cidade. Neste bairro localiza-se o Jardim Botânico Benjamin Maranhão (Mata do Buraquinho), importante resquício da Mata Atlântica que serviu de fonte de água doce para vários bairros da cidade durante os primeiros séculos de ocupação, chegando até a primeira metade do século XX.

4.3 Dados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado Da Paraíba – IPHAEP

Como é possível “experimentar” as transformações urbanas e memorialísticas da Avenida João Machado? Buscamos através da pesquisa nos processos de tombamento e ofícios protocolados no IPHAEP para apontar a tendência de mudança nos usos e atividades cotidianas nas construções emblemáticas da avenida.

Antes é necessário compreender como se procede com o tombamento: tal processo administrativo tem efeito de uma medida legal que reconhece a importância cultural e histórica de um bem, impedindo, portanto, a sua descaracterização, destruição ou uso inadequado. Geralmente, o processo envolve a análise e documentação desse bem, seguido de sua inclusão em um registro oficial de bens tombados em órgãos de proteção do patrimônio.

No Brasil, esse processo é regido por legislações federais, estaduais e municipais, e os órgãos responsáveis pela gestão desse processo variam de acordo com a esfera governamental⁴², sendo que os passos gerais para se decretar o tombamento de um bem segue as seguintes fases:

- a) **Identificação do Bem:** o primeiro passo é identifica-lo (levantamentos arquitetônicos e fotográficos) para verificar a pertinência em se tomar para preservá-lo. Se for material, este pode ser um edifício, uma praça, uma área urbana, um sítio arqueológico, entre outros e se o que quer ser preservado for uma atividade comunitária como uma dança, música, culinária ou festa regional, o processo passará a considera-lo como bem imaterial;
- b) **Estudo e Documentação:** é necessário realizar um estudo detalhado do bem, documentando sua história, características arquitetônicas, importância cultural, social e/ou histórica. Esse estudo deve ser conduzido por especialistas como, historiadores, arquitetos, arqueólogos, etc e conta com o apoio e aprovação de representantes da sociedade organizada;

⁴² Importante salientar que existe a possibilidade de o imóvel em questão receber dois ou até três tombamentos de esferas de poder diferentes (municipal, estadual e federal), sendo que quando isso ocorre, o que prevalece em relação aos demais é o que tem maior restrição e complexidade.

- c) **Proposta de Tombamento:** com base nos resultados do estudo, é elaborada uma proposta de tombamento, incluindo os argumentos que justificam a importância do bem e a necessidade de sua preservação, sendo necessário o escrutínio dos representantes já citados.
- d) **Publicação de Aviso:** após a elaboração da proposta, é comum que seja publicado um aviso em veículos oficiais, informando a intenção de tombamento do bem e convidando a população a se manifestar sobre o assunto;
- e) **Processo Administrativo:** inicia-se um processo administrativo, no qual a proposta de tombamento é submetida ao órgão competente, que pode ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em nível federal, institutos estaduais (no caso da Paraíba, o IPHAEP) ou municipais, depois uma análise técnica da proposta, podendo solicitar informações adicionais e, em seguida, emite um parecer técnico fundamentando a decisão;
- f) **Decisão do Órgão Competente:** com base no parecer técnico, o órgão competente decide se o bem será tombado ou não. Em caso afirmativo, é emitido um ato de tombamento, que é publicado em Diário Oficial e em outros meios de comunicação.;
- g) **Registro no Livro do Tombo:** O bem tombado é registrado no Livro do Tombo, um registro oficial que confere proteção legal ao patrimônio cultural.

É importante ressaltar que o processo de tombamento pode variar em detalhes de acordo com a legislação específica de cada ente federativo (federal, estadual ou municipal). A participação da comunidade local e a transparência no processo são aspectos importantes, e o tombamento visa equilibrar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento urbano, já que esse confronto é bastante desgastante (algumas vezes “mortal”) para com o bem histórico a ser preservado.

Por ser um procedimento complexo que altera substancialmente o seu entorno e os processos urbanos convencionais são suspensos, cada caso é único, trazendo orientações e determinações específicas para a preservação do(s) imóvel(is), as características mais conhecidas são:

a) **Preservação Arquitetônica e Estética:**

Integridade Arquitetônica: Imóveis tombados são protegidos contra alterações que possam comprometer sua estrutura original, isso inclui fachadas, detalhes arquitetônicos, janelas, portas, entre outros como forma de manter o imóvel como documento de sua época. Existem níveis de preservação sendo considerado “Integral” quando se trata da preservação completa de edificação (volumetria, fachadas, telhados e ornamentos, distribuição interna e mobiliário); “Conservação parcial” – quando o tombamento protege apenas a volumetria e os elementos das fachadas, permitindo alterações internas e implantação de anexos e, por fim, “Conservação da paisagem” – quando se preserva a volumetria e o gabarito de altura – este tipo de preservação ocorre quando o bem já se encontra bastante alterado em seus detalhes e ornamentos arquitetônicos, mas mantém íntegra a sua relação com o entorno.

Restauração Responsável: Qualquer obra de restauração deve ser cuidadosamente planejada e executada, seguindo padrões e técnicas que respeitem a autenticidade do imóvel. O que é consenso entre os profissionais da área é que para se preservar uma edificação histórica esta deve estar em pleno funcionamento, com seu uso mais próximo possível do que foi idealizado originalmente e que se faça manutenções preventivas, evitando as corretivas, pois quando chegam neste estágio, danos severos podem ser detectados, além de considerar a restauração como última opção de preservação.

b) **Espaço Urbano e Paisagismo:**

Entorno Protegido: Muitas vezes, o entorno do imóvel também é protegido, visando manter a harmonia entre o bem tombado e seu ambiente. O raio de afetação é estudado caso a caso, pois a preservação da paisagem original deve ser considerada como ponto ideal de equilíbrio entre a proteção da memória e o avanço urbano da cidade.

c) **Restrições de Uso e Destinação:**

Restrições de Uso: Imóveis tombados podem ter restrições quanto ao seu uso, impedindo atividades que possam comprometer sua preservação, como certos tipos de comércio ou indústria, já que em sua maioria, o sistema

construtivo, programa de necessidades e a pátina do tempo⁴³ podem ser impedidores de atividades mais contemporâneas, exigindo alterações que podem desfigurar ou mesmo causar a ruína da edificação.

Afetação ao Proprietário: um dos mais característicos mal-entendidos é considerar um bem tombado como algo “engessado” do ponto de vista econômico, muitas vezes o proprietário do imóvel tombado pode enfrentar limitações em suas decisões sobre o uso e a ocupação da propriedade, porém, com maior atenção, pode-se encontrar financiamentos ou novos usos que valorizem a construção, evitando a tentação de “deixar cair” que muitas vezes os donos optam como solução final.

d) Turismo Cultural e Educação Patrimonial:

Promoção do Turismo: Imóveis tombados muitas vezes se tornam atrações turísticas, contribuindo para o desenvolvimento do turismo cultural. Esses locais podem servir como centros de educação patrimonial, ajudando na conscientização sobre a importância de sua preservação para a memória e identidade. Aqui cabe uma ressalva pois, a ânsia em se tornar tudo que é histórico algo a ser consumido culturalmente: museus, centros culturais e afins demonstrou-se falha no que se refere à preservação das comunidades tradicionais – o imóvel que se torna um equipamento cultural tende a elitizar o seu entorno e, portanto, a especulação imobiliária promove um aumento no valor de troca das construções, expulsando a vizinhança sem promover a sua valorização enquanto depositários daquele bem, trazendo novos habitantes e causando a gentrificação.

O IPHAEP⁴⁴, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba; este localiza-se numa residência datada de 1922, pertenceu ao advogado José Rodrigues de Carvalho na Avenida João Machado, nº 348, sendo o imóvel tombada desde 1980.

⁴³ Refere-se ao efeito natural que o tempo exerce sobre superfícies, especialmente aquelas feitas de materiais como metal, madeira, pedra ou outros elementos, a pátina do tempo é o resultado das mudanças causadas por exposição prolongada a condições atmosféricas, como luz solar, umidade, vento e poluição. A pátina confere ao documento um “selo de autenticidade”, garantindo que ele figure como bem histórico a ser preservado.

⁴⁴ O arquivo acessado é apenas permitido para pesquisadores, munido de solicitação formal e comprovação de vínculo com instituições de ensino/pesquisa e é formado pelos processos de tombamento de imóveis e outros bens materiais do estado, além da catalogação e preservação de atividades imateriais.

Ele foi criado por meio do Decreto Estadual nº 5.225 em março de 1971, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. Embora tenha sido criado em 1971, o IPHAEP começou a efetuar o tombamento de imóveis isolados e sítios históricos somente no final de 1979 e início de 1980. Curiosamente iniciou a lista de edifícios tombados a partir de cidades do interior (Areia e Mamanguape) e somente em 1980 seguiu para realização de propostas de proteção patrimonial na capital, João Pessoa, como o Conjunto Educacional do Lyceu Paraibano e a Praça da Independência.

Segundo Rodrigues (2019) no momento, o IPHAEP tombou 138 bens no Estado da Paraíba. Essa lista abrange uma variedade de propriedades, incluindo residências, fábricas, igrejas e complexos religiosos, como o complexo Franciscano na região central. Além disso, estão registradas praças notáveis, como a Praça Venâncio Neiva, parques, engenhos, fazendas, escolas e até mesmo uma árvore remanescente da Mata Atlântica, localizada na parte alta da Praia da Penha.

O IPHAEP, enquanto órgão regulador e fiscalizador, desempenha diversas funções, sendo que a sua fiscalização pode ocorrer tanto de maneira autônoma, em resposta a denúncias, ou em colaboração com órgãos públicos como prefeituras municipais, Ministério Público entre outros, além disso, tem a responsabilidade de contribuir com projetos de restauração, manutenção e adaptação das edificações localizadas em áreas de preservação.

Como em outros casos de órgãos patrimoniais estaduais, o IPHAEP enfrenta desafios que dificultam sua atuação, principalmente quando se trata de limitações orçamentárias e/ou pessoal especializado. Outra dificuldade enfrentada diz respeito à colaboração da população, seja na busca por informações antes de realizar qualquer intervenção em um bem de valor ou na falta de denúncia de obras irregulares, o que compromete a preservação do patrimônio edificado.

Abaixo segue a lista de bens tombados pelo órgão entre os anos de 1979 a 2002, onde verificaremos duas situações interessantes, a primeira refere-se que na Avenida João Machado apenas uma edificação (no caso a sede do IPHAEP) se encontra protegida pelo órgão estadual, e a segunda trata-se do tombamento de uma escultura localizada na Igreja de N. Sr^a. De Lourdes (esquina da avenida com a rua das Trincheiras)⁴⁵. Mesmo havendo apenas dois bens individuais tombados na Avenida, seu entorno e lotes sofrem a incidência da proteção do Centro Histórico de João Pessoa.

⁴⁵ O fato dessa imagem sacra ser listada no livro do tomo protege automaticamente o edifício que a abriga, aumentando a área de influência das leis de preservação no conjunto edilício da avenida

Quadro 2- Lista de bens tombados pelo IPHAEP no município de João Pessoa entre os anos de 1979 a 2002 (editado pela autora).

ITEM	IMÓVEL DENOMINAÇÃO	N.º	ENDEREÇO	PROTEÇÃO EXISTENTE	DATA DA PUBLICAÇÃO
1	Conj. Urbanístico educacional, composto pelos seguintes edifícios: Lyceu Paraibano, Instituto de Educação e Escola de Aplicação	S/N.º	Av. Getúlio Vargas e rua Camilo de Holanda - João Pessoa/PB	Dec. 8.644 de 26/08/1980	D.O. 09/09/1980
2	Biblioteca Pública do Estado	253	Av. General Osório - João Pessoa/PB	Dec. 8.626 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
3	Balaustrada João da Mata	S/N.º	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
4	ETFPB - Centro de formação de Cultura, Ciência e Tecnologia do Nordeste	S/N.º	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
5	Residência	203	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
6	Núcleo de Reprografia da Sec.	185	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
7	Ex- Clínica cardiológica M. Pereira Diniz	163	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
8	Residência	133	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
9	Imóvel	105	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
10	Residência	115	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
11	Associação dos delegados da Polícia Civil do Estado da Paraíba - Sede adm.	93	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
12	Imóvel - ruínas	81	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
13	Escola 1.º Grau D. Pedro II	53	Av. João da Mata - João Pessoa/PB	Dec. 8.627 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
14	Imóvel	265	Rua da Areia - João Pessoa/PB	Dec. 8.628 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
15	Núcleo de Arte Contemporânea	S/N.º	Rua das Trincheiras - João Pessoa/PB	Dec. 8.629 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
16	Faculdade de Direito	S/N.º	Praça João Pessoa - João Pessoa/PB	Dec. 8.630 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980

17	Grande Loja Maçônica Branca Dias	128	Av. General Osório - João Pessoa/PB	Dec. 8.631 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
18	Sobrado Comendador Santos Coelho	159	Rua Conselheiro Henriques - Centro - João Pessoa/PB	Dec. 8.632 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
19	Quartel da Polícia Militar	S/N.º	Praça Pedro Américo - João Pessoa/PB	Dec. 8.633 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
20	Associação Comercial do Estado da Paraíba	2	Rua Maciel Pinheiro - João Pessoa/PB	Dec. 8.661 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
21	Coreto e Praça Venâncio Neiva	S/N.º	Praça Venâncio Neiva - João Pessoa/PB	Dec. 8.636 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
22	Palácio da Redenção	S/N.º	Praça João Pessoa - João Pessoa/PB	Dec. 8.638 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
23	IAB-PB	2	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
24	Antigo Hotel Globo	2	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
25	Residência	10	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
26	Residência	16	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
27	Residência	36	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
28	Residência	48	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
29	Residência	75	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 8.639 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
30	Parque Arruda Câmara	S/N.º	Roger - João Pessoa/PB	Dec. 8.640 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
31	Coreto, Praça da Independência e Obelisco	S/N.º	Praça da Independência - João Pessoa/PB	Dec. 8.641 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
32	Sobrado onde residiu o Presidente João Pessoa	92	Praça da Independência - João Pessoa/PB	Dec. 8.634 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
33	Palácio Episcopal	S/N.º	Praça D. Aduino - João Pessoa/PB	Dec. 8.624 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
34	Academia Paraibana de Letras	25	Rua Duque de Caxias - João Pessoa/PB	Dec. 8.643 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980

35	Sobrado Conselheiro Henriques	81	Rua Duque de Caxias - João Pessoa/PB	Dec. 8.643 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
36	Residência	93	Praça Simeão Leal - Cruz das Armas - João Pessoa/PB	Dec. 8.645 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
37	Correios e Telégrafos	S/N.º	Praça Pedro Américo - João Pessoa/PB	Dec. 8.647 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
38	Imóvel	366	Rua da Areia - João Pessoa/PB	Dec. 8.649 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
39	Sobrado da Fazenda Ribamar (Sítio Boi Só) e Capela	25	Bairro dos Estados - João Pessoa/PB	Dec. 8.656 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
40	Comando da Polícia Militar	S/N.º	Praça Aristides Lobos - João Pessoa/PB	Dec. 8.648 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
41	Residência	85	Praça Simeão Leal - Cruz das Armas - João Pessoa/PB	Dec. 8.651 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
42(*)	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP	348	Av. João Machado - João Pessoa/PB	Dec. 8.652 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
43	Parque Solon de Lucena	S/N.º	Parque Solon de Lucena - João Pessoa/PB	Dec. 8.653 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
44	Área 7,56ha - Parte elevada da Praia da Penha, com os seguintes bens: Igreja N. Srª. Da Penha, Casario com 24 unidades, Cemitério, Posto de Saúde, Escola, Árvore Oiti (<i>Moquilea Tomentosa Crysobalanace - AE</i>), remanescente de Mata Atlântica.		Praia da Penha - João Pessoa/PB	Dec. 8.654 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
45	Tribunal de Justiça	S/N.º	Praça João Pessoa - Centro - João Pessoa/PB	Dec. 8.637 de 26/08/1980	D.O. 05/09/1980
46(*)	Delimitação do Centro Histórico inicial do Município de João Pessoa		João Pessoa/PB	Dec. 9.484 de 10/05/1982	D.O. 14/05/1982
47	Basílica de N. Srª das Neves	S/N.º	Praça D. Ulrico - Centro - João Pessoa/PB	Dec. 20.132 de 02/12/1998	D.O. 03/12/1998
48	Igreja N. Srª do Rosário	S/N.º	Rua 1.º de Maio - Jaguaribe - João Pessoa/PB	Dec. 20.133 de 02/12/1998	D.O. 03/12/1998

49	Igreja N. Sr ^a do Carmo	S/N.º	Praça D. Adauto - João Pessoa/PB	Dec. 20.134 de 02/12/1998	D.O. 03/12/1998
50	Igreja de São Frei Pedro Gonçalves	S/N.º	Largo São Frei Pedro Gonçalves - Varadouro - João Pessoa/PB	Dec. 20.135 de 02/12/1998	D.O. 03/12/1998
51	Academia de Comércio Eptácio Pessoa	45	Rua das Trincheiras - Centro - João Pessoa/PB	Dec. 20.136 de 02/12/1998	D.O. 03/12/1998
52	Teatro Santa Roza	S/N.º	Praça Pedro Américo - João Pessoa/PB	Dec. 20.136 de 02/12/1998	D.O. 03/12/1998
53	Estação Ferroviária de João Pessoa	S/N.º	João Pessoa/PB	Dec. 22.082 de 03/08/2001	D.O. 04/08/2001
54	Igreja de Santa Terezinha - Roger	S/N.º	Rua Carlos Pessoa - João Pessoa/PB	Dec. 22.362 de 31/10/2001	D.O. 01/11/2001
55	Imóvel onde residiu Anayde de Azevedo Beiriz	176	Rua Santo Elias - Centro - João Pessoa/PB	Dec. 23.552 de 07/11/2002	D.O. 08/11/2002
56(*)	Imagem do Senhor da Coluna da Igreja de N. Sr.^a De Lourdes	S/N.º	Rua das Trincheiras - Centro - João Pessoa/PB	Dec. 23.807 de 12/12/2002	D.O. 13/12/2002

(*) Os itens coloridos referem-se aos tombamentos que incidem diretamente na proteção da Avenida João Machado.

Fonte: Da Costa, A. L. S. *et al.* Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa: três décadas de história. 2009, p. 112.

Como apontado anteriormente, outro fator que influenciou na preservação da memória e do espaço urbano da avenida João Machado é a constituição pelos órgãos de proteção federal (IPHAN) e estadual (IPHAEP) de um perímetro considerado como “centro histórico” que abrange os bairros Centro, Tambiá e Jaguaribe, pois uma vez colocado em prática determinou toda uma legislação que definiu diretrizes e condutas gerais para essas áreas específicas.

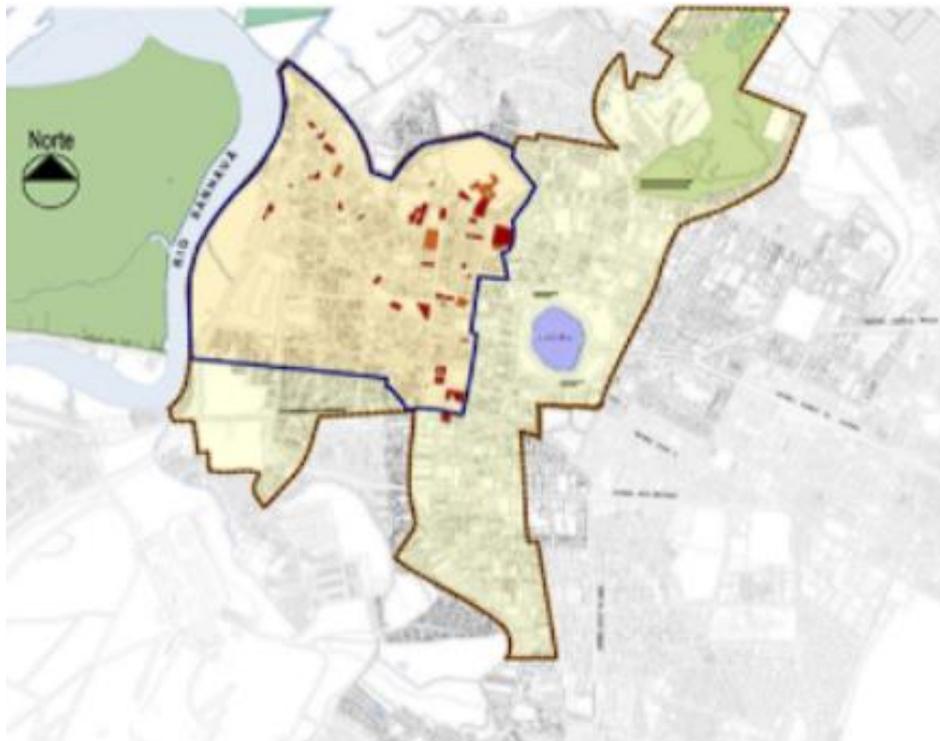
A delimitação do centro histórico de João Pessoa teve início em 1975 com a elaboração do primeiro plano diretor da cidade. Nesse contexto, foi estabelecida duas áreas importantes: uma primeira poligonal de preservação rigorosa, juntamente com outra destinada à preservação ambiental. Esse primeiro perímetro se baseava exclusivamente no desenho urbano formado pela

interpolação das edificações tombadas pelo IPHAN, englobando os bairros que abrigaram o primeiro assentamento da cidade (Varadouro e Centro)⁴⁶.

O IPHAEP fez a sua contribuição para uma nova delimitação somente em 1982, ampliando para os bairros do Jaguaribe e Tambiá, passando pela Lagoa Solon de Lucena, porém sem uma definição clara entre preservação rigorosa e paisagística (presente no primeiro desenho). Em 1987 se define uma terceira poligonal que destoa do que havia sido avaliado até o momento, numa tentativa de compatibilizar o perímetro mais restritivo dos técnicos do patrimônio histórico e o plano diretor vigente da prefeitura à época.

Aos longos dos anos seguintes, a prefeitura e o órgão estadual trabalharam em conjunto no apuro desse desenho, reconsiderando novas áreas urbanas, edifícios e, em 2004 o desenho sofre novo regramento, considerando como áreas tombadas não só edifícios como também ruas, e praças.

Figura 238: Mapa da cidade de João Pessoa com as áreas de preservação do IPHAN e IPHAEP.

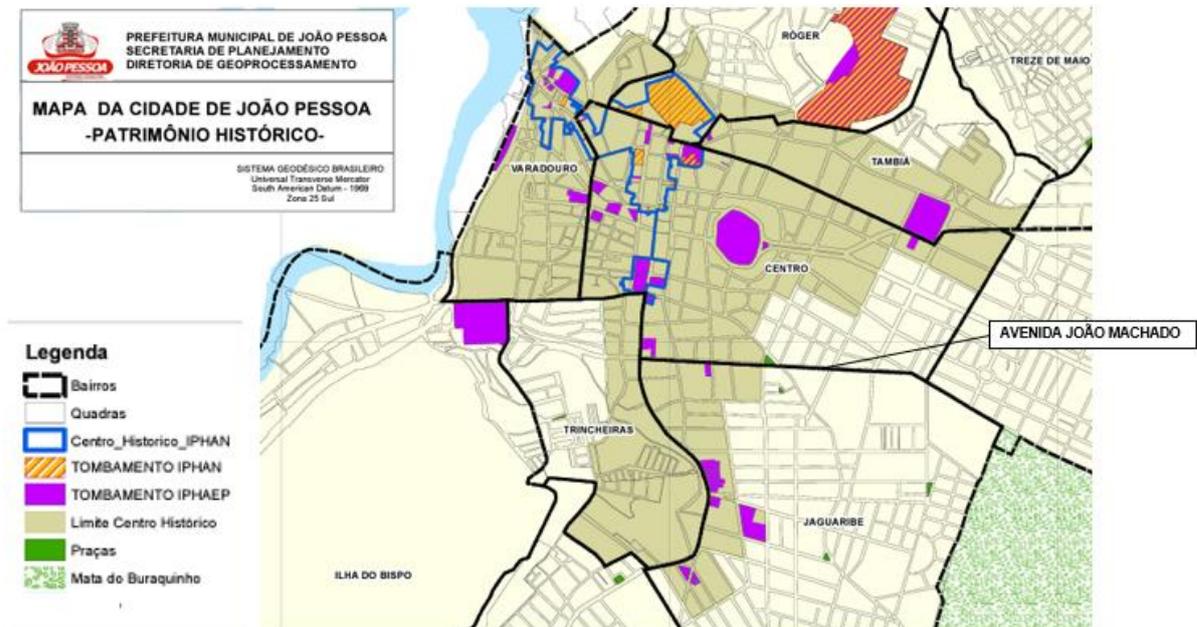


Podemos ver em bordô a área inicialmente definida em 1982 pelo IPHAEP, que sobrepôs a área (em azul) do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de 1987.

Fonte: IPHAN 2007.

⁴⁶ Vale ressaltar que os bens tombados pelo IPHAN em João Pessoa foram escolhidos através das diretrizes delimitadas pelo pensamento dos técnicos de então (anos de 1930), onde se considerava digno de preservação os bens relativos à arquitetura religiosa, militar ou administrativa das épocas da colônia e império. Apenas em 2007 é que o IPHAN finalmente desenvolve um tombamento urbano do centro histórico da cidade.

Figura 19: Mapa da cidade de João Pessoa, destacando o centro histórico oficial, com seus bairros envoltórios.



Fonte: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/> Áreas do patrimônio histórico IPHAN – IPHAEP (adaptado pela autora). Acessado em 11/01/2024.

Figura 20: Pormenor da Avenida João Machado.



Fonte: IPHAN 2024 (desenho adaptado pela autora).

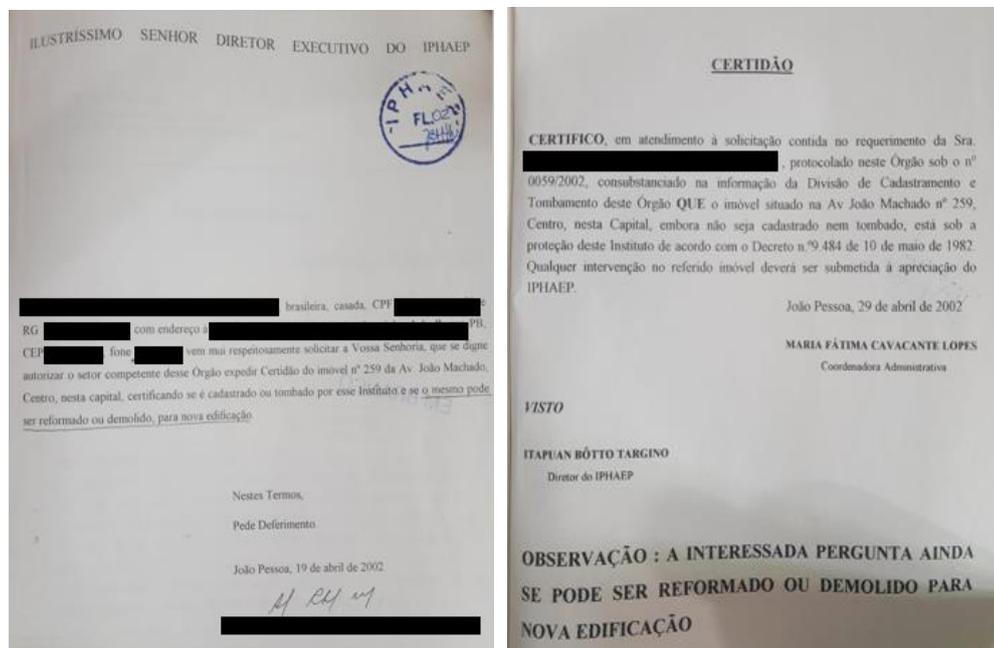
Na imagem acima é possível observar os bens tombados, seus níveis de conservação e as zonas de preservação rigorosa e parcial. A partir dos arquivos pesquisados durante o desenvolvimento da dissertação, destacamos alguns que trazem elementos importantes para a compreensão das mudanças perpetradas na avenida, principalmente a partir do êxodo populacional promovido

pela ocupação dos bairros que margeiam as praias urbanas da cidade (Manáira, Tambaú e Cabo Branco). O primeiro documento a ser tratado refere-se à solicitação de informações junto ao órgão de preservação sobre o imóvel n.º 259, localizado na avenida João Machado – a proprietária teria a intenção de reformá-lo (ou mesmo demolido), sendo que este documento data do ano de 2002. IPHAEP retorna com a resposta apontando que, apesar de não ser tombado, ele se encontra protegido pelo Decreto n.º 9.484/82 que define a área do centro histórico da cidade e qualquer tipo de alteração ou demolição deve ser avaliado junto ao órgão patrimonial.

Importante salientar que a mesma pessoa entrou com outro requerimento de mesmo teor no ano de 2017, acredita-se que o motivo pela reiteração do processo seja por conta da revisão do centro histórico de João Pessoa em 2004, que restabeleceu limites e novos níveis de preservação.

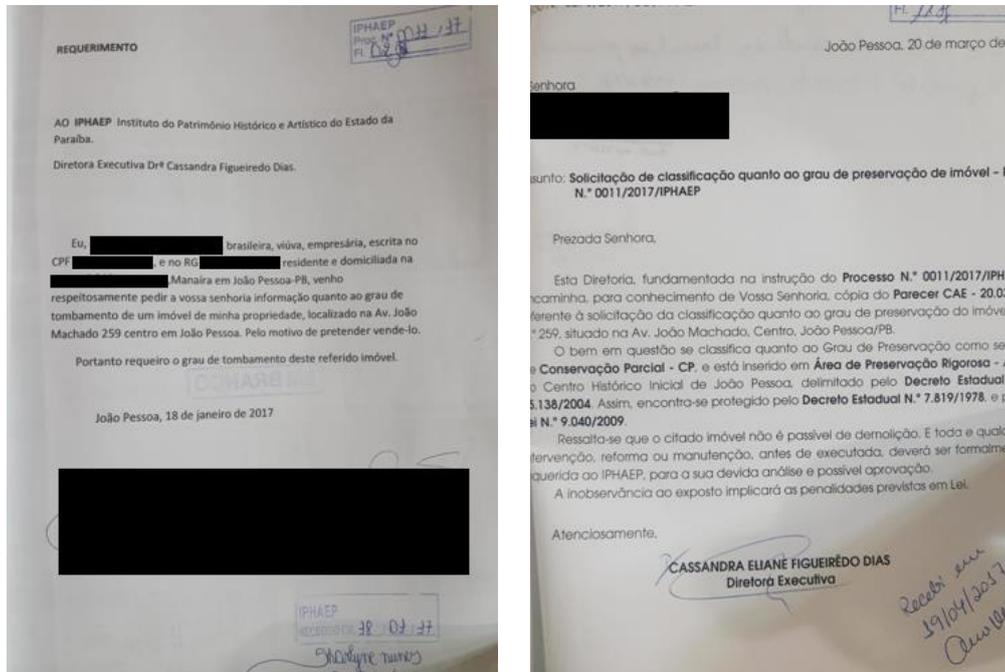
O IPHAEP retornou o documento com o despacho reiterando o grau de preservação, a partir do decreto publicado em 2004, reiterando que o edifício não era passível de ser demolido pois estava inserido no perímetro de preservação rigorosa da Av. João Machado.

Figura 24: Cópia dos documentos relativos à solicitação de informações sobre uma residência localizada na Av. João Machado - 2002.



Fonte: IPHAEP 2023.

Figura 25: Cópia dos documentos relativos à solicitação de informações sobre uma residência localizada na Av. João Machado - 2017.



Fonte: IPHAEP 2023.

O que podemos interpretar desse caso?

Por um lado, é visível a dificuldade da família herdeira, que já se mudou para o bairro de Manaíra a muito tempo, manter a antiga residência funcional ou mesmo dar nova destinação à mesma. Nos dois momentos, a solicitação de informação ao órgão se dá sob a intenção de se desfazer do imóvel, seja ele ainda edificado, ou mesmo demolindo-o, para poder negociar apenas o terreno, que em termos da especulação imobiliária, é o que mais vale atualmente (potencial construtivo), fazendo conexão com a teoria de *Terrain Vagues* apresentadas no capítulo anterior.

Da parte das instituições públicas de preservação, a falta de uma política de incentivo na proteção de imóveis de valor histórico passa pela desinformação por parte dos proprietários das oportunidades construtivas e isenções de taxas e impostos para que eles possam realizar manutenções (preventivas e corretivas) na edificação, além da necessidade premente de intensificar a educação patrimonial e partilhar boas experiências de preservação com a comunidade envolvida.

Outro processo de interesse para a nossa pesquisa, refere-se sobre a solicitação de demolição de uma edificação como forma de “valorização” de outro imóvel localizado no mesmo terreno. Aqui podemos apontar a complicada questão do que devemos preservar e o que

podemos descartar – dilema complexo que passa pela avaliação técnica do órgão de preservação, pois tudo gira em torno da questão: como o bem preservado é considerado como um “documento” não só de um passado específico, mas sim, um receptáculo de uma história que perpassa por vários períodos, qualquer tipo de alteração “artificial” pode apagar parte da narrativa preservada, portanto os critérios para se realizar tal permissão e posterior ação devem sempre levar em consideração não só o imóvel em si, mas o contexto urbano e o enredo histórico a ser preservado.

Figura 26: Série de documentos referentes à solicitação de demolição de parte da edificação na Av. João Machado.



Fonte: IPHAEP 2023.

Se observarmos com cuidado a foto da edificação a ser demolida (a área marcada em azul indica o local a ser demolido) poderemos verificar que ela apresentava ornamentos em Art Deco – estilo arquitetônico protomoderno que se popularizou aqui no Nordeste durante a primeira metade do século XX e, portanto, se adequava à paisagem da avenida.

O que podemos considerar, portanto, que a decisão de permitir a demolição partiu de dois fatores: o primeiro vinculado ao interesse pessoal do proprietário que pretendia ali instalar um espaço de eventos no prédio principal e esse anexo atrapalharia a construção de uma fachada mais chamativa (do ponto de vista da rua) para a atividade principal. A segunda questão passa

pela existência de uma grande quantidade de edificações com esse estilo arquitetônico (o Art-deco) nas redondezas, eliminando assim a prioridade de proteger tal construção.

Figura 29: Fotografia da edificação a ser demolida e projeto de intervenção.

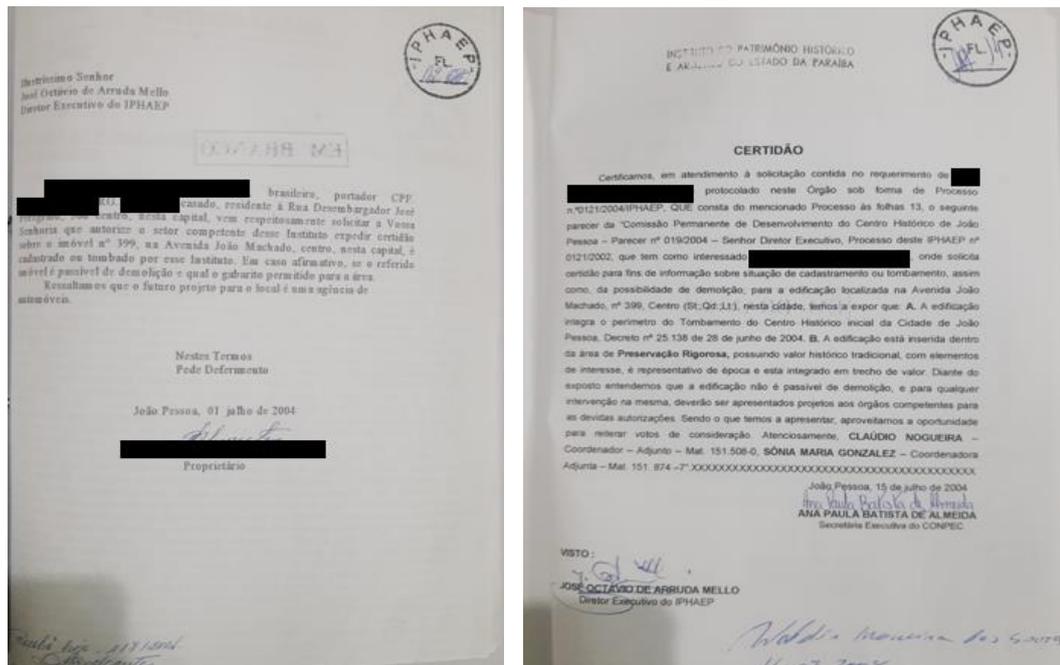


A imagem à esquerda apresenta o edifício anexo em funcionamento, nas primeiras décadas do século XX e a imagem à esquerda apresenta o estudo de recuperação do edifício principal (sem o anexo no lado direito do terreno)

Fonte: IPHAEP 2023.

Último caso a ser analisado refere-se às intervenções sofridas ao longo de 3 anos (2004 – 2007) no imóvel de número 399 na Avenida João Machado. Essas intervenções foram perpetradas pelo proprietário do imóvel, na busca de mantê-lo como fonte de renda, sendo que tudo se inicia com um documento em julho de 2004 que foi dada a entrada no IPHAEP solicitando informações sobre o nível de tombamento da construção e remetendo a permissão de demolição (no sintético texto ainda é possível perceber a intenção de se construir nova edificação no local, esta mais contemporânea, para uso como renda.

Figura 305: Solicitação de informações sobre o imóvel n.º 399 e a resposta do órgão de preservação



Fonte: IPHAEP 2023

A resposta do IPHAEP trouxe a seguinte informação: “**A.** A edificação integra o perímetro do Tombamento do Centro Histórico inicial da Cidade de João Pessoa, Decreto 25.138 de 28 de junho de 2004. **B.** A edificação está inserida dentro da área de **Preservação Rigorosa**, possuindo valor histórico tradicional, com elementos de interesse, é representativo de época e está integrado em trecho de valor patrimonial. Diante do exposto entendemos que a edificação não é passível de demolição, e para qualquer intervenção na mesma, deverão ser apresentados projetos aos órgãos competentes para as devidas autorizações” (grifo do texto original).

Como vimos, a análise técnica baseou-se na ampla documentação produzida pelo órgão, considerando o imóvel como bem a ser preservado, por conta de seus valores estéticos, históricos e de memória.

Porém ainda no mesmo mês, através de uma denúncia anônima, vemos que o proprietário já havia iniciado o processo de desmonte do telhado, enquanto aguardava a resposta do IPHAEP – infelizmente é prática recorrente a impaciência dos proprietários privados quando os mesmos solicitam informações aos órgãos de proteção, muitas vezes na esperança de mesmo com uma resposta negativa à demolição, se consiga colocar em prática por conta do tempo de demora da resposta oficial.

O IPHAEP visitou o local, fez fotos e constatou a tentativa de levar à ruína o imóvel em questão e, através de notificação ao proprietário, fez saber que ele teria prazo para emergencial para refazer o telhado e manter o local com as devidas manutenções.

Figura 26: Documentação referente as obras irregulares.

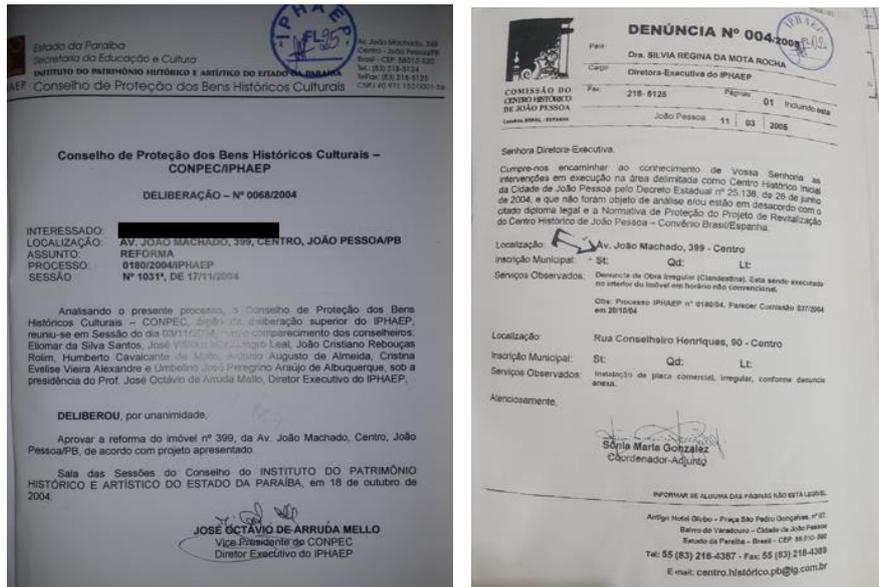


Denúncia e as fotos que acompanham o laudo do IPHAEP que acabaram por intimar o proprietário a tomar providências para a preservação do imóvel.

Fonte: IPHAEP 2023

Pudemos acompanhar essa história através de outro documento do IPHAEP, este de novembro do mesmo ano, que aponta que o proprietário apresentou um projeto de recuperação do imóvel e proposta de novo uso, sendo que o órgão aprovou e solicitou realização das obras para evitar a ruína da edificação, porém em autuação realizada pelo órgão, verificamos que as obras não andaram conforme o projeto aprovado e que as obras deveriam ser paralisadas e o que havia sido feito reavaliado para voltar àquilo que havia sido acordado entre ambos.

Figura 317: Documentação referente ao projeto e denúncia de obras irregulares

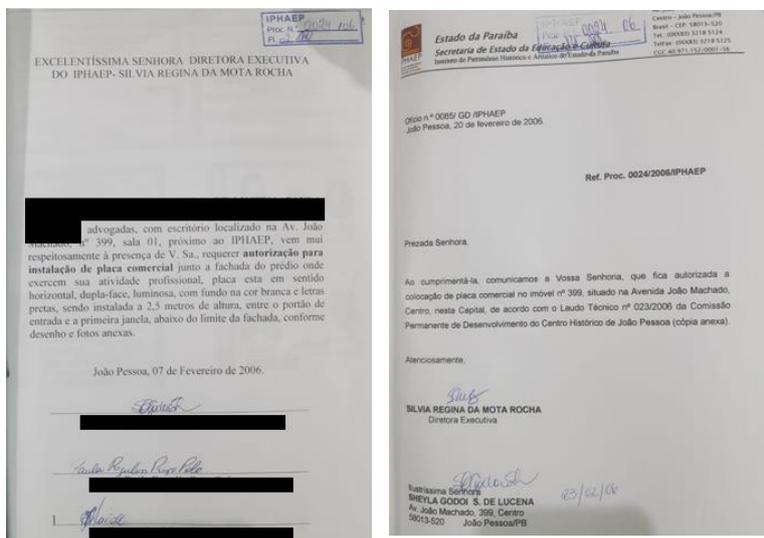


O documento à esquerda refere-se à aprovação do projeto de requalificação do imóvel, enquanto o da direita tem como teor, a denúncia das irregularidades da obra.

Fonte: IPHAEP 2023.

Seguindo com a análise dos documentos, podemos averiguar que a obra levou dois anos para ser executada e após o término dos trabalhos, o uso do local foi consolidado como comercial/serviços, pois em fevereiro de 2006 foi dada a entrada no órgão a solicitação de instalação de placas de propaganda de duas advogadas que locaram as salas comerciais dentro do imóvel.

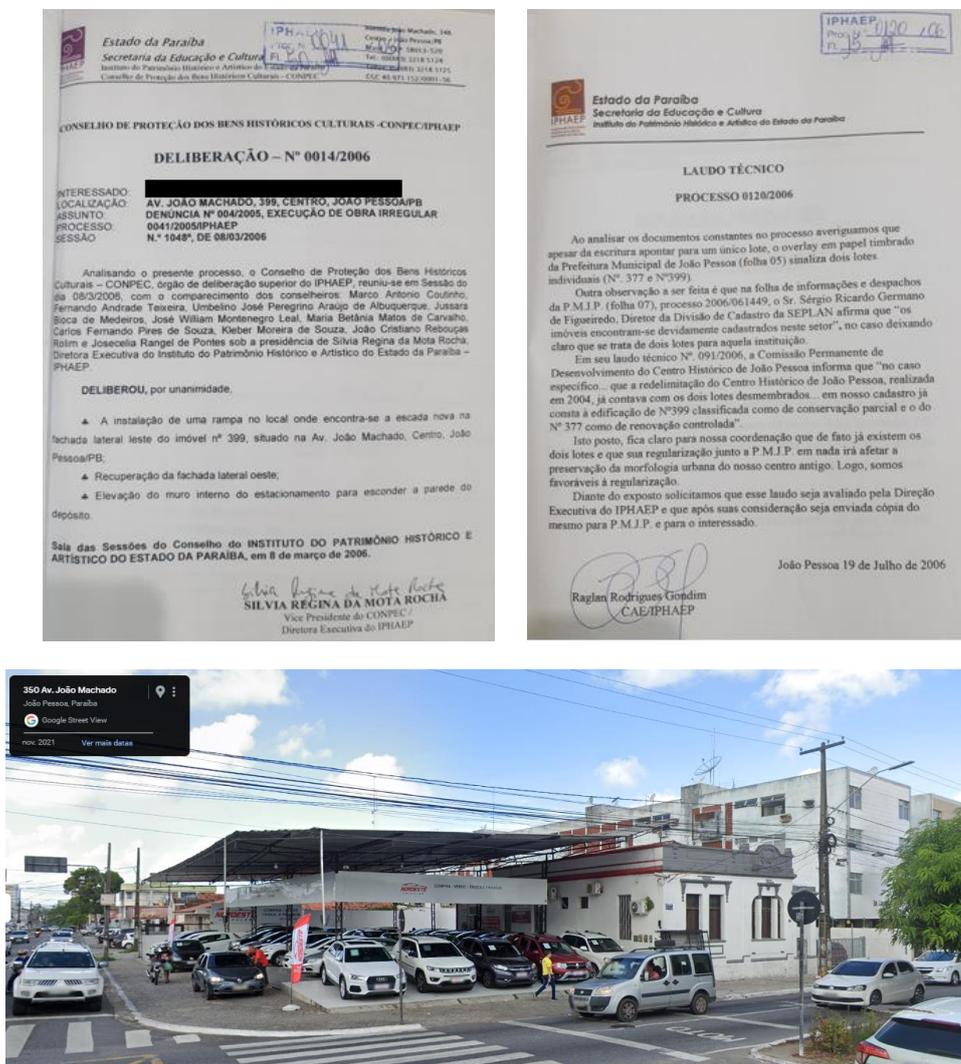
Figura 32: Documentos referentes à solicitação de instalação de placas de identificação na fachada frontal do prédio



Fonte: IPHAEP 2023

Em maio de 2006, novamente surgem denúncias sobre algumas obras irregulares no local, sendo acionado o IPHAEP para averiguação, o órgão, após visita, delibera indicando alguns ajustes no local, mas surge neste momento a solicitação do proprietário no desmembramento do lote em dois – na verdade, foi constatado em documentos da prefeitura que o local já configurava como dois terrenos distintos – n.º 377 e 399, sendo que o primeiro era passível de obras mais severas, pois constava como “renovação controlada” e o outro não.

Figura 29: Processo sobre as obras mais recentes no casarão de n.º 399, na Avenida João Machado.

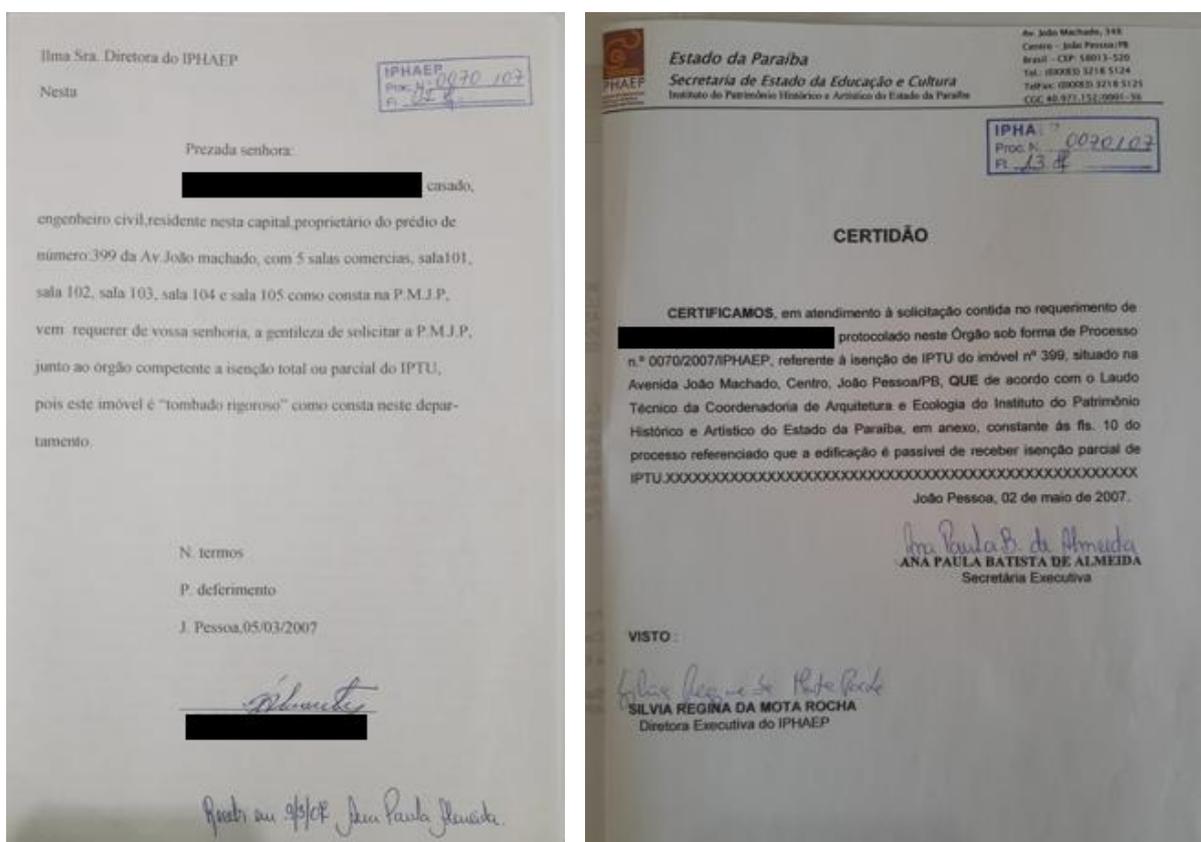


O documento à esquerda refere-se à denúncia de obras irregulares, mas já consta com as propostas solicitadas pelo IPHAEP e o outro texto aponta a existência de dois lotes no local. A foto abaixo é de 2021, onde podemos verificar que o imóvel locado no n.º 377 se apresenta como uma obra contemporânea e a outra edificação encontra-se tal qual as orientações do órgão solicitaram.

Fonte: IPHAEP 2023 e Google Maps (acessado em 16/01/2024).

Por fim, os últimos documentos que constam nos arquivos do IPHAEP tratam da solicitação de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pois como a edificação faz parte do centro histórico de João Pessoa, esta prática é adotada por alguns municípios como forma de incentivar a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico. A isenção é uma estratégia para estimular os proprietários de imóveis tombados ou situados em áreas de preservação histórica a conservarem e manterem as características originais dessas edificações.

Figura 30: Solicitação de isenção de IPTU.



O primeiro documento é de autoria do proprietário, solicitando a isenção total do IPTU e, no documento seguinte, o IPHEP apontando que sim, o proprietário poderia receber a isenção parcial do imposto.

Fonte: IPHAEP 2023

Neste trecho pudemos acompanhar três exemplos relativos ao trato da memória através da preservação de um bem físico dentro do universo burocrático dos órgãos de proteção patrimonial e que foi possível verificar as ações engendradas por vários atores sociais que incidem diretamente na memória e na identidade da Avenida João Machado. O que chama atenção é que mesmo sendo um conjunto de atividades que trazem luz para o conjunto edificado

da avenida, estas ações geram pouca repercussão junto ao grande público, pois toda a narrativa é construída dentro dos gabinetes das repartições públicas e nos escritórios ou espaços íntimos dos proprietários envolvidos, gerando assim uma diminuição (ações silenciosas) da importância da preservação da memória perante a população da região.

Em seguida teremos foco em outra dimensão de informação: as reportagens do jornal A União, sendo que, a partir desta plataforma, os assuntos pertinentes tem sim comprovada abrangência territorial e atingem diretamente a formação de opinião de um público mais plural e que efetivamente podem realizar transformações, boas ou más para a preservação da memória, no tecido urbano escolhido.

4.4 Dados da Hemeroteca

Para fins de delimitação teórica, hemeroteca é uma biblioteca especializada em documentos com tiragem constante como, por exemplo: diários, jornais, revistas e outras publicações periódicas, podendo se localizar tanto numa sede própria como (normalmente) fazer parte de outros acervos bibliográficos no interior de uma biblioteca tradicional. No nosso caso o jornal A União dispõe de acervo de seus exemplares, tanto no meio físico como também cópias digitalizadas que foram gentilmente disponibilizadas para nossa pesquisa.

Durante o primeiro semestre e os meses de agosto e setembro de 2023 iniciamos a pesquisa nos exemplares guardados nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, na hemeroteca do Jornal A União e cruzamos dados com os processos de tombamento das edificações relacionadas no processo de proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, como forma de identificar possíveis pontos de contato entre a visão de memória construída pelas reportagens e os monumentos arquitetônicos ainda preservados ou mesmo suas relações com aquilo que já se perdeu.

O IHGP trata-se de uma entidade cultural sem fins lucrativos (como citado em seu site: <https://www.ihgp.net/ihgp/inicial.php#sobre>), fundado em 1905 por um grupo de intelectuais e políticos paraibanos com o intuito de preservar, promover e divulgar a produção científica e histórica nas áreas de humanas aplicadas (história e geografia), além de conter um pequeno, mas importante, acervo de objetos do cotidiano que se tornaram históricos, brasões heráldicos das principais famílias paraibanas, utensílios militares (capacetes, armas e afins) referentes à revolução de 1930, pertencentes da família de Epitácio Pessoa, além das reportagens relacionadas ao assassinato de João Pessoa. A biblioteca que pertence ao instituto apresenta coleções de livros e documentos que contam a história da cidade de João Pessoa e do estado, além de ativa

pesquisa das árvores genealógicas das famílias paraibanas. Para a pesquisa, muito do resgate da história do cotidiano da cidade foi recuperada dos documentos que encontramos neste local.

4.4.1 Análise dos Dados Coletados

Para este trecho pedimos licença para transcrever parte do discurso proferido pelo promotor de justiça Julio César Strassera durante o julgamento ocorrido no ano de 1985 de 8 generais responsáveis por atrocidades cometidas durante o regime militar argentino (1976 a 1983):

Este julgamento e a sentença que proponho buscam estabelecer uma paz baseada não no esquecimento, mas na memória. Não na violência, mas na justiça. Esta é nossa oportunidade. Talvez seja a última. Senhores juízes, quero renunciar expressamente a toda pretensão de originalidade para este encerramento. Quero usar uma citação que não pertence a mim, porque já pertence a todo o povo argentino. Senhores juízes: “Nunca mais”. (Lvovich; Bisquert, 2008, p. 42).

Tal fragmento denota a importância da memória, evidenciando que o ato de retirar de evidência, o tal do esquecimento, é método contumaz para o relato da história, é através dele que as vozes são caladas e o registro dissonante é deixado de lado. Esse capítulo se pautará no desenvolvimento do conceito de “memória coletiva”, pois tal olhar que a Ciência da Informação se utiliza como instrumento para mapear e evidenciar um recorte do passado, trazendo à tona as relações sociais e sua construção identitária de um determinado lugar na cidade (ou no campo).

A definição de memória coletiva vem a partir dos textos do sociólogo francês Maurice Halbwachs que, a partir da influência de Émile Durkheim⁴⁷, desenvolveu parte de sua pesquisa sobre a memória, mas diferentemente de seus contemporâneos que tratavam sobre o tema, como

⁴⁷ Émile Durkheim (Epinal, 15/04/ 1858 – Paris, 15/11/1917), considerado como importante sociólogo de seu tempo, passou parte de sua vida na Alemanha e retornando à França, testemunhando as transformações urbanas e sociais da expansão das indústrias, gerando uma sociedade profundamente impactada por essas mudanças provocadas pela Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Esse período foi marcado por intensas greves, conflitos sociais e pela disseminação das ideias socialistas. Durkheim, influenciado pela perspectiva positivista de Auguste Comte, que enfatizava a necessidade de ordem social e racionalidade científica para o estudo da sociedade, desenvolveu sua própria teoria, destacando a importância da aplicação prática das teorias em vez de se concentrar apenas na discussão teórica.

Marcel Proust⁴⁸ (na literatura), William James⁴⁹ (na filosofia e psicologia) e Sigmund Freud⁵⁰ (psiquiatria), ele acreditava que as memórias de um indivíduo não é apenas seu, mas devem ser consideradas como obra parcial, formada direta ou indiretamente, sob a influência do testemunho de outras pessoas e pelas concepções compartilhadas por grupos de referência (Savian-Filho, 2016).

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs (1990) enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade, defende de maneira intransigente a natureza social da memória, tanto em seus processos de formação quanto em seu conteúdo, argumentando que "para evocar seu próprio passado, um indivíduo muitas vezes precisa recorrer a pontos de referência que existem fora dele e que são estabelecidos pela sociedade" (Halbwachs, 1990, p. 54).

Seus escritos foram diametralmente contra o que se vinha produzindo sobre o tema – a memória seguindo um caráter solitário, ligado quase que exclusivamente ao subconsciente humano, a partir de 1925 em seu texto intitulado “Les Cadres Sociaux de la Memorie, se estrutura a concepção de que “nós nunca nos lembramos sozinhos, como também o fato de que a memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava a ela ligado” (Casadei, 2010, p. 155).

Para embasar sua teoria, Halbwachs cita a dificuldade que temos em recordar fatos de nossa infância, principalmente aquelas dos primeiros anos de vida, pois ainda não nos tornamos “pessoas sociais”, isto é, nos falta a conexão do fato com acontecimentos que envolvam mais pessoas em grupos maiores – os códigos sociais ainda não foram criados e

⁴⁸ Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust (Paris, 10/07/1871 – Paris, 18/11/1922) foi um escritor proeminente do movimento modernista francês, obteve sua licenciatura em Letras na Sorbonne. Como veio de uma família abastada, Marcel Proust não exerceu nenhuma outra profissão além da escrita. Desde a infância, enfrentou graves crises de asma devido a sua saúde frágil. Suas obras são caracterizadas por uma profunda análise psicológica e social, além de críticas à aristocracia e à elite burguesa de sua época, sendo o seu romance mais renomado o livro "Em busca do tempo perdido", publicado entre os anos de 1913-1927.

⁴⁹ William James (Nova Iorque, 11/01/1842 – Tamworth, 26/08/1910), foi um filósofo e psicólogo estadunidense, teve a distinção de ser o primeiro intelectual a ministrar um curso de psicologia em sua terra natal e foi reconhecido como um dos pensadores proeminentes do final do século XIX, sendo considerado por muitos como um dos filósofos mais influentes na história dos Estados Unidos, sendo até mesmo apelidado por alguns de "pai da psicologia americana".

⁵⁰ Sigmund Freud (Freiburg, 06/05/1856 - Londres, 23/10/1939) é reconhecido como o "pai da psicanálise" devido à sua extensa contribuição para o campo clínico voltado para a compreensão da psique humana. Ele formulou teorias fundamentais que continuam a ser de grande relevância e são amplamente discutidas por psicanalistas até os dias de hoje. No entanto, as influências de Freud não se limitam ao domínio da psicanálise (a obra de Freud teve repercussões em áreas tão diversas como a filosofia e a literatura) desempenhando um papel direto na evolução da psicoterapia, sendo até hoje responsável pelo desenvolvimento dos métodos terapêuticos empregados por psiquiatras e continuam a ser relevantes na prática clínica.

assimilados, portanto, esta dissociação social nos impede de criar pontos de memória em nosso cérebro. Ainda neste assunto, o sociólogo aponta que quando adultos, julgamos recordar de fatos de nossa infância ocorridos isoladamente – o sujeito da ação estaria sozinho – essas lembranças seriam “falsas”, pois é necessário a interação com a família e/ou outras pessoas para que haja a fixação da memória.

Ricoeur (2007), a partir da teoria de Halbwachs que:

[...] a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma (Ricoeur, 2007, p. 130).

Desse trecho podemos considerar que mesmo a memória individual é formada a partir de elos absorvidos de experiências coletivas, aonde grupos sociais contribuem para o mosaico de memórias que, somadas ao fato isolado do indivíduo, criam o enredo para a relação da pessoa com o marco arquitetônico ou, numa escala maior, o espaço urbano de uma determinada região.

Outro traço importante da teoria de Halbwachs que nos ampara neste trabalho é o conceito de esquecimento a partir do afastamento (desapego) do grupo – ora se o centro de João Pessoa (incluindo a avenida João Machado) vem sendo esvaziada de seus habitantes, este afastamento gera nestas pessoas um processo de perda das memórias produzidas pelos anos de convivência em comunidade. Segundo Halbwachs:

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (Halbwachs, 1990, p. 36).

O mesmo acontece com a memória dita “coletiva”, isto é, aquela memória construída por um grupo de indivíduos que dividem entre si características em comum e que se conectam com um forte senso de identidade – esse entrelaçamento pode ser detectado em várias escalas, desde uma comunidade formada por vizinhos de uma rua até a formação de uma nação.

Mas o que é comunidade? E como ela pode se enquadrar neste trabalho?

Segundo Bauman (2003), a comunidade é uma palavra que carrega em si não apenas significado, como também “sensações”, ela se conecta à sentimentos que experimentamos

quando fazemos parte de um grupo social que nos acolhe e direciona as nossas ações. A necessidade de nos relacionarmos com outras pessoas, principalmente aquelas que são semelhantes construiu ao longo da história comunidades fortes que vieram a definir povos e nações, utilizando como “argamassa” afinidades religiosas, econômicas, militares, sendo até o momento a base de nossa sociedade, através dessa história, a comunidade também pode ser considerada como o conflito entre o coletivo e o individual.

Mesmo atualmente, com as diversas mudanças sociais perpetradas pelos meios de comunicação e tecnologia digital no mundo contemporâneo, ainda se pode considerar a comunidade como um elemento funcional da memória e identidade. A globalização e o avanço das comunicações permitiram a “diminuição” das distâncias e o aumento da velocidade da veiculação da informação entre os povos, intensificou na comunidade aquilo que se revela paradoxal – ao mesmo tempo integra e gera autonomia, diferencia grupos ou lhe conferem identidade.

Nessa etapa da pesquisa, a escala da comunidade requerida refere-se ao contexto da Avenida João Machado e arredores, portanto mais uma vez Halbwachs (1990) pode ser utilizado como referência teórica, já que é possível considerar o termo “comunidade afetiva” como célula aglutinadora das memórias que iremos abordar a partir das reportagens escolhidas. É consenso entre os estudiosos da Ciência da Informação e das ciências sociais aplicadas no geral que a obra Memórias Coletivas é eficaz em estudos conduzidos para pequenas comunidades, como também em grupos unidos por uma identidade comum ou por experiências históricas únicas, como a comunidade judaica e o Holocausto.

Por outro lado, questiona-se sua eficácia quando tratamos de memórias oriundas de situações mais complexas e de maiores dimensões, essas afeitas à sociedade de massa (globalizada), pois sua teorização é vinculada às relações humanas que são intermediadas numa escala menor, quase face a face.

Acreditamos, pois, que para nosso trabalho, a possibilidade de estudar o esquecimento da memória da Avenida João Machado torna-se viável a partir da lente de Halbwachs (1990) pois mesmo em sua escala mais reduzida é fundamental reconhecer que as pessoas produzem e se relacionam entre si em micros espaços do cotidiano e que tal produto tem valor científico. É a partir dos relatos do jornal A União que poderemos nos aproximar desse microcosmo de memórias e identidade.

Tal afirmação nos ampara quando avaliamos os arquivos do Jornal A União, pois consideramos tal ferramenta como chave para detectarmos como a sociedade pessoense se relacionou com a região central da cidade, principalmente nos anos de consolidação do

movimento de ocupação urbana das praias do Cabo Branco, Tambaú e Manaíra ocorridos no final do século XX e início do seguinte⁵¹.

Ao longo de nossa pesquisa, foi possível apontar que o jornalismo e sua relação com a memória coletiva ainda são pouco explorados pela academia, sendo que ainda hoje o faz de maneira hesitante. Zelizer (2014) e Olick (2014)⁵² já relatavam tal dificuldade em seus escritos na década de 2010, pois a análise da relação entre ambos esbarra na forma de abordagem, principalmente considerando as notícias (sejam de jornais, telejornais e mais recentemente dos sites de notícias) como exemplos de um texto mais amplo, sem o devido aprofundamento, que apenas relata um fato, afastando a possibilidade de entender as entranhas do meio de comunicação, como essa notícia foi construída, em quais termos e interesses que moldaram o texto final.

Olick (2014) aponta que jornalismo e memória ao mesmo tempo que concentram esforços na construção de uma narrativa temporal, se ignoram, tanto implícita como explicitamente e que cabe à academia quebrar esse ciclo histórico e considerar a contribuição do jornalismo para com a construção da história.

Da mesma forma, não apenas devemos especificar 'como [o jornalismo]... lembra e por que lembra e por que lembra da maneira como o faz.' Precisamos também explicar a atenção e a falta de atenção acadêmicas através da ligação. E as maneiras pelas quais os estudiosos sobre memória e estudiosos sobre jornalismo interagem ou ignoram umas às outras e seus objetos (memória e jornalismo) são consequência de fatores históricos e institucionais que podem ou não ter a ver com a relação primária entre memória e jornalismo como práticas (Olick, 2014, p. 18).

Pretendemos com esse trabalho reduzir esse hiato, principalmente quando elevamos os dados coletados como fonte principal de pesquisa para construir o contexto da memória coletiva (e porque não, afetiva) da avenida João Machado. Na pesquisa realizada nos exemplares de 1980 a 2020 do jornal A União, num total de 10.500 arquivos digitalizados, a partir dos artigos jornalísticos escolhidos, foi possível averiguar que a região escolhida quase não recebeu notas em suas notícias, principalmente no que se trata sobre a evolução urbana, sendo que a primeira vez em que se menciona o local foi numa reportagem com o título de: “Opala mata ancião na Avenida João Machado” (A UNIÃO, 1980, p. 6).

⁵¹ Vale ressaltar que ultimamente a cidade de João Pessoa se expandiu consideravelmente para a região norte, buscando os limites com a cidade de Cabedelo, causando o efeito chamado de “conurbação urbana”

⁵² No texto *Memory as Foreground, Journalism as Background* ("Memória como Primeiro Plano, Jornalismo como Pano de Fundo"), Barbie Zelizer, deixa claro esse descompasso, expondo como o jornalismo se vê marginalizado dentro da academia, sendo muitas vezes considerado texto menor como referência para se discutir um determinado assunto.

A reportagem relata o acidente ocorrido na avenida João Machado por imprudência do motorista que vinha em alta velocidade e acabou por atropelar um senhor de idade que atravessava a avenida. O texto é bastante econômico em relação à sua lauda, tratando com objetividade políciesca o acontecimento. Nada se falou sobre as condições do trânsito no local, as alterações substanciais que o centro histórico vinha passando e como isso afetava a vida daqueles que moravam e/ou trabalhavam nas redondezas.

Figura 31: Reprodução da reportagem.



Fonte: Sem autor. Opala mata ancião na avenida João Machado.

Jornal A União. 19/06/1980, p. 6.

Mas acreditamos que a apresentação das reportagens do jornal deve se iniciar a partir da apresentação do plano de Governo do então governador do estado: Tarcísio Burity⁵³ que na publicação do dia 08/01/1980 utilizou o espaço no jornal para divulgar as suas intenções como governador “biônico” (como eram chamados os políticos empossados de forma indireta pelo governo militar). Apontaremos apenas as atividades que contribuíram ou afetaram de forma direta a preservação do Centro Histórico de João Pessoa, englobando a Avenida João Machado.

⁵³ Nascido em 1938 e falecido em 2003, foi governador da Paraíba por dois mandatos, sendo o primeiro por meio de eleição indireta pelo partido ARENA a partir de 1979 e renunciou ao cargo em 1982 para concorrer como deputado federal. Em 1987, iniciou seu segundo mandato como governador pelo partido PMDB, permanecendo no cargo até 1991, durante seus mandatos, destacou-se por realizar significativas obras e promover o incentivo à cultura como o Espaço Cultural José Lins do Rego e direcionou investimentos à Orquestra Sinfônica da Paraíba, além disso, marcou sua gestão com a inauguração da reforma do Mercado de Artesanato da Paraíba e do Centro Turístico na via litorânea em Intermars, no município de Cabedelo.

O documento se inicia fazendo um breve relato do atraso econômico e social do estado, apontando a influência de Pernambuco, a falta de verba e o investimento precário na indústria como elementos chave para o quadro de abandono da região no começo da década de 1980.

Nas suas palavras:

A agricultura continua sendo o setor mais importante da economia estadual e de seu fortalecimento, depende, a realização de um desenvolvimento integrado e consistente. A industrialização será entendida como apoio básico ao desenvolvimento estadual visto de maneira integrada. Deve realizar-se em função do aproveitamento dos recursos naturais, das matérias primas, da articulação com o sistema econômico nacional e da elevação do nível de emprego do estado (Plano de Governo do Estado, 1980, p. 10).

Como podemos observar, passa-se ao largo alguma discussão sobre planejamento urbano nas cidades, quiçá em João Pessoa e, apesar de que no futuro veremos investimentos na cultura e no turismo da região, a preocupação inicial está nos setores da agricultura e indústria, como forma de melhorias na Paraíba. Mais adiante, quando chegarmos na “Política de desenvolvimento urbano”, as ações propostas ainda ficam sob a esfera da dicotomia da zona rural e o meio urbano, principalmente no que tange o êxodo humano do campo em direção da cidade, isso numa região de pouco investimento industrial (lembrando que estamos falando da década de 1980, portanto ainda vivendo o encerramento de um sistema industrial calcado no taylorismo tardio⁵⁴) e que iria vivenciar o crescimento desordenado da periferia, incentivando a segregação espacial e exigindo obras de revitalização dos centros que aumentariam ainda mais a exclusão socio econômica da população tradicional.

Podemos destacar os seguintes itens:

- a) Na conveniência de fortalecer os centros urbanos de expressão regional já consolidada;
- b) Na urgência de medidas de incidência social ampla em anéis periféricos das comunidades urbanas, a fim de promover a ascensão das classes menos favorecidas;
- c) Na implantação de obras e serviços básicos cuja infraestrutura ainda inexistente em várias cidades do Estado;
- d) Na orientação aos governos municipais para melhor ocupação do espaço urbano.

Mais pistas de como o governo investiu no espaço urbano a partir da década de 1980 podem ser conferidas em outro trecho do documento, onde a equipe de Burity apresenta o que

⁵⁴ O Taylorismo é uma abordagem de organização do trabalho que visou aumentar a eficiência da produção industrial. Foi Frederick Taylor que propôs a divisão do trabalho em tarefas menores, a padronização de métodos, a supervisão científica, o uso de incentivos financeiros e o treinamento dos trabalhadores. No Brasil o taylorismo ocorreu tardiamente e se notabilizou pela construção de vilas operárias e outros edifícios de apoio financiados pela indústria como forma de otimizar o trabalho dos operários.

foi considerado como “marketing do desenvolvimento”, que trata da visão neoliberal da cooperação público-privada que estava em moda na época – redução da ação do Estado, abrindo caminho para o investimento do mercado:

A veiculação ao empresário do complexo de estímulos que lhe poderá ser atribuído para realizar o seu projeto constitui uma autentica operação de “marketing” institucional, na qual o Governo se articula com a empresa na condição de verdadeiro agente promotor de negócios (Plano de Governo do Estado, 1980, p. 29).

É visível a intenção de diminuir a proeminência das ações do Estado, tornando-o um facilitador de negócios, transformando o guichê público em balcão comercial. Isso será visível ao longo das reportagens, principalmente naquelas que darão ênfase nos eventos turísticos e investimento em urbanismo “de espetáculo”, como a contratação do paisagista Burle Marx para o embelezamento de várias praças e parques, a construção e inauguração de complexos culturais, mercados do artesanato e reformas urbanas que priorizam o transporte na região litorânea.

Mais à frente no documento, temos a inserção das propostas para o setor terciário e aí vemos que surge pela primeira vez um olhar para o turismo:

O turismo é visto como fator de desenvolvimento econômico, de promoção cultural e de integração social. No processo de desenvolvimento, atua sobre os demais setores da economia, impulsionando o crescimento da demanda de bens e serviços para favorecer-se, em contrapartida, da reciclagem dos efeitos da expansão industrial e dos serviços correlatos. Gera empregos com alto retorno quanto ao capital investido e ao tempo de maturação dos negócios e torna-se poderoso veículo de redistribuição da renda entre setores e regiões (Plano de Governo do Estado, 1980, p. 33).

Como podemos observar, o plano considera importante a inserção de políticas públicas para o turismo, como forma de incentivar a criação de empregos e aquecimento de ofertas de oportunidades para as atividades afins, como as vendas de souvenirs, artesanatos, empresas de receptivo e guias turísticos. Aqui ainda não é perceptível o lado negativo da exploração do turismo, pois o texto não expõe os mecanismos necessários para controlar a musealização excessiva dos espaços urbanos e o afastamento da população tradicional que, em via de regra, é subempregada neste setor e vê o valor do custo de vida aumentar, sendo expulsas do entorno do bem preservado. Mas o plano segue explanando sobre o turismo e aponta importante reflexão sobre a memória coletiva:

Culturalmente, tem eficácia inigualável na estratificação da memória e da identidade social, ao contribuir para a valorização dos monumentos históricos, a celebração de eventos, o prestígio das tradições e da arte popular e o

intercâmbio de ideias e sentimentos. A integração social, dentro de um sentido de autonomia e unidade das manifestações culturais é corolário de todos esses resultados (Plano de Governo do Estado, 1980, p. 33).

Importante perceber que a escolha da palavra “estratificação” não é fortuita, ela representa o pensamento de exclusão da pluralidade e a valorização de uma única narrativa, feita a partir dos elementos consagrados pelo poder, esvaziando a capacidade do espaço urbano tornar-se o que chamamos no capítulo anterior de “memória do lugar” – deixa de permitir a constante reinterpretação dos elementos-chave a serem preservados e lembrados. Como vimos anteriormente, isso ocorre porque o conceito de memória, ao contrário do entendimento comum na população, não é inerentemente "natural" nem representa a verdade incontestável de eventos passados, em vez disso, refere-se à seleção entre diferentes linhas narrativas para determinar o que se deseja preservar como elementos fundamentais e descartando outras ocorrências, contribuindo para fortalecer a identidade da população tradicional estabelecida naquela localidade.

O texto aborda ainda que naquele momento a imagem de destino turístico para a Paraíba ainda não estava consolidada, sofria concorrência muito forte das praias e dos centros históricos de Pernambuco e Rio Grande do Norte, a análise apontou que poderia ser estimulado o passeio de curta duração – transmitir a ideia de que com poucas horas de transporte viário, o turista poderia conhecer diversos pontos turísticos partindo de grandes polos urbanos (João Pessoa e Campina Grande, por exemplo). Segundo a equipe do Plano de Governo, uma política pública para o turismo deveria realizar a integração do estado através da promoção dos valores naturais e culturais, além do projeto de integração de vários pontos turísticos para potencializar a experiência e o incentivo da produção do artesanato e souvenirs para alavancar a microindústria e o trabalho do artesão.

O texto finaliza o tema apontando que um dos principais gargalos para a expansão do turismo na Paraíba advém da falta de infraestrutura de apoio, principalmente a rede hoteleira que ainda era insipiente no momento. No caso de João Pessoa, os hotéis localizados no centro estavam em decadência (como o Hotel Globo e o Paraíba Palace Hotel) e o investimento em hotelaria estava se dirigindo às principais vias da orla de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, juntando-se a outros equipamentos de grande porte na região.

O melhor exemplo disso foi a construção do Hotel Tambaú, ainda na década de 1970 e que marcou significativamente o espaço urbano, tornando-se ponto de início para a rede hoteleira em nossa costa e, principalmente, o ideário arquitetônico da cidade:

Entre as transformações pelas quais passava a capital paraibana nesse período, o Hotel Tambaú era festejado como um símbolo de modernidade e progresso que lhe permitiria ingressar em um novo Brasil, o país que havia construído Brasília. O edifício do Hotel Tambaú se afirmou como uma das mais representativas obras modernas do país, que, apesar de dificuldades técnicas enfrentadas na sua execução, alcançou uma “imagem de progresso” e foi considerado “a frente de seu tempo”. Entretanto, além da admiração, foi também objeto de polêmica, tanto na época de sua construção, quanto em momentos posteriores. (Rocha, Tinen e Cotrim 2017).

A comissão apontou que o estímulo ao setor hoteleiro e aos serviços correlatos seguiu a hierarquia de prioridades delineada por uma estratégia previamente estabelecida, contudo, essa abordagem também se voltou para metas mais abrangentes, pois esperavam aprimorar a oferta de serviços hoteleiros nas cidades do interior (Campina Grande e outros municípios do Brejo paraibano), de modo a torná-los condizentes com o estágio de desenvolvimento dessas localidades.

Ademais, o Programa de Governo não apontou mais nenhum item que se coaduna com a nossa pesquisa, sendo, portanto, visível que não foi considerada uma política pública que contribuísse para a preservação do espaço urbano do centro, incluso a Avenida João Machado, como lugar de memória, ou mesmo um local de assentamento humano de qualidade e respeitoso com a história da região.

Figura 32: Algumas capas que sinalizavam as estratégias do Plano de Ação do Governo de Tarcísio Burity em 1980.



Fonte: Sem autor. Plano de Ação do Governo de Estado. Jornal A União. 08/01/1980, p. 13.

Seguindo com as reportagens, agora abordaremos aquelas que se destacaram como porta voz das iniciativas de transformações urbanas – como comentado anteriormente, neste

momento é que o “que não se fala” é mais esclarecedor do que as matérias em si, quer dizer que não publicar reportagens sobre as potencialidades habitacionais, comerciais e afins do centro histórico, desviando o foco para os bairros do eixo da Avenida Epitácio demonstra um interesse tanto do poder público como da iniciativa privada no esvaziamento do sítio histórico, tornando-o apenas uma região religiosa/administrativa ou de comércio tradicional e elevando outros setores da cidade como locais de emancipação e modernidade.

Inicialmente vamos enumerar algumas reportagens que trataram o centro histórico apenas sob seu espectro de atividades religiosas:

Figura 33: Reportagens sobre festa religiosa tradicional em Jaguaribe.



Fonte: 1- Sem autor. Judas será Queimado em Jaguaribe. Jornal A União. 03/04/1980, p. 8.; 2- Sem autor. Malhação do Judas: Padre protesta contra a Festa. Jornal A União 03/04/1994, p. 7.; 3- Marcio, A. Malhação do Judas: Alguns bairros da capital realizam essa tradição popular que simboliza a traição contra Jesus Cristo. Jornal A União 09/04/2004, p. 9; 4- Pereira, C. O Judas de Jaguaribe. Jornal A União 08/04/2012, p. 2.

Nestas imagens podemos perceber como as festas tradicionais foram tratadas pelo jornal ao longo dos anos de 1980 a 2020 – escolhemos uma representativa de cada década para demonstrar o deslocamento de perspectivas sobre a “malhação do Judas”, festejo tradicional no bairro do Jaguaribe. A primeira reportagem é bastante interessante, pois relata, num texto

sucinto, todo os detalhes da malhação do personagem: sendo ele feito de pipoca e bombons, representando alguém não querido pela comunidade e sendo imolado pelos moradores da “Vila dos Motoristas”, localizada na praça João Monteiro da Franca.

Aqui vale destacar que essa tal vila é citada apenas nesta reportagem, nas outras que se seguiram, é a praça que recebe a alcunha de “praça dos Motoristas”, mas o local segue sendo o mesmo – região de miolo de bairro, com casas bucólicas de classe média baixa/operária e que atualmente vem sofrendo a mudança de uso, surgindo várias clínicas e laboratórios que se instalaram nas antigas moradias por conta da proximidade com o Hospital Napoleão Laureano – referência para oncologia do estado.

Na segunda reportagem o tom é de tensão: o frei Armando, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário se incomodou com as atividades festivas que envolviam a venda de bebida alcoólica nos horários das missas celebradas na Páscoa, porém o organizador da malhação defendeu o evento que ocorre à mais de 40 anos (ênfase dado pela reportagem em relação ao tempo da tradição), dizendo que a festa ocorreu às 16:00hs, quando já havia acabado a procissão e a missa do dia.

O que nos chama atenção é a reportagem derivada deste relato – “Evento atrai turistas” (A União, 1994, p. 7), pois o texto busca construir uma conexão entre o festejo tradicional com um público que não é da região, sendo escolhido o entrevistado alguém de fora – no caso Aracaju – Sergipe que relatou sua impressão da festa: “... é uma das melhores festas do Brasil, no gênero. Ele afirma que a festa é única no país e vim com toda a família para assistir o evento”. Após esse relato, retorna-se para a disputa com a igreja, apontando que ela estará fechada nos horários da malhação de Judas e ostentará bandeiras pretas em protesto.

Passados dez anos (A União 09/04/2004, p. 9), o jornal retoma o tema, agora de forma mais “universal”, quer dizer, aborda a festa da malhação de Judas não só no Jaguaribe (na verdade, cita o local somente no finalzinho do texto), mas em outros bairros da cidade, dando ênfase no bairro da Torre, mais próxima as cercanias de outras áreas residenciais nas imediações da Avenida Epitácio Pessoa, direção das praias.

O último texto escolhido traz uma inflexão do tema, o jornal optou em deixar de lado o tom jornalístico e buscou captar a impressão de uma pessoa, através de um editorial, este feito pelo jornalista Carlos Pereira, antigo morador do bairro. Ele relata todo o preparativo da festa, em seu tempo de criança, os doces e comidas típicas, todo o processo de confecção do boneco, o suspense criado pelos organizadores para escolher quem seria o “judas” a ser malhado naquele ano, sempre com um tom nostálgico que remonta as festas populares, resgatando a memória coletiva da sociedade.

A partir desta amostragem, podemos relatar todas as transformações das festas populares realizadas no centro histórico, nas imediações da Avenida João Machado. Podemos até se questionar do porquê que essa festa nunca ocorreu numa das principais vias da região e sim no meio do bairro, já numa região menos abastada ou de fácil acesso, para tanto é importante salientar que as festas populares são fundadas de forma espontânea pela população, seus pontos de encontro têm mais a ver com a interação da massa do que da visibilidade do turismo.

Estamos acostumados a consumir as festas tradicionais como megaeventos, pois todas as que conhecemos já foram absorvidas pela indústria do turismo e mídias (agora digitais), é errôneo entender, portanto, que a dinâmica é construída de “dentro para fora”, com o intuito de ser midiático, mas sim, primeiramente, elas surgem da reposta popular para um determinado evento sensível ao grupo social, seja ele religioso ou profano.

Outro exemplo sobre o tratamento do jornal para com as festas populares é a cobertura do carnaval na cidade de João Pessoa. É de consenso que o carnaval paraibano não chega a trazer um grande público para a região – temos no raio de influência o carnaval de Pernambuco, com os tradicionais blocos em Olinda, Recife Velho e no interior, os Papa-angus de Bezerros e outros eventos carnavalescos em cidades pernambucanas ao redor e, portanto, João Pessoa abarca uma festividade mais comedida e de alcance local, como o bloco do Cafuçu, tradição desde 1988 nas sextas-feiras de carnaval no centro da cidade.

Nas reportagens que remontam a década de 1980, podemos observar a cobertura das festas nos bairros mais tradicionais, como no Jaguaribe – segue na imagem abaixo:

Figura 34: Reportagem sobre os blocos pré-carnaval em Jaguaribe.



Fonte: Sem autor. Sambistas fazem pré-carnavalesca em Jaguaribe.

Jornal A União. 16/02/1980, p. 4.

Esta reportagem aponta os preparativos de vários blocos carnavalescos tradicionais do bairro do Jaguaribe, seus dias e horários, porém não há dados determinantes sobre o trajeto da festa, imaginamos ser possível que tenham passado pela avenida João Machado, já que o texto descreve que os cortejos passarão pelas principais ruas da região. Na mesma página outras reportagens dão conta do comércio do centro na época, com a venda de fantasias e apetrechos de carnaval, além de noticiar o percurso das principais escolas de samba, na rua Duque de Caxias.

Esse grupo de reportagens temáticas sobre o carnaval se repete a cada ano e o interessante é perceber a mudança de foco em relação aos locais de realização da festa, por muito tempo os blocos saíam em cortejo pelas ruas do centro da cidade, principalmente utilizando o calçadão da Duque de Caxias, mas mesmo assim é notadamente visível a quantidade de reclamações que se somatizam nos textos, principalmente dos comerciantes, já que a interdição das ruas próximas e a sujeira acumulada incidem negativamente nas lojas. A tendência que encontramos foi a de “pulverizar” as atividades carnavalescas ao longo do

território, gerando diferentes espaços de aglomerações em dias e horários distintos (dentro dos finais de semana que antecedem os 5 dias de folia). No Centro histórico ficaram os blocos tradicionais e de “nicho”, como as “Raparigas de Chico” que ocupa a praça “Conto de 100 réis” (praça Vital Negreiros) no sábado de folia à tarde e o próprio Cafuçu na sexta-feira à noite, ocupando a praça Dom Adauto, no Centro Histórico.

Sobre o Cafuçu é interessante apontar que inicialmente ele foi criado como um bloco que saía na região do Tambaú/Cabo Branco, mas logo nas primeiras edições, a prefeitura optou em transladá-lo para o centro da cidade, aonde fica até hoje. As poucas escolas de samba fazem o desfile na Avenida Beira Rio, na altura do Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba (mais próxima à Lagoa), porém o grande público brinca o carnaval no final da Avenida Epitácio Pessoa, nas prévias com os blocos da Muriçoca, Virgens do Tambaú entre outros, além de shows programados na orla.

Figura 35: Reportagem em 2020 da programação de blocos, nos mais variados bairros de João Pessoa..

Paraíba: todos os cantos
Teresa Duarte
terezaduarte2@gmail.com

CAFUÇU

A Fousada Mar E Beza realiza hoje o "1 Eskenta Cafuçu", com concentração a partir das 17h em sua sede, que fica na Avenida Argemiro de Figueiredo, no Jardim Oceania. O objetivo é reunir turistas para sair a bordo da jardineira Flor da Trilha pelas principais avenidas da cidade em direção ao Ponto dos Cem Réis para a Festa do Bloco Cafuçu, que terá concentração na Praça Dom Adauto (Praça do Bispo), Rio Branco e Ponto de Cem Réis, 20h. Este ano o bloco terá como atrações Cafuçu (DF), Frevo Mania, Tambaú, Gambiarra, Fieadinho, Tropicalientes, Santarritense, Frevo Mania, Caranguejo Elétrico, Capital do Frevo, Frevo-landia, DJ Naza, DJ Claudia Ayres e DJ Brazinha



As Raparigas de Chico

O bloco As Raparigas de Chico, que homenageia o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, reúne o público amante da Música Popular Brasileira neste sábado de Carnaval, com concentração no Ponto de Cem Réis, no Centro da cidade. O evento acontece desde 2012, com aproximadamente oito horas de folia ao som de frevos, sambas, marchinhas e outras canções que popularizaram Chico Buarque. A programação começa a partir das 15h30, tendo como atrações Yuri Carvalho e Banda, Orquestra Sanhauá, Grupo Voz Ativa, Banda Mafiota, Samba com Nynho evolução.



Turista

■ ■ ■ O Bloco do Turista, em sua segunda edição, se concentra no Busto de Tamarandá, neste sábado de Carnaval, a partir das 16h. Acompanhado da Orquestra Pipoco do Frevo, o Bloco do Turista segue pela Avenida Almirante Tamandaré até a calçada da PBTur. Os foliões e idealizadores do Bloco do Turista, Antonino Pinguim e Messina Palmeira, já escolheram a Corte Imperial que remete ao segundo reinado brasileiro. A Corte é composta por rei, rainha, madri-



Rei Momo, condessa de Isabel, princesa Leopoldina, pierrô, colombina, Barral, passista e a musa do bloco.

CARNIVAL TRADIÇÃO

■ O "Carnaval Tradição 2020" de João Pessoa completa 106 anos de existência e será realizado neste sábado, domingo e segunda-feira, na Avenida Duarte da Silveira, bairro da Torre. O Carnaval Tradição contará com a participação de 31 agremiações (tribos indígenas, ala ursas, clubes de orquestra e escolas de samba) desfilando na Avenida Duarte da Silveira. Participarão dos desfiles oficiais deste ano cinco escolas de samba, 9 tribos indígenas, 10 clubes de orquestra e 11 ala ursas, além de outras agremiações que se apresentam como convidadas e não competem.

Conde

Com o tema "Nossa Alegria Tem História", a Prefeitura de Conde traz um carnaval eclético, com mistura de diversos ritmos, como o axé, samba, pagode, marchinhas, brega funk, maracatu, valorizando a cultura e a arte. A novidade para o Carnaval 2020 fica na localização da festa, que passa a ser em dois locais: Na Praça do Mar onde acontecerão os shows, a partir das 20h e a Avenida Ilma Ribeiro (Principal de Jacará), que ficará exclusivamente para o desfile dos blocos. Entre os artistas, nomes nacionais e locais como Lula Bax, Alberto Bakana, Sinta a Lago Crew, Val Donata, Orquestra Sanhauá, Felipe Original, entre outros nomes. A festa acontece entre os dias 22 e 25 de fevereiro.

Campina Grande

O 29º Encontro da Nova Conciliância 2020, conhecido "Carnaval da paz" em Campina Grande começa hoje e se realizará até a próxima terça-feira no Sesc Centro. O tema do evento, que integra a programação do Carnaval da Paz, é "O que estamos fazendo juntos pela cura do planeta?". O evento é aberto ao público e para participar dele não é necessário fazer inscrição. A programação inclui a realização de palestras e discussões que reúnem religiosos, filósofos e artistas para refletir sobre a vida em sociedade. Entre os palestrantes convidados para a edição 2020 do encontro, está o psicólogo Rossandro Kilinje, que fará a última palestra do evento.

Fonte: Duarte, T. Paraíba: todos os cantos. Jornal A União. 21/02/2020, p. 8.

Retomando a questão do comércio central, esse tema é revisitado várias vezes ao longo das reportagens do jornal, principalmente enaltecendo seus problemas de acesso (tanto de pedestres como pelos meios de transporte), depredação das construções da região e violência,

numa clara valorização das lojas localizadas nas principais avenidas que seguem para as praias e os shoppings que surgiram ao longo dessas décadas.

Figura 36: Reportagens sobre investimentos na região central nos anos de 1980.



Fonte: 1- Sem autor, Prefeitura criará a sua comissão de censura estética. Jornal A União. 15/04/1980, p. 4; 2- Lopes, P. Como Preservar isso? Jornal A União. 17/06/1980, p. 9.

Nos anos de 1980, primeira década de nosso recorte, percebemos várias reportagens que buscavam redimensionar a importância do centro, principalmente com a mudança de uso (de residencial para eminentemente comercial/serviços), como forma de encontrar uma nova forma de convívio sustentável nas esferas social e econômica. A primeira reportagem acima aponta para a criação de uma comissão de arquitetos e engenheiros que controlariam a comunicação visual das lojas – suas marquises e letreiros, como forma de organizar esteticamente a região, além de tentar resolver a questão dos camelôs, que já naquela época ocupavam o centro da cidade.

A segunda se apresenta no formato de um editorial, sendo este uma análise das qualidades sociais do pessoense: cordialidade, educação e confiança no outro e como essas características podem/devem ser preservadas na construção de uma cidade nova, mais moderna e cosmopolita – algo que podemos detectar em várias reportagens ao longo do lapso temporal escolhido. O centro da cidade aparece no texto como palco principal das relações humanas, essas enaltecidas pelo escritor, como se João Pessoa fosse um pequeno município do interior que, de uma hora para outra, se torna uma região metropolitana importante.

Figura 347: Reportagens sobre investimentos na região central nos anos de 1980.



Fonte: Gomes, O. Ver e não acreditar. Jornal A União. 02/02/1980, p. 2.

Retroagindo um pouco no tempo, temos outro editorial que se complementa com a reflexão sobre o futuro da Capital, sendo que este texto se aprofunda na crônica de obras de infraestrutura abandonadas ou mal feitas que estavam desfigurando o centro e arredores, corroborando para a sensação de esvaziamento populacional e abandono urbano. Apresenta um certo traço saudosista, sem uma leitura crítica do passado recente para apontar apenas o desapego do poder público para com a região central, sem propor nada em troca – uma posição alarmista que fez a tônica dos editoriais do começo dos anos 1980.

Figura 38: Reportagens sobre a reforma da Lagoa Solon de Lucena anos de 1980.



Fonte: 1- Sem autor. Prefeitura deseja concluir logo a abertura da Lagoa. Jornal A União. 02/02/1980, p. 5. 2- Sem autor. Damásio, administrando com o povo. Jornal A União. 02/02/1980, p. 4.

Na imagem acima, um misto de reportagem e a foto da Lagoa é possível perceber o interesse do poder público na abertura e alargamento viário no perímetro do parque público Solon de Lucena, de forma a dar maior vazão para o trânsito, em detrimento ao espaço de passeio, descanso e lazer da população. O que nos chama a atenção é a escolha feita pela equipe do prefeito que utilizou uma foto representativa da região como marca do governo municipal da época: uma vista aérea do centro em direção à Lagoa com os dizeres: “administrando com o povo”, deixando transparecer um populismo que contradiz a ação da reforma viária que dificultou ainda mais o trânsito da região.

Mas é importante frisar que por muito tempo se pensou que “priorizar ações populares” estaria ligado à realização de grandes obras viárias, capazes de atender a demanda cada vez mais frequente dos veículos automotores (públicos e viários) e com isso o desenho urbano de regiões centrais como a Lagoa ou mesmo a Avenida João Machado foram perdendo em qualidade de espaço público e ganhando mais faixas para o trânsito “pendular” – aquele formado durante os horários de pico – ligado ao trajeto casa – trabalho e trabalho – casa.

As reportagens seguintes são exemplos perfeitos sobre o tema: a partir de reformas viárias, no caso aqui a criação de um calçadão na rua Duque de Caxias, os comerciantes ficaram revoltados com a perda de clientela e a piora do tráfego nas ruas próximas, dificultando ainda mais as vendas. No texto do dia 9 de fevereiro de 1980 já se podia aferir o efeito da invasão de

ambulantes na rua pedestrianizada que impedia a passagem dos usuários até nas entradas dos bancos.

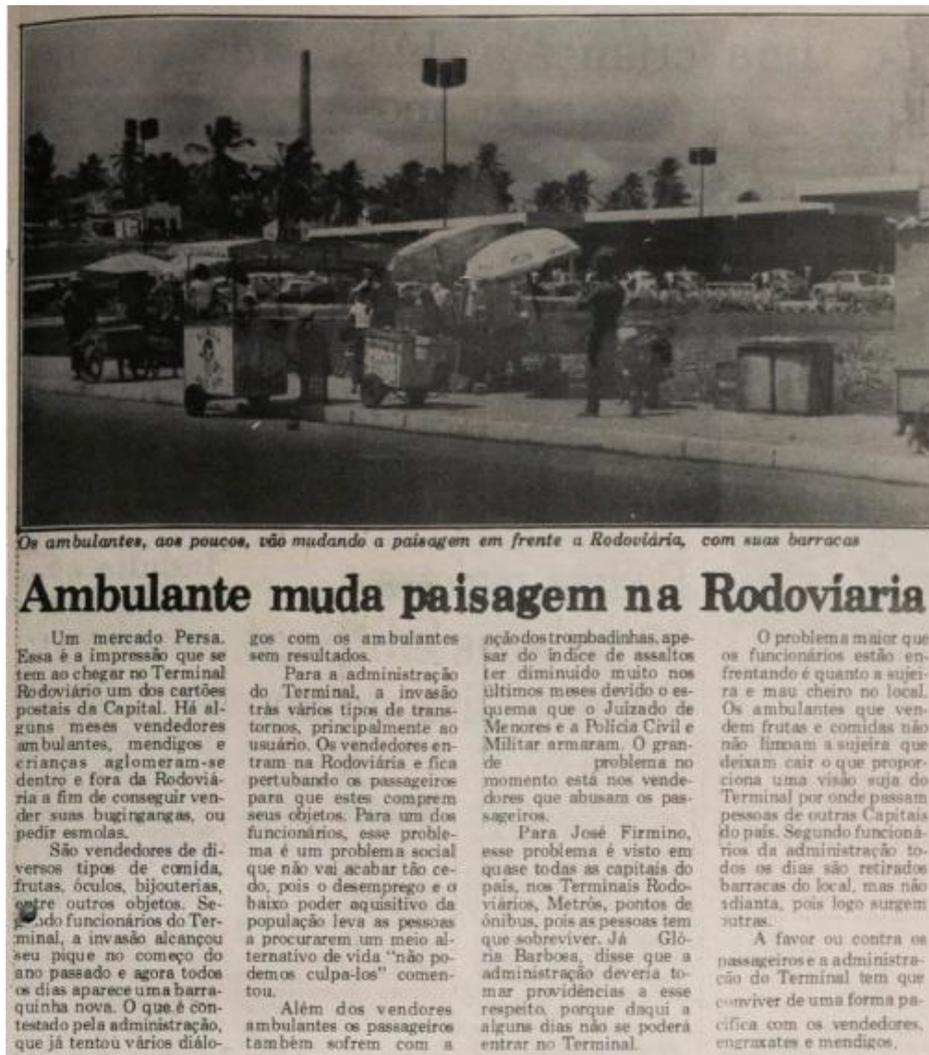
Figura 35: Reformas viárias no centro da cidade.



Fonte: Esquerda: Sem autor. Fechamento causa prejuízos ao comércio da Rua Duque de Caxias. Jornal A União. 06/02/1980, p. 4. Direita: Sem autor. Duque de Caxias agora é feira de ambulantes. Jornal A União. 09/02/1980, p. 5.

Nos anos de 1990, a situação do abandono do centro se expande atingindo áreas de recente (na época) intervenção como a rodoviária de João Pessoa, localizada numa área de mangue no Varadouro, fazendo divisa com a rede ferroviária estadual.

Figura 36: Ocupação de ambulantes na região da rodoviária.



Fonte: Sem autor. Ambulante muda paisagem na Rodoviária.
Jornal A União. 04/01/1990, p. 5.

O comércio informal no centro continua ocupando colunas e reportagens no Jornal ao longo das décadas, sempre suscitando mais críticas do que questionamentos sobre as condições econômicas da região favoráveis apenas a esse tipo de comércio, até que nos anos de 2020 encontramos uma reportagem que divulga a proposta de se criar um novo Shopping para os camelôs da cidade. A ideia não é nova, já existe na cidade o Shopping popular conhecido como "Terceirão", inaugurado em 1999, no centro da cidade (Rua Duque de Caxias para tentar amenizar o comércio informal na região e tem a sua alcunha em homenagem ao governador Dorgival Terceiro Neto, que em sua gestão foram construídos o viaduto e à praça que compõem o espaço lindeiro.

Figura 41: Novos espaços para os ambulantes.

Trabalhadores informais

Ambulantes aguardam instalações em prédio no centro

Foto: Roberto Guedes

Vendedores cadastrados estão seguindo acordo da Sedurb e esperando pela construção de prédio

Sara Gomes
saragomes@oi.com

As principais ruas do centro de João Pessoa estão com o passeio público livre. Há três meses, os vendedores ambulantes foram relocados para a lateral da Caixa Econômica Federal e para as ruas Visconde de Pelotas e Santos Dumont. Até abril os comerciantes informais cadastrados na

Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) serão instalados no antigo prédio da Insinuante, em frente à Praça do Ponto de Cem Réis. A informação foi dada pelo Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes da Paraíba (Sindambulantes).

A situação dos vendedores ambulantes está sendo solucionada. O impasse perdura desde abril

de 2019. As Avenidas Duque de Caxias e Padre Meira e anel central do Parque Lagoa estão organizadas, conforme orienta o ordenamento urbano de João Pessoa.

Atualmente existem 14.700 vendedores ambulantes na Paraíba, sendo que 812 deles encontram-se no centro de João Pessoa. O presidente do Sindambulantes, Juarez Marques

informa que o diálogo com a Prefeitura de João Pessoa tem sido produtivo, pois estão encontrando uma solução que favoreça aos ambulantes e a organização da cidade.

"Através dessa negociação com a Sedurb, chegamos ao consenso que a relocação dos ambulantes nas ruas não poderia ser de todo jeito. Precisáramos de planejamento e organização, para que fossem para um lugar digno, que pudesse dar sustentabilidade às famílias. Então, decidimos reformar o antigo prédio da Insinuante, futuro Shopping Nações Unidas", explicou.

O comerciante informal Onofre Pereira, conhecido por 'Paraíba', vende bonés, camisas de futebol e bolsas na parte de trás da igreja de Nossa Senhora da Misericórdia e concorda que o centro de João Pessoa precisava de uma organização. "Trabalho em João Pessoa há 25 anos e

nesse ponto há cinco anos, a igreja me cedeu o espaço. Eu não sei trabalhar com tumulto, precisávamos de uma organização porque o Ministério Público há um tempo exigia isso. Todo mundo precisa ganhar seu dinheiro, mas estava ficando uma situação insustentável", afirmou.

O ambulante Fábio Júnior comercializava produtos naturais para massagem na Avenida Duque de Caxias e afirma que o seu faturamento caiu. "Eu ganhava em média R\$ 400 reais por dia há três meses, o rendimento caiu para R\$ 150. Mas estou esperançoso que com a ajuda do sindicato, aos poucos estamos recuperando os nossos direitos e teremos um espaço para trabalhar com dignidade, pois minha clientela já é fiel", disse.

O vendedor de uma loja de informática e acessórios, Wagner Gilberto, que trabalha em frente a um ponto que os ambu-

lantes estavam instalados, avalia que a retirada dos ambulantes foi muito agressiva, apesar de ser uma mudança necessária. "Eu vejo os dois lados, tanto o do trabalhador de família que não tem oportunidade de emprego, e para não entrar na criminalidade vira um comerciante informal, e vejo o lado da poluição visual da cidade com o excesso de ambulantes mas, ainda assim, acho que deveria ter sido feita de uma forma mais respeitosa", opinou.

Atualmente, existem 14.700 vendedores ambulantes no Estado da Paraíba, sendo que 812 deles encontram-se no centro de João Pessoa.

Fonte: Gomes, S. Ambulantes aguardam instalações em prédio no centro. Jornal A União. 04/01/2020, p. 7.

Observando com mais atenção ao texto, veremos que dessa vez foi dada a oportunidade dos ambulantes pudessem se posicionar sobre o tema, através da fala concedida à dois comerciantes que apontaram as dificuldades de se manter uma clientela fiel aos seus negócios e que também concordavam que deveria haver uma organização maior no centro para as atividades de todos os envolvidos, tanto os que tem lojas fixas como aqueles que ocupam espaços na calçada.

Outro exemplo trata-se da intervenção da ABRAJET: Associação brasileira de jornalistas de turismo sobre a necessidade de reformas no Mercado Central localizado próximo à Lagoa Solon de Lucena para transformá-lo em ponto turístico gourmet, seguindo os passos de outras cidades brasileiras que optaram em realizar o que se é chamado de "revitalização" urbana nas áreas do comércio tradicional para transformá-lo em espaços de gastronomia, turismo de nicho e áreas "instagramáveis", tal qual o Mercado Central de São Paulo e o futuro "rebranding" do Mercado São José, na região central do Recife.

Figura 37: Reclamações sobre as condições físicas do Mercado Central de João Pessoa.

Paraíba
 João Pessoa, Paraíba - SEXTA-FEIRA, 3 de Janeiro de 2020 | A UNIÃO 5

Transposição na PB
 Após a transposição do Rio São Francisco, de São Luiz, emergiu o ar liberado para o lado de Rio Paraíba no grande lago do Rio. Página 6

Reunião discutirá reformas no Mercado Central de JP

Encontro atende demandas do Abrajat-PB para que local se torne ponto turístico, como ocorre em outras cidades

João Alves
 www.joaoalves.com.br

No acatado de atender às demandas de falta de infraestrutura no Mercado Central feitas pela Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, seccional da Paraíba (Abrajat-PB), o secretário de Turismo do município, Fernando Milanes, disse ontem que vai se reunir com o prefeito da capital Luciano Corrêa, ainda este mês para discutir a questão. Os argumentos utilizados pela Abrajat-PB é que em várias capitais do país, os mercados públicos são pontos de atrações turísticas por serem limpos, higienizados, organizados e apresentarem uma estrutura adequada para visitas turísticas.

Mesmo sem data definida, Fernando Milanes afirmou que vai realizar a reunião e convocar representantes da associação e da Prefeitura de João Pessoa, afirmando que o Mercado Central está precisando passar por reformas. "O espaço realmente precisa passar por mudanças", comentou.

De acordo com Rone Aguiar, vice-presidente da Abrajat-PB, a entidade ainda não foi informada sobre a possível reunião, mas, desde já, demonstra todo interesse em participar e abel contribuir da melhor forma possível. "Nada não fomos informados, mas com certeza é uma ótima iniciativa. Muitas pessoas já visitam os mercados públicos de outras cidades admirando. Aqu

nda também temos esse potencial", afirmou.

Para o Abrajat-PB, o Mercado Central já deveria ser ponto turístico, como em outras capitais do país, como Belo Horizonte, Foz de Iguaçu, São Paulo, Recife, entre outras. "Assim, vamos sempre cobrar melhorias para o local em João Pessoa", complementou.

Sem estrutura
 Em João Pessoa, o mais antigo e o maior mercado público da cidade continua com sua infraestrutura precária, desorganizada, com muito lixo e falta constante de higiene, além de insuportáveis. Faltam e condições reclamam da falta de reformas. A infraestrutura também apresenta problemas. Para a consumidora Maria Fátima, a estrutura do Mercado Central é precária, falta mais higiene e limpeza e a impressão para quem vai ao mercado é de que o lugar está sempre sujo e com barracas desordenadas.

Quem vai comprar frutas e verduras no Mercado Central recebe diversas reclamações dos visitantes. Na entrada à esquerda, um lixo espalhado pelo chão e muito a escuridão, como a iluminação precisa de reparos. A comerciante de frutas Isenilda de Oliveira Silva, disse que o setor de frutas está abandonado e que desde que foi contratado na administração do ex-prefeito Ricardo Costeira, o local nunca passou por reformas.

"Quando chove parecia que estamos num cemitério porque o local está cheio de galinhas. E ainda das galinhas, diversas limpezas estão quitadas e as fezes também reclamam da falta de saneamento", disse Isenilda, complementando que a administração do mercado precisa fazer muitos consertos no local.

O comerciante Luciano Rocha afirmou que algumas reformas no local já foram feitas, mas nada que

foi associada uma mudança no corredor central. Ele informou que o corredor central vai ser transformado em um estacionamento rotatório e que os vendedores de frutas do local serão transferidos para espaços no lateral.

Fonte: Gomes, S. Ambulantes aguardam instalações em prédio no centro. Jornal A União. 04/01/2020, p. 7.

Agora apresentaremos o “outro lado da moeda”, uma série de reportagens que tentam traçar o investimento público tanto na região central (em pequena medida) como nas áreas urbanas que estavam surgindo e se estabelecendo como novos polos de desenvolvimento, tanto residencial como comercial e serviços.

Bairros como o “dos Estados”, Miramar, Tambauzinho, Tambaú, Manáira, Cabo Branco e Altiplano serão citados em vários textos, sendo apontados como locais de investimento para modernização, contratando para isso arquitetos e paisagistas de renome na construção de equipamentos públicos ou de rede hoteleira que servirão de marcos da tal modernidade. Uma série de reportagens sobre o paisagista Burle Marx foi notada ao longo de nossa pesquisa, sendo possível verificar sua intervenção em várias praças ou projetos não executados em João Pessoa.

Figura 38: Reportagens e editoriais sobre as visitas do paisagista Roberto Burle Marx.



Fonte: 1- Sem autor. Burle Max vem a João Pessoa no fim do mês. Jornal A União. 12/01/1980, p. 1; 2- Sem autor. Burle Max vai transformar o Cabo Branco. Jornal A União. 06/02/1980, p. 8; 3- Madruga. W. Marx nunca ausente. Jornal A União. 06/02/1980, p. 8.⁵⁵

Além de Burle Marx, durante o período escolhido pela pesquisa destacamos as passagens e projetos dos arquitetos Sérgio Bernardes – Centro Cultural José Lins do Rego no bairro do Tambauzinho no ano de 1982 e a reforma do aeroporto Castro Pinto em 1979-1980, ambos projetos de grande envergadura e que alavancaram uma nova urbanização na cidade, colocando a capital no mapa da arquitetura emblemática do modernismo nacional. Já na década de 2000, o município ganhará mais um projeto de destaque: idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a Estação Cabo Branco se tornará mais um espaço para exposições e eventos culturais além de “cartão – postal”, destino do turismo pessoense.

O que podemos traçar a partir dessas três obras é a vontade irmanado pelo poder público e o mercado imobiliário de alavancar urbanisticamente a cidade de João Pessoa, redesenhando o traçado original, que se desenvolveu ao longo das margens do Rio Sanhuaú e planalto lindeiro, sempre seguindo o vetor de crescimento em direção à orla (caso característico de diversas capitais do Nordeste), transladando o eixo da cidade histórica para as praias. O Centro Cultural de Sérgio Bernardes é exemplo disso, implantado no bairro do Tambauzinho e próximo à

⁵⁵ Reparar a grafia equivocada nas primeiras reportagens: o nome correto é Burle **Marx** e não **Max**.

avenida Eptácio Pessoa, o equipamento público foi fundamental para o desenvolvimento do bairro, que liga a região da Beira Rio com o eixo praia – centro.

O projeto de Oscar Niemeyer surge num momento diferente – os bairros da orla que seguem no eixo da Eptácio já estavam consolidados, Manaíra e Tambaú se encontravam totalmente ocupadas e apresentavam uma verticalização no limite da legislação vigente, portanto, o poder público e o setor privado buscaram o desenvolvimento do setor Sul, que se encontrava ainda atrelado em atividades mais “bucólicas” como a pesca nas praias do Seixas em direção ao município do Conde. Acreditava-se que a inserção de um complexo arquitetônico com a grife “Niemeyer” seria o suficiente para alavancar novos empreendimentos, sobretudo hoteleiros e, num primeiro momento a estratégia deu certo e alguns anos depois (2015) foi inaugurado o Centro de Convenções de João Pessoa, outro complexo arquitetônico que abrigou espaços de exposição, feiras, eventos, além do teatro chamado “Pedra do Reino” em homenagem ao escritor Ariano Suassuna, tornando-se o maior palco de espetáculos do estado.

Atualmente, a região ainda carece de maiores empreendimentos, haja visto que o setor hoteleiro ainda não se desenvolveu e a região vem sendo ocupada por condomínios horizontais fechados, dificultando uma ocupação inclusiva no local.

Figura 39: Centro Cultural José Lins do Rego.



Fonte:<http://roteirosdejoapessoa.blogspot.com/2013/03/espaco-cultural-jose-lins-do-rego.html>.

Figura 40: Reportagens e editoriais sobre as visitas do arquiteto Sérgio Bernardes para o projeto do Centro Cultural José Lins do Rego.



Fonte: 1- Sem autor. Espaço cultural (editorial). Jornal A União. 18/01/1980, p. 4; 2- Sem autor. Sergio Bernardes vem lançar projeto do centro cultural. Jornal A União 18/01/1980, p. 12; 3- Sérgio Bernardes lançará amanhã projeto do centro. Jornal A União. 20/01/1980, p. 27.

Figura 41: Projeto da Estação Ciência (Estação Cabo Branco), autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.



Fonte: imagem à direita: <https://m.feriasbrasil.com.br/pb/joapessoa/estacaocabobranco.cfm>; Imagem à esquerda: Alves, J. Torre da Estação Cabo Branco está deteriorada e fechada. Jornal A União 12/05/2018, p. 5.

Para concluir o capítulo, retornaremos para a nossa avenida e destacamos a reportagem que consideramos como a mais representativa no resgate da história da Avenida João Machado. Publicada em 1º de setembro de 2013, essa matéria traça a cronologia da via, oferecendo um breve histórico dos principais casarões, suas construções, usos e transformações ao longo das décadas.

A redação começa enfatizando a “beleza da arquitetura pessoense” no centro histórico, especialmente na rua das Trincheiras para depois voltar os seus olhos para a nossa avenida, vale notar que, como é comum em textos jornalísticos, há uma negligência em relação aos relatos

históricos, que no caso deixou de abordar toda a produção arquitetônica e urbanística colonial e do império, sendo que o foco adotado foi estabelecido a partir do início do século XX, sem o devido cuidado ou respeito pelo que foi construído anteriormente. Seguindo o raciocínio, a repórter enaltece a construção da avenida João Machado, sem, no entanto, explicar os motivos que levaram o poder público a realizar tal obra, preferindo relatar apenas a importante, do ponto de vista histórico, mudança das famílias ricas da zona rural no primeiro quartel do século passado.

Posteriormente aponta as transformações relacionadas com as tipologias arquitetônicas presentes no local, evocando as teorias higienistas e sua relação com os recuos, gabaritos e afins, depois afirma de forma simplista que “Os casarões, hoje considerados antigos, muitos tombados pelo Patrimônio Histórico...” (Gonçalves 2013, p.14), sem relacionar os níveis de proteção e as características de gestão dos bens tombados – como vimos, existem somente dois bens protegidos por leis estaduais prevalecendo com relevância o perímetro histórico do centro de João Pessoa como principal fator de preservação e o que torna a área efetivamente preservada é a proteção impingida ao centro histórico da cidade.

Figura 42: Reportagem sobre os casarões ecléticos da Avenida João Machado.



Fonte: Gonçalves, L. Casarões encantam e guardam história. Jornal A União. 01/09/2013, p. 14.

Na mesma página, há um texto em destaque que faz um relato pormenorizado dos imóveis que pertencem à família Ribeiro Coutinho. Esta parte da reportagem podemos considerar como mais relevante para nossa pesquisa, pois apresenta a “fala” de uma moradora (de muitos anos) da Avenida João Machado – a Sra. Ana Helena Ribeiro Coutinho Suassuna Dutra – que o texto deixa bem claro como “... uma legítima Ribeiro Coutinho, pois seus pais eram primos” (Gonçalves, 2013, p. 14). Ela conta que morou no casarão de n.º 515 desde que nasceu até o dia de seu casamento (no ano de 1975) e que viveu os melhores tempos de sua infância; também relatou o seu convívio com o avô, que morava na residência de n.º 276 e, aos domingos, o encontrava após a missa.

Relatou também a dificuldade em manter o casarão da família (n.º 276), pois quando não houve mais ninguém morando na casa, como caseiros e/ou jardineiros, o imóvel ficou ocioso, sendo mantido somente uma biblioteca, que é conservada por funcionários que sazonalmente fazem uma manutenção preventiva para que o imóvel não entre em ruína.

Esse casarão, apesar da aparência de abandono, com grades e portão enferrujados, pintura por ser renovada e com a casa auxiliar com o teto danificado, abriga a biblioteca da família, tem todos os móveis antigos e empregados, que se revezam dia e noite para manter a casa (Gonçalves, 2013, p. 14).

Aqui devemos apontar duas questões interessantes: primeiramente, a composição da família, suas relações privadas muito próximas – casamento com primos (no texto também se relata que o avô, o Sr. João Ursulo, depois de enviudar de uma Ribeiro Coutinho, se casou com uma prima também). Essas relações beiram a novelas de época ou romances da literatura do século XIX, mas que entre famílias aristocráticas o procedimento era comum, por interesse de ampliar/anexar espólios ou para manter a fortuna e as posses com a família, causando vários casos de doenças genéticas comuns em filhos de casais com essa proximidade parental.

Que nos parece que o pequeno núcleo aristocrático paraibano se manteve aguerrido na manutenção da “exclusividade” e legitimidade das relações, evitando possíveis “aventureiros” de outras regiões ou mesmo de paraibanos de classes sociais menos abastadas.

A outra questão é que o jornal se preocupou quando se propôs a fazer essa matéria, procurar o(a) dono(a) das residências para a entrevista – procedimento legítimo como forma de contar a história da construção, mas parcial, pois não teve a mesma iniciativa de conversar com quem frequentou a casa como funcionário, mesmo os atuais que seguem trabalhando na manutenção da casa para que a narrativa ganhasse contornos mais plurais, completando uma

visão holística que contempla as relações sociais e afetivas de todos os atores envolvidos, não somente o lado hegemônico.

Figura 43: Entrevista com a herdeira da família Ribeiro Coutinho.

Lembranças da família Ribeiro Coutinho

Mesmo em meio a tanto luxo arquitetônico, os casarões da família Ribeiro Coutinho se destacavam pela beleza. Hoje, pelo menos um dos casarões, o de número 276 pertence à família, conhecida pelos famosos políticos, como Flávio Ribeiro Coutinho (que dá nome ao Retão de Manaira) e Odilon Ribeiro Coutinho, pai do ex-prefeito de Santa Rita; e pelos engenhos espalhados não só na Paraíba.

Esse casarão, apesar da aparência de abandono, com grades e portões enferrujados, pintura por ser renovada e com a casa auxiliar com o teto danificado, abriga uma biblioteca da família, tem todos os móveis antigos e empregados, que se revezam dia e noite para manter a casa. No mesmo terreno, encoberta por árvores e por um grande muro, tem outra residência, pertencente à mesma família, mas igualmente sem pessoas habitando ou abrigando algum órgão público ou empresa privada.

A casa de número 515, até o início do ano pertencia a Dona Ana Helena Ribeiro Coutinho Suassuna Dutra, filha de Luiz Inácio Ribeiro Coutinho e Ana Rita Ribeiro Coutinho e neta dos po-

líticos e usineiros Flávio Ribeiro Coutinho (que foi governador do Estado) e João Ursulo Ribeiro Coutinho. Dona Ana Helena é uma legítima Ribeiro Coutinho, pois seus pais eram primos.

Ela conta que a casa onde nasceu, a de número 515 da Avenida João Machado, foi construída para os seus pais morarem depois de casados, em 1948. "Nasci lá e morei até 1975, quando casei. Até meados da década de 90 ainda havia gente morando na casa, mas depois as mudanças foram acontecendo. Mas sempre tentamos manter, por isso mesmo, mantinhamos um caseiro e um jardineiro", comentou.

Ana Helena diz que as melhores lembranças da sua infância e juventude estão naquela casa, onde aos 10 anos aprendeu a dirigir no jardim, de tão grande que era o espaço. "A lembrança que tenho do casarão de número 276 é do meu avô, quando saíamos da missa de domingo, sempre íamos para a casa dele. Meu avô, João Ursulo, ficou viúvo quando meu pai tinha cinco anos. Minha avó foi Helena Pessoa de Melo Ribeiro Coutinho, mas a que convivemos,

que era prima dele (com quem se casou depois de viúvo) foi Ana Rita Veloso. As lembranças também são muito boas, porque iam os primos, a família se reunia. Era muito perto da minha casa, lembra.

O Casarão 515

O casarão 515 sempre chamou atenção de quem passa pela Avenida João Machado, no entanto, há alguns meses, a curiosidade das pessoas foi aguçada por uma reforma. Na verdade, por uma restauração. Acontece que há alguns meses o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) comprou o prédio e está restaurando. A intenção da universidade é que o prédio abrigue o 6º e 7º Juizados especiais cíveis e um projeto para ajudar administrativamente, contabilmente, juridicamente e psicologicamente pessoas que têm problemas com dívidas.

Ao entrar na casa de número 515 o visitante faz uma viagem pelo tempo. Mesmo sem os móveis, consegue-se ver a beleza e o glamour de cada ambiente. Cada vidraça, cada porta e cada detalhe no teto e no chão remetem a um tempo de encanto.

Fonte: Gonçalves, L. Casarões encantam e guardam história.

Jornal A União. 01/09/2013, p. 14.

Podemos observar nas reportagens e editoriais escolhidos que o apagamento da memória do centro histórico de João Pessoa e, conseqüentemente, da Avenida João Machado trilhou um longo caminho de escolhas entre o que divulgar e o que esquecer, sempre com o intuito de construir uma narrativa de progresso para a cidade. Um centro histórico entendido dentro dos limites do turismo e da preservação de uma identidade comedida e conformista, sempre esteve no radar da grande mídia e mesmo um veículo de raízes públicas acabou por ser tragado para dentro dessas engrenagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvindo o nome,

Vejo de novo:

Flor de capim.

Este haikai de Teiji (Franchetti; Doi; Dantas, 1991 *apud* Ades, 1993) oferece várias interpretações, porém para nosso trabalho nos sobressai a seguinte: ao ouvir o nome da flor, ela se “reacende” na memória, recuperando sua existência (mesmo que virtual). Como vimos, a memória em sua essência, consiste na inserção do passado no presente, tanto em forma de imagens nítidas ou como diretrizes de como agir e se relacionar socialmente, afinal é a partir delas que se constrói convenções e vínculos entre pessoas e/ou grupos. Quando evocamos ou somos provocados por agentes externos, as lembranças surgem de maneira mais ou menos vívidas, como cópias sensoriais de eventos passados ou se manifestam a partir de narrativas, histórias que contamos a nós mesmos ou a outros - embora as imagens e palavras estejam ocorrendo agora, temos consciência de que pertencem a um tempo que já se foi.

Foi possível ao longo da pesquisa verificar que, sob a luz das teorias que compõem a Ciência da Informação e que também podemos encontrar reflexos na arquitetura e urbanismo, que a memória coletiva não pode ser considerada como reflexo/reprodução de eventos passados, mas uma construção realizada por um grupo de pessoas que elaboram coletivamente experiências vivenciadas entre si e que precisam ser chanceladas por esses mesmos membros (na maioria dos casos, a história oficial é aquela que reproduz a narrativa dos vencedores e/ou classes mais abastadas – que detém o poder, seja ela político, econômico ou repressor).

Mas a memória coletiva não é apenas o registro de acontecimentos passados em algum depósito de nossa memória, energizado pela carga afetiva emprestada ao grupo de referência, é também ato de recontar o que se lembra, um ato sempre moldado pelos contornos e interesses do presente. A memória é uma centelha trabalhada no interior da comunidade afetiva por pessoas “que se entretém”, pensam e agem habitualmente como membros de um grupo (Lima, 2015, p. 4).

Verificamos também que a memória se faz presente de diversas maneiras, podemos inclusive detectar sua influência em nossas tarefas diárias, gestos e comportamentos que executamos quase automaticamente, sem questionar sua origem, derivadas de experiências

anteriores, sendo acionados em resposta às circunstâncias atuais. Ela se baseia em pistas deixadas no ambiente construído e nas ações dos outros com quem interagimos; são palavras faladas ou escritas; são os resultados de nossos próprios atos e dos atos dos outros que podemos recuperar e que carregam o testemunho de épocas passadas – em última análise, a memória constitui o próprio fundamento dos acontecimentos culturais.

Por outro lado, o impacto da tecnologia na sociabilidade humana tem sido amplamente analisado para reconhecer e interpretar as características distintas das sociedades contemporâneas. A informação mediada pela tecnologia, conforme evidenciado por autores de diversas correntes teóricas, emerge cada vez mais como uma "visão de mundo" que altera profundamente nossa autopercepção, nossas interações sociais e até mesmo nossa experiência subjetiva do mundo ao nosso redor.

Nas análises apresentadas na pesquisa pudemos estabelecer novos ritmos, temporalidades que podem proporcionar meios para registrar e recordar o passado; as tecnologias da informação transformam a maneira como lembramos e esquecemos. Escolher um recorte urbano, no caso a Avenida João Machado foi uma maneira de procurar indícios tanto físicos, como imateriais para a construção de uma memória do centro histórico de João Pessoa, suas relações sociais e o impacto nas políticas públicas e mercado imobiliário na região e também em outros bairros que foram afetados pelo crescimento dos limites da cidade.

Como vimos, até meados do século XIX, o município encontrava-se circunscrito por limites geográficos determinados pelo desenho urbano que deu origem à urbe colonial, situada às margens do Rio Sanhauá e no baixo planalto costeiro. A cidade assumia uma configuração intermediária entre o ambiente rural, ao qual ainda mantinha fortes vínculos devido às atividades agrícolas e pecuárias, e as funções administrativas, militares, religiosas e comerciais que nela se desenvolviam. Além disso, a vida social apresentava uma dinâmica limitada, estruturando-se em torno dos bairros e da igreja mais próxima, caracterizando-a como uma comunidade "histórica ou tradicional".

Porém, a partir da segunda metade do século XIX, João Pessoa começou a expandir-se além dos limites da área ocupada, surgindo as primeiras ocupações do território seguindo para o litoral, em regiões anteriormente compostas por sítios e chácaras que não mantinham uma conexão contínua com a malha urbana existente. Por detrás dessas transformações urbanas e sua posterior expansão houve a transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de trabalho livre, juntamente com a institucionalização da terra como propriedade – um símbolo de poder político e econômico, tornando-se imperativo para a consolidação do modo capitalista de produção.

Como vimos anteriormente, devido ao avanço da indústria têxtil na Inglaterra, o algodão emergiu como uma alternativa de produção na região Nordeste do Brasil a partir da metade do século XVIII, fatores externos contribuíram para impulsionar essa produção, que, contudo, ganhou expressividade no estado somente no começo do século XX, principalmente nos anos que deflagraram a I Guerra Mundial. Nesta época vimos o investimento na implementação de estradas de ferro e nas primeiras fábricas de algodão na região, sendo perceptível a contribuição do poder público na realização de investimentos, principalmente nos sistemas de transportes para viabilizar o escoamento do algodão destinado à exportação.

O investimento nestes meios de transporte facilitou não apenas o deslocamento de mercadorias e pessoas, mas também a circulação de ideias. Serviços como imprensa, cinema e telégrafo desempenharam um papel crucial na disseminação de ideias e na promoção de padrões de comportamento.

O movimento em torno da cultura algodoeira desencadeou uma variedade de mudanças na sociedade pessoense. A abertura para a exportação da produção não apenas facilitou as relações com os mercados consumidores, ampliando os contatos da sociedade local com outras realidades, mas também diversificou o perfil da população – profissionais liberais, trabalhadores especializados e investidores passaram a integrar a comunidade antes formada apenas por militares, religiosos, trabalhadores do campo e donos de latifúndio, trazendo consigo novos hábitos e comportamentos que logo foram absorvidos pela população.

Em meio a essas transformações, a elite agrária começou a migrar para as cidades, formando assim a nova classe abastada urbana que gradualmente introduziria na sociedade novos valores, em contraposição aos preconizados pelas antigas oligarquias. Além disso, diversas cidades tornaram-se alvo de investimentos por parte do poder público, visando negar seu legado colonial, transformar-se em símbolos de modernidade e progresso republicano, e se aproximar do modelo urbano das cidades europeias então em destaque, como Paris. João Pessoa, assim como em outras cidades brasileiras, as intervenções urbanas realizadas no início do século XX tinham como objetivo modernizá-la, atuando tanto no tecido urbano preexistente quanto na promoção da expansão urbana.

No início do século XX, durante o período de crescimento econômico da Cidade da Parahyba impulsionado pelo capital do algodão, a Rua Trincheiras e a Rua Tambiá emergiram como os principais eixos de ocupação urbana. A burguesia local estabeleceu-se nessas vias, migrando de outras áreas da cidade, especialmente da Cidade Baixa, que estava congestionada devido às intensas atividades comerciais. Nessas ruas, os prósperos proprietários rurais construíram suas mansões ao optarem por residir permanentemente na cidade.

A nossa pesquisa sobre a Avenida João Machado indicou que a mesma se revelou como via catalisadora das transformações urbanas citadas acima, além disso, contribuiu para a expansão da cidade na direção sul, emergindo como um eixo central que direcionou a configuração do bairro Jaguaribe.

Também vimos a mudança das construções, deixando a tipologia antiga dos casarões coloniais “colados” uns aos outros em suas laterais, sem recuo frontal em relação ao calçamento para novas edificações ecléticas, estas apresentando um requinte de ornamentos que evidenciavam não só a fachada da rua, como também suas laterais, integrando a casa ao terreno de maiores proporções, com a inserção de belos jardins e novos anexos, como a garagem, por exemplo. É necessário apontar algo peculiar no casario da avenida: as moradias reproduziam, muitas vezes, um certo ar bucólico e rural, gerando em menor escala as atividades do campo, como hortas, minizoológicos e jardins ornamentais.

Todas essas transformações materializavam as influências arquitetônicas europeias do começo do século XX, buscando atender os conceitos do higienismo vigente. As alterações não foram apenas nas fachadas e atingiram também a distribuição interna dos cômodos e mobiliário, acomodando novos usos e modismos, reproduzindo novas etiquetas e modos no dia-a-dia.

Retomando o nosso propósito, ao considerarmos a arquitetura e o urbanismo como expressões culturais, a pesquisa permitiu perceber não apenas suas formas físicas, mas também sua capacidade de transmitir memórias e identidades. Nesse sentido, os edifícios e espaços urbanos não são apenas estruturas físicas, mas sim mediadores culturais essenciais, revelando os valores e práticas de uma sociedade.

A documentação que registra a produção arquitetônica é vasta, incluindo os estudos sobre a produção vernacular – aquela que foi feita sem a presença de arquiteto e/ou engenheiro, análises do traçado urbano entre outros e desempenha um papel crucial na trajetória de desenvolvimento da cidade, sendo que esses registros não apenas fornecem “insights” sobre o processo de construção urbana, mas também preservam a história e a evolução das comunidades ao longo do tempo.

Abordar a memória de uma população pode ser realizada, portanto, através da produção urbana e arquitetônica, método que adotamos como forma de compreender as transformações perpetradas na Avenida João Machado, bem como os vazios impostos pelas mortes preconizadas por Amorim (2007). Consideramos que a preservação da materialidade urbana, quer seja intencional ou não, em João Pessoa, desencadeou diversas estratégias de ressignificação do passado, moldadas por uma interseção complexa de fatores políticos, culturais, econômicos, espaciais (incluindo imposições geográficas) e pelo próprio

desenvolvimento territorial da cidade. Assim, a maneira como o passado é reinterpretado e incorporado à paisagem urbana reflete não apenas a história, mas também as dinâmicas contemporâneas que moldam a identidade e o futuro da cidade.

Retomando o que foi apresentado no começo da dissertação, por intermédio de todas estas considerações, conseguimos apontar dados relevantes a favor da pergunta problema: *Como se constitui os aspectos infomemorial do patrimônio arquitetônico da Av. João Machado, na cidade de João Pessoa, Paraíba, considerando-os como médium de memória?*

Foi detectado que mesmo na ausência de notícias e/ou reportagens que tratassem de forma direta assuntos referentes à memória da Avenida, sua presença era sentida, como contraponto do progresso urbano e social que o jornal se impunha em sua linha editorial, quanto mais se evidenciava o abandono, a violência, os problemas de trânsito na região central e a falta de preservação das edificações históricas do centro, mais foi possível considerar que o objeto estudado pode ser considerado como um “local de memória” – receptáculo da formação do bairro do Jaguaribe e de sua população. Neste momento devemos evocar o arquiteto Luiz Amorim (2007) em dizer que em sua análise sobre a perda de exemplares da arquitetura contemporânea como uma forma de "morte arquitetônica" destaca como as grandes cidades, devido ao rápido processo de verticalização, acabam por destruir ou descaracterizar edifícios fundamentais para a compreensão da arquitetura de períodos anteriores.

Concluimos que nesta pesquisa, conseguimos ressaltar a investigação da memória coletiva e social através do patrimônio arquitetônico, reconhecendo seu papel crucial na reconstrução e preservação da memória e identidade de um grupo social e, a partir desse processo, contribuir para uma melhor compreensão dos eventos relacionados à construção, reconstrução e preservação da memória coletiva em João Pessoa, sobretudo se consideramos até o vazio como uma possibilidade infomemorial, abrindo espaço para novas pesquisas que possam, a partir da análise dos bairros da cidade, construir uma narrativa consistente da memória e identidade pessoense, alicerçada pelas teorias entrelaçadas da Ciência da Informação e da Arquitetura e urbanismo, sendo o protagonismo das duas áreas como papel essencial da informação nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras- Geografia**. v. XIV. Porto: 1998, p. 77-97. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7761>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- ADES, C. Múltipla memória. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 9-24, 1993. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, D. E. M.; MENEZES, D. M. S.; SILVEIRA, M. A. A. Bens imateriais em processo de instrução para registro no IPHAN: tensões sociais em torno da salvaguarda na região nordeste do Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, p. 1-19, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/158732>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ALMEIDA A. M. de. A apropriação do território no Brasil colonial. **Revista Cidades**, v. 8, n. 14, 2011, p. 539-568.
- ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property in the Atlantic Portuguese world**. Tese (Doutorado em História), Johns Hopkins University. Baltimore, 2015.
- AMORIM, L. **Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista**. Recife: Santa Marta, 2007.
- ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ASSMANN, A. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de (Org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- AZEVEDO NETTO, C. X. A cultura material vista como informação, patrimônio e memória: o patrimônio arqueológico em sua função social. In: AZEVEDO NETTO, C. X. de (Org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015, p.153-167.
- BARRETO, A. de. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. **Datagrama Zero**. Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 3, Jun, 2000.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BATISTA, A. F. **O sumário das armadas**: guerra, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2017, Natal-RN.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasileirene, 1994, p. 222-232.

BEZERRA, E. P. **Patrimônio cultural, memória e preservação**: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa PB. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BLOCH, M. **A Terra e Seus Homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: EDUSC, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Acesso em 20 de jan. 2024.

BRAZIL, L. I. C.; ALVEAL, C. M. O. A orientação dos praxistas e as dúvidas dos ministros nas demarcações de terra no Brasil colonial (século XVIII). **Revista brasileira de estudos jurídicos**, v. 14, n. 2, 2019.

CAMPOS, Y. D. S. de. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequação e usos (des)caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 119-135, maio./out. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/68646>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASADEI, E. B.; Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COELHO, J. P.; MICHELON, F. F. A Cidade esquecida: patrimônio industrial e o ocultamento da memória do trabalho. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 8, nº. 21 – jan./jul. de 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/996/386580>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

COSTA, A. L. S. **Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa: três décadas de história**. 2009. 150 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2009. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5511>. Acesso em 16 de agosto de 2023.

DE ALMEIDA A. M. A apropriação do território no Brasil colonial. **Revista Cidades**, v. 8, n. 14, 2011, p. 539-568.

DE LIMA NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara; DE AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Concepção infomemorial no campo da ciência da informação: aspectos teóricos e epistemológicos. **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)**, 2016.

DIAS, L. L.; OLIVEIRA, B. M. J. F. DE. Inventário como instrumento de gestão do patrimônio cultural universitário. **Folha de Rosto**, v. 8, n. 2, p. 215-243, 15 set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/885>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Morpheus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 4, n. 8, 2006. Disponível em: [www.seer.unirio.br > index.php > morpheus > article > view](http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view). Acesso em: 30 de ago. 2020.

DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **Datagrama Zero**. Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 5. 2008.

DODEBEI, V. Novos meios de memória: livro e leitura na época dos weblogs. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, ISSN 1518-2924, Florianópolis, n. esp., 1º set. 2009.

DVORÁK, M. **Catecismo da preservação de monumentos**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FRASER, M. Do lugar ao não-lugar: da mobilidade à imobilidade. **Revista Poiésis**, v. 11, n. 15, 2010, p. 229-241. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/26961>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FUNARI, P. P., PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNARI, P. P. ; CARVALHO, A. Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão. In: FUNARI, P. P. A; CARVALHO, A. (Orgs.). **Primeira versão**: patrimônio cultural, diversidade e comunidades. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2011

GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio Cultural. **Historiæ**, v. 3, n. 3, 2013, p. 27–46. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GUEDES, K. A. **Inventários de arquitetura moderna no Brasil**: desnaturalizando uma prática estabelecida. 2018. Tese de doutorado defendida pelo Programa de Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (PPGAU).

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, **Vértice/Revista dos Tribunais**, 1990.

HARVEY, D. **Social justice, and the city**. Londres: Edward Arnold e Baltimore; John Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 13, n. 35, 2015, p. 126-152.

HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

JOSGRILBERG, F. B. **Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau**, [S.l. S.n], 2015.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

LEMOS, C. A. C. **Alvenaria burguesa**: breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 1985.

LEMOS, C. A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LIMA, M. A. Memória coletiva, jornalismo e novas formas de sociabilidade. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2015, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3484-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Editora, 2011.

LVOVICH, A. D.; BISQUERT, J. **La cambiante memoria de la dictadura**: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Universidad Nacional de General Sarmiento; Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2008.

MAIA, D. S. A cidade em transformação: primeiros sintomas da modernidade urbana no século XIX. In: MOURA FILHA, M. B.; CAVALCANTI FILHO, I.; COTRIM, M. **Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 90-112, 2016.

MAIA, D. S. A rua e a cidade: geografia histórica, morfologia e cotidiano. Apontamentos sobre os percursos da pesquisa. In: MAIA D. S.; MOURA FILHA, M. B.; MARTINS P. D.; **A rua e a cidade: múltiplos olhares**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

MARQUES, J. de A. **A configuração espacial do bairro de Jaguaribe, em João Pessoa-PB: uma análise a partir da perspectiva da geografia histórica (1910-1930)**. 2015. 100 f. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

MEIRELLES, M. B. **Documento, Objeto em Disputa**: a busca pela materialidade documental para a realização de direitos homoafetivos. 2019. 198f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13878>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MENDONÇA, J. B.; Gonçalves, R. C. Em busca de uma compreensão do espaço urbano: origens e ocupação da cidade de João Pessoa e do bairro de Jaguaribe (século XVI ao século XIX). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, 2010.

MENEGUELLO, C. Cidade sofisticada ou cidade impossível? Impasses no diagnóstico dos espaços urbanos pós-modernos. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, nº 5, Universidade Estadual de Maringá, 1994.

MENEGUELLO, C. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano**. Parte 1. A reinterpretação do passado histórico. *Arquitextos*. Texto Especial nº 007. São Paulo, Portal Vitruvius, 2000. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MENESES, M. S. **O Processo de Demolição e Desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923-1935): O Caso das Mercês**, 2014. 165 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5511>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

MIRANDA, M. P. de S. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2008. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/28108>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

MONTAGNA, P. As Tramas do Invisível. In: TANIS, B.; KHOURI, M. G. (Orgs.). **A psicanálise nas tramas da cidade**. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2009.

MOTTA, L; REZENDE, M. B. **Inventário**. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1026>. Acesso em: 13 de fev. de 2024.

MOURA FILHA, M. B. de B. L. **O cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX-XX**. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia, 2000.

MOURA FILHA, M. B. de B. L. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil séculos XVI-XVIII**. IPHAN / Superintendência na Paraíba, 2004.

MOURA FILHA, M. B. de B. L.; RODRIGUES, A. A morada da elite na Cidade da Parahyba do início do século XX: o palacete eclético. In: MOURA FILHA, M. B.; CAVALCANTI FILHO, I; COTRIM, M. **Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 134-155, 2016.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993, p.7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 21 ago. 2023.

OLICK, J. K. Reflections on the underdeveloped relations between journalism and memory studies. In: **Journalism and memory**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 17-31.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de; AZEVEDO NETTO, C. X. de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, I.; SEVERO, I. (Orgs.). **Cultura Popular: nas teias da memória**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 27-51.

PAIVA, V. T. de. Terrain Vagues e mutações na análise espacial urbana: abordando a sustentabilidade. **Oculum Ensaios**, n. 14, 74–81, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n14a778>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

PEREIRA, W. E. N. Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande-PB: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 2, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/44>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **IHGRGS**, Porto Alegre, n. 158 especial, p. 207-216, dezembro de 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/como-citar-uma-revista-nas-normas-abnt-imprensa-ou-digital>. Acesso em: 21 de jan. 2024.

- PESAVENTO, S. J. História, Memória e Centralidade Urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>. Acesso em 10 de fev. 2024.
- PIZZOLATO, P. P. Villa Sanhauá em João Pessoa (PB, Brasil). Estudo de caso para a requalificação de centros históricos na América Latina. **Cidades. Comunidades e Territórios**, v. 2, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/3769?lang=en>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROBIN, R. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- ROCHA, S. R. da M. **Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/3903/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ROCHA, G.; TINEM, N.; COTRIM, M. Hotel Tambaú, de Sérgio Bernardes. Diálogo entre poética construtiva e estrutura formal. **Arquitextos**, São Paulo, ano 18, n. 206.00, Vitruvius, jul. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.206/6627>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- RODRIGUES, R. G. A. **Manual Simplificado do Imóvel Tombado Perímetro de Tombamento do IPHAEP em João Pessoa**. 2019. 72 f. Trabalho final de graduação apresentado como requisito para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. 2019.
- SAVIAN-FILHO, J. **Filosofia e Filosofias: existências e sentidos**. São Paulo: Autêntica, 2016.
- SOUZA FILHO, C. F. M. de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2005.
- SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, v. 17, n. 2, p. 237-251, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/17609/14306>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- SOUZA, F. F. D. Empregam-se todos os que precisam trabalhar: o serviço doméstico e o mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Associação Nacional de História (Anpuh). **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: UFC, 2009.
- TARDIVO, J. A.; PRATSCHKE, A. **Cidade como lugar de memórias**. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rmr.v8i15.7353>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- TEIXEIRA, M. C. *et al.* **O Urbanismo Português: séculos XII-XVIII: Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TINEM N.; **Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das Ruas de João Pessoa**: Editora da UFPB, p. 304, 2006.

VIDAL, W.; URBANAS, Transformações. Uma cidade em expansão: Outros caminhos se definem. In: MOURA FILHA, M.B; COTRIM, M.; CAVALCANTI, I. **Entre o rio e o mar: Arquitetura residencial na cidade de João Pessoa**. João Pessoa, Editora da UFPB, p. 156-175, 2016.

VIVES, C. G. Detroit: Urbanismo industrial. Ciudades que se borran. **Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid**, 2010, p. 89-93.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ZELIZER, B. **Memory as foreground, journalism as background**. In: Journalism and memory. London: Palgrave Macmillan UK, 2014 (a). p. 32-49.

ZELIZER, B; TENENBOIM-WEINBLATT, K. **Journalism and memory**. Springer, 2014 (b).

ALVES, J. Torre da Estação Cabo Branco está deteriorada e fechada. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 5, 12 maio 2018.

DUARTE, T. Paraíba: todos os cantos. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 8, 22 fev. 2020.

GONÇALVES, L. Casarões encantam e guardam história. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 14, 01 set. 2013.

GOMES, O. Ver e não acreditar. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 2, 02 fev. 1980.

GOMES S. Ambulantes aguardam instalações em prédio no centro. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 7, 04 jan. 2020.

LOPES, P. Como Preservar isso? **Jornal A União**. João Pessoa, p. 9, 17 jun. 1980.

MADRUGA. W. Marx nunca ausente. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 8, 06 fev. 1980.

MARCIO, A. Malhação do Judas: Alguns bairros da capital realizam essa tradição popular que simboliza a traição contra Jesus Cristo. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 9, 09 abr. 2004.

PEREIRA, C. O Judas de Jaguaribe. **Jornal A União**. João Pessoa, 08/04/2012, p.2, 08 abr. 2012.

Plano de Ação do Governo de Estado. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 13, 08 jan. 1980.

Burle Max vem a João Pessoa no fim do mês. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 1, 12 jan. 1980.

Sergio Bernardes vem lançar projeto do centro cultural. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 12, 18 jan. 1980

Sérgio Bernardes lançará amanhã projeto do centro. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 27, 20 jan. 1980.

Prefeitura deseja concluir logo a abertura da Lagoa. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 5, 02 fev. 1980.

Damásio, administrando com o povo. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 4, 02 fev. 1980.

Fechamento causa prejuízos ao comércio da Rua Duque de Caxias. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 4, 06 fev. 1980.

Burle Max vai transformar o Cabo Branco. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 8, 06 fev. 1980.

Duque de Caxias agora é feira de ambulantes. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 5, 09 fev. 1980.

Sambistas fazem pré-carnavalesca em Jaguaribe. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 4, 16 fev. 1980.

Judas será Queimado em Jaguaribe. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 8, 03 abr. 1980.

Prefeitura criará a sua comissão de censura estética. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 4, 15 abr. 1980.

Opala mata ancião na avenida João Machado. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 6, 19 jun. 1980.

Ambulante muda paisagem na Rodoviária. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 5, 04 jan. 1990.

Malhação do Judas: Padre protesta contra a Festa. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 7, 03 abr. 1994.

Espaço cultural (editorial). **Jornal A União**. João Pessoa, p. 4, 18 jan. 1980,